



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 25

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 22 de junho de 2017

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Jorge Jorge (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Bruno Belo)*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 11 minutos.

A sessão iniciou-se com a [Interpelação ao Governo Regional sobre “Crescimento económico e criação de emprego”](#), apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após as intervenções do Sr. Deputado André Bradford (*PS*) e do Sr. Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*), iniciou-se o debate com a participação dos/as Srs./as Deputados/as António Vasco Viveiros (*PSD*), Paulo Mendes (*BE*), Artur Lima (*CDS-PP*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Carlos Silva (*PS*), Graça Silva (*PS*), Zuraída Soares (*BE*), Luís Maurício (*PSD*), Miguel Costa (*PS*) e ainda do Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*).

Seguiu-se o debate do [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 5/XI – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2016/A, de 8 de](#)

[julho, que estabelece a proibição de abate de animais de companhia e de animais errantes na Região Autónoma dos Açores, bem como medidas de redução e controlo dos mesmos](#)”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Participaram no debate os/as Srs./as Deputados/as Zuraida Soares (*BE*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Luís Rendeiro (*PSD*), Mónica Rocha (*PS*), Renata Correia Botelho (*PS*), Paulo Mendes (*BE*) e o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*João Ponte*).

Submetido à votação o diploma foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*) e as Sras. Deputadas Zuraida Soares (*BE*) e Renata Correia Botelho (*PS*).

Posteriormente, foi apresentado o relatório da CAS relativo à [Petição n.º 7/XI – “Contagem de tempo de serviço dos Docentes que desempenham funções em valência de Centros de Atividades de Tempos Livres \(CATL\)”](#), apresentada por Leonardo José Barbosa Soares de Medeiros, na qualidade de primeiro subscritor.

Após a leitura do relatório pelo Sr. Deputado João Paulo Ávila relator da comissão, proferiram intervenções os/as Srs./as Deputados/as Paulo Mendes (*BE*), Graça Silveira (*CDS-PP*), Maria João Carreiro (*PSD*), João Paulo Corvelo (*PCP*) e Susana Costa (*PS*).

Seguiu-se o debate do [Projeto de Resolução n.º 22/XI – “Contabilização de tempo dos docentes que desempenham funções na valência de CATL”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE;

Após a intervenção do Sr. Deputado Paulo Mendes (*BE*), usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Susana Costa (*PS*), Zuraida Soares (*BE*), Sónia Nicolau (*PS*), Maria João Carreiro (*PSD*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Graça Silveira (*CDS-PP*), Jorge Jorge (*PSD*), e ainda o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*).

Submetido à votação o diploma foi novamente rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto o Sr. Deputado Paulo Mendes (*BE*) e as Sras. Deputadas Sónia Nicolau (*PS*), Maria João Carreiro (*PSD*) e Graça Silveira (*CDS-PP*).

Eram 20 horas e 04 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Eram 10 horas e 11 minutos.

Vou pedir ao Sr. Secretário que faça a chamada, por favor.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

João Paulo Lopes Araújo Ávila

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente
José Carlos Gomes San-Bento de Sousa
José Manuel Gregório Ávila
Manuel Alberto da Silva Pereira
Manuel José da Silva Ramos
Maria da **Graça Oliveira Silva**
Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira
Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto
Mário José Diniz Tomé
Miguel António Moniz Costa
Mónica Gomes Oliveira Rocha
Pedro Miguel Medeiros de Moura
Renata Correia Botelho
Ricardo Bettencourt Ramalho
Sónia Cristina Franco Nicolau
Susana Goulart Costa
Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares Marinho
António Manuel Silva Almeida
António Oldemiro das Neves Pedroso
António Vasco Vieira Neto de Viveiros
Bruno Filipe de Freitas Belo
Carlos Manuel da Silveira Ferreira
Catarina Goulart Chamacame Furtado
César Leandro Costa Toste
Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas

Jaime Luís Melo Vieira

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alexandre Alves Moniz Jorge

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Marco José Freitas da Costa

Maria João Soares Carreiro

Mónica Reis Simões Seidi

Paulo Henrique Parece Batista

Partido Popular (CDS-PP)

Alonso Teixeira Miguel

Artur Manuel Leal Lima

Catarina de Oliveira Cabeceiras

Maria da Graça Amaral da Silveira

Bloco de Esquerda (BE)

Paulo José Sousa Mendes

Zuraida Maria de Almeida Soares

Partido Comunista Português (PCP/PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 55 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

O primeiro ponto dos nossos trabalhos é também o primeiro ponto da Agenda, a **Interpelação ao Governo Regional sobre “Crescimento económico e criação de emprego”**.

Esta interpelação foi requerida pelo Grupo Parlamentar do PS.

Rege esta matéria os artigos 183.º e 184.º do Regimento. Os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes e são os seguintes:

O interpelante e o Governo Regional dispõem de 32 minutos, o PSD de 24 minutos, o CDS-PP de 15 minutos, o BE de 12 minutos e as Representações Parlamentares do PCP e do PPM de 10 minutos.

Para dar início ao debate tem a palavra o Sr. Deputado André Bradford.

Deputado André Bradford (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

Numa democracia de base parlamentar, o direito de iniciativa e, mais em concreto, a prerrogativa de interpelar o Governo, suscitando, por essa via, um debate alargado sobre temas de atualidade, não pode estar vedado a qualquer das forças políticas em quem o povo soberano dos Açores depositou a sua confiança.

É, portanto, tão legítima, salutar e desejável para o debate democrático na Região uma interpelação sobre o Serviço Regional de Saúde ou sobre o Setor Agrícola, da iniciativa de um ou de outro partido da oposição, como aquela a que agora damos início, por iniciativa do Partido Socialista e centrada nas temáticas do Crescimento Económico e da Criação de Emprego.

Deputado António Almeida (PSD): Justifica!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não havia necessidade!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não tínhamos percebido!

O Orador: Ilegítimo, nefasto e indesejável para a nossa democracia seria pensar-se que o partido maioritário, por ter recolhido mais votos, por ter um peso proporcional maior nesta Casa, por ter beneficiado da confiança expressiva dos Açorianos, estaria limitado na sua capacidade de iniciativa e na utilização das várias figuras regimentais. Questionar o Governo ou debater uma área da governação não são privilégios da oposição,...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: ... nem significa necessariamente que se tenha de adotar uma postura crítica monolítica, indiferente à realidade e assente apenas numa retórica anti poder.

Sabemos (e já tivemos vários exemplos disso nesta Casa) que há uma certa oposição que, com base numa noção muito própria dos deveres dos representantes democráticos, considera que questionar e fiscalizar é um exclusivo da oposição, do mesmo modo que propor soluções e assumir responsabilidades compete unicamente ao Governo e ao partido que o apoia.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Essa é, a nosso ver, uma versão comodista, pouco responsável e pouco útil da Autonomia, que tem precisamente como mérito maior o de permitir que todos sejam parte de um sistema de autogoverno eficaz, que nos permita progredir como Região.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Que não restem dúvidas! O PS exercerá, sempre que entender, todas as suas prerrogativas parlamentares e nunca se deixará condicionar.

Deputado Paulo Parece (PSD): E faz muito bem!

Deputado António Almeida (PSD): É o seu dever!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Segundo as mais recentes estimativas, a economia dos Açores registou um crescimento de 2,1% em 2016, o que atesta um ritmo de crescimento superior ao do país, ao da Zona Euro e ao da própria União Europeia, e significa que os trabalhadores, os empresários e as entidades públicas, de forma conjugada e solidária, foram capazes de encontrar o rumo certo para ultrapassar os enormes desafios colocados pela crise económica e financeira que assolou a Europa e o nosso País.

Deputado Bruno Belo (PSD): Onde está a projeção?

O Orador: Este percurso de determinação, coragem e persistência é bem mais relevante do que os números, mas os dados não deixam dúvidas: em 2013, no auge da crise, registávamos um crescimento negativo; em 2014, começámos timidamente a recuperar; em 2015, sustentámos o crescimento, para agora entrarmos, de forma evidente, num período de consolidação.

Não se trata nem de um milagre, nem de um conto de fadas. Não é motivo para foguetório, mas é, sem dúvidas nem receios, razão para que sublinhemos o esforço que as famílias, as empresas e os poderes públicos despenderam para que dessemos a volta à crise e retomássemos um caminho de convergência com o País e a União Europeia.

Deputada Mónica Rocha e Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Do mesmo modo, a evolução do emprego e da taxa de desemprego nos últimos anos demonstra que a este reaquecimento da atividade económica corresponde, felizmente, para todos nós, um aumento efetivo do emprego e uma diminuição do desemprego, ambos evidentes e assinaláveis.

Presentemente,

- temos mais cerca de 13.400 Açorianos empregados do que há quatro anos; e

- reduzimos para metade a taxa de desemprego nos últimos três anos, passando de 18 para 9,3% e da mais alta taxa de desemprego do país para menos do que a média nacional e menos do que a Zona Euro;

Segundo os valores divulgados esta semana (mesmo esta semana, há pouco) pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional e referentes ao mês de maio, o número de desempregados inscritos nos centros de emprego na Região é mesmo o mais baixo desde 2011, verificando-se simultaneamente um aumento das ofertas de emprego e das colocações de desempregados, bem como uma redução assinalável do número de inscritos em programas ocupacionais, o que acentua uma tendência que já se desenha desde o final do ano passado.

Também aqui os números não são o essencial e também neste caso não houve varinhas de condão ou passes de mágica. É a resposta da economia real!

Como pudemos verificar nas várias visitas que realizámos a empresas reais, falando com empresários e trabalhadores reais da nossa Região,..

Deputado Marco Costa (PSD): Trabalhadores reais?! Então há trabalhadores irreais!

O Orador: ... foi a abnegação dos Açorianos conjugada com a orientação política e o apoio das entidades públicas, que permitiu reverter uma situação difícil e gerar fundadas expectativas e esperanças no futuro.

Na economia real encontrámos uma empresa de panificação, de raiz familiar e de média dimensão, que nos últimos três anos contratou mais de três dezenas de funcionários e apostou em novas áreas de negócio; na economia real contactámos com um jovem empresário terceirense da área da restauração e turismo que, nos últimos cinco anos, fez investimentos na ordem dos 800 mil euros e passou de cinco para quase 40 funcionários; na economia real visitámos uma carpintaria que se teve de reinventar para sustentar o impacto da redução da procura e que, com muito esforço, conseguiu manter os postos de trabalho ao longo dos anos de crise.

Deputada Isabel Quinto (PS): Muito bem!

O Orador: A economia real não é feita apenas destes exemplos – temos consciência disso. Sabemos que existem setores tradicionais da nossa atividade económica que ainda enfrentam desafios de grande monta e que justificam, por isso, uma atenção muito particular, mas, em respeito pela determinação e esforço dos nossos empresários e dos nossos trabalhadores, não podemos ignorar a renovação de confiança e de esperança que constatamos junto daqueles que, dia-a-dia, fazem a economia crescer e a Região progredir.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Aliás, foi, com certeza, reconhecendo esse esforço que o Senhor Presidente da República, na sua recente visita à Região e depois de destacar “um surto de desenvolvimento notável” dos Açores nas últimas décadas, afirmou: “Muito se fez, muito está agora a ser feito – no crescimento económico, no controlo do défice, no combate ao desemprego – e esses passos são um mérito indiscutível e uma expectativa inquestionável”.

Deputado Marco Costa (PS): Mas precisam do seu apoio para poderem desenvolver-se!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Mas o Senhor Presidente da República disse mais.

Deputado Bruno Belo (PSD): Pois disse! Disse que não ficavam ilhas para trás!

O Orador: Disse: “Muito haverá, no entanto, ainda a fazer”. E é essa exatamente a razão de ser desta nossa interpelação: proporcionar uma reflexão alargada, envolvendo o Governo e todas as forças políticas aqui representadas, sobre o caminho que trilhámos, e que nos permitiu crescer em termos económicos e de emprego, mas principalmente sobre quais devem ser as opções prioritárias com vista à consolidação futura destes indicadores positivos.

É verdade que, perante este propósito, a oposição tem sempre duas possibilidades. Uma é participar empenhadamente nesta reflexão, ser parte integrante deste esforço, para que consolidemos a retoma e consigamos dar ímpeto aos bons indicadores que agora se registam. A outra é, cedendo ao incómodo de analisar bons indicadores, atestados por um crescimento evidente da economia real, evitar o tema, acantonando-se num negativismo de nicho, que se alimenta da pesca seletiva de indicadores e que procura fomentar a descrença e o desânimo em quem insiste em lutar contra os problemas.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Estamos certos de que poderemos contar com o empenho de boa parte dos partidos da oposição, mas tememos pelo histórico daqueles que se dizem alternativa de poder.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: É que no auge da crise, quando o crescimento económico era negativo e o desemprego muito elevado, quando na Região muitos lutavam pela manutenção do seu emprego e pelo futuro da sua empresa, o PSD propôs, no período de menos de um ano, três debates de urgência nesta Casa sobre o que qualificava de “situação de emergência social, anemia de investimento, estagnação da economia e crise social”.

Deputado Marco Costa (PSD): Já está a entrar em contradição!

Deputado Paulo Parece (PSD): Nessa altura o senhor também devia ter feito um!

Deputado Bruno Belo (PSD): É bom não reescrever a história!

O Orador: Na altura (e é bom ter memória política!), acusava a governação do PS de ser “uma autoestrada para a pobreza e uma via rápida para o desemprego”.

Mais recentemente, em plena campanha eleitoral, quando a economia começava a dar sinais de poder recuperar, mas a taxa de desemprego ainda era superior à

nacional e estava acima dos dois dígitos, o então candidato Duarte Freitas dizia que as prioridades de um eventual Governo do PSD eram muito simples, seriam “emprego, emprego e mais emprego!”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: Mas daí para cá, nestes oito meses de legislatura e de contínua e crescente recuperação dos indicadores económicos, o PSD, que se diz alternativa de poder, que se dizia empenhado “em emprego, emprego e mais emprego”, só depois do anúncio desta interpelação, se lembrou que nada, absolutamente nada, tinha dito durante oito meses, tinha proposto durante oito meses, sobre aquela que era a sua grande prioridade.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Não queremos acreditar que, para o PSD, o emprego só é prioridade quando o desemprego cresce, não queremos acreditar que a economia e o desenvolvimento só sejam preocupações quando o PIB desce ou que as empresas e os empresários só suscitem atenção quando as instâncias que os representam criticam o Governo.

Para nós não é assim.

Deputado Duarte Freitas (PSD): A interpelação é ao Governo!

O Orador: Para nós importam as pessoas.

Deputado Paulo Parece (PSD): Isto foi um serviço encomendado!

O Orador: Para nós contam as pessoas que compõem os 9% que ainda não encontraram emprego; para nós contam os empresários que ainda lutam para reequilibrar os seus investimentos e obter retorno; para nós contam os trabalhadores que ainda almejam um vínculo laboral mais estável.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: É em nome de todos eles e dos desafios com que se confrontam que realizamos esta interpelação, certos do contributo que todos poderemos dar para uma reflexão responsável e útil.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Conforme define o artigo 184.º do Regimento, tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vivemos hoje um novo período de esperança e confiança, na Região e no País.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

O Orador: Uma confiança justificada, que é sustentada na retoma económica que importa agora reforçar, tendo, sempre, em vista o crescente desenvolvimento sustentado e sustentável da nossa Região.

Valeu e vale a pena o esforço adicional de afetação de meios financeiros a medidas de apoio que – mesmo no pico da conjuntura internacional adversa e do impacto das medidas nacionais de austeridade –, foram implementadas na Região.

Os Açorianos souberam aproveitar os apoios e os incentivos públicos e o clima fiscal mais favorável e com confiança empreenderam, investiram, inovaram, sendo que o mérito destes resultados que agora analisamos, devem ser atribuídos essencialmente à coragem e à capacidade empreendedora dos Açorianos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Neste contexto, destaco a oportunidade da iniciativa hoje promovida pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O País apresenta resultados e indicadores em termos de finanças públicas, atividade económica e emprego que são reconhecidos por todos os analistas como extremamente positivos, superando as expectativas.

Curiosamente, nos Açores conseguimos nos mesmos períodos, e de acordo com todos os mesmos indicadores de finanças públicas, atividade económica e emprego, resultados ainda melhores do que os conseguidos no conjunto do País.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

O Orador: Se em termos de finanças públicas o País conseguiu no último ano o melhor saldo orçamental dos 42 anos de Democracia, a verdade é que o saldo orçamental nos Açores, que inclui as contas das empresas públicas consolidadas, de acordo com os mesmos dados, continua a ser melhor, que o melhor resultado das finanças públicas nacionais em 42 anos.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Se em termos de crescimento económico se assiste a uma retoma da economia nacional, a verdade é que, o crescimento económico nos Açores é, de acordo com os mesmos dados, superior ao verificado no País nos últimos dois anos, ou seja, a nossa economia está a crescer a um ritmo ainda superior ao que se verifica no País.

Se em termos de emprego se regista um crescimento acentuado da criação de emprego no País, a verdade é que, de acordo com os mesmos dados, o crescimento do emprego e a redução do desemprego, nos Açores, são ainda mais acentuados.

Efetivamente, no último ano o crescimento económico já atingiu nos Açores 2,1% enquanto no país aumentou 1,4%.

E hoje, há mais 12.200 Açorianos empregados do que havia há apenas três anos.

Hoje temos uma taxa de desemprego que diminuiu para metade do que se registava há apenas três anos.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Hoje, temos o maior número de Açorianos empregados dos últimos oito anos, mesmo tendo aumentado a população ativa.

E ainda ontem, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, revelou que ocorreu uma nova descida do desemprego e que o desemprego nos Açores é o mais baixo desde 2011.

Estes resultados resultam de um esforço que fizemos em conjunto com as empresas e com os trabalhadores Açorianos.

Cumprindo a Agenda Açoriana para o Emprego e Competitividade Empresarial, cuja eficácia alguns duvidaram no início, conseguimos atingir os objetivos estabelecidos e podemos, agora, ainda com mais confiança, reconsolidar a retoma da atividade económica que vivemos.

O crescimento económico que se está ainda a acentuar mais este ano, de acordo com os indicadores já conhecidos, nomeadamente no aumento do consumo privado, investimento e produção de bens e serviços.

Em termos de consumo privado, o aumento de 4,9% dos levantamentos em multibanco no último mês, face ao mesmo período do ano anterior, e o aumento de 12% da venda de produtos alimentares, demonstram um crescimento do consumo privado determinante no crescimento da atividade económica.

Esta realidade, foi confirmada recentemente, pelo enorme crescimento, de 39%, da compra de habitações nos Açores no último ano, o dobro do verificado no restante País.

Esta realidade consolida-se com a retoma do sector da construção civil cujas licenças de construção aumentaram 14% no primeiro trimestre deste ano e o consumo de cimento em 27%, no mesmo período.

A consolidação do crescimento do turismo, é uma realidade que contribui para esta acentuada variação da produção, tendo os proveitos do sector aumentado 28,9% até abril deste ano e os proveitos do sector voltado a crescer 38,5%.

O sector primário que ainda apresenta dificuldades conjunturais, começa este ano a registar também alguns indicadores mais positivos, nomeadamente o aumento do valor de comercialização dos produtos lácteos para fora da Região, que retomou o crescimento – aumento de 3% – depois de ter regredido o ano passado, bem como a evolução positiva, que já se verifica, do leite entregue nas fábricas (+1,5%).

A continuação da evolução positiva deste conjunto de indicadores permitirá consolidar o aumento do rendimento disponível das famílias, o crescimento do emprego, a redução do desemprego e o incremento do Produto Interno Bruto.

Nesse sentido, as perspetivas de evolução macroeconómica para este ano são ainda mais positivas se associarmos estes indicadores ao clima de confiança das empresas açorianas que diariamente nos é transmitido.

Assim, posso anunciar que foram já apresentadas 585 candidaturas no âmbito do novo sistema de incentivos, Competir+, que representam um investimento privado de mais de 265 milhões de euros projetados.

Voices de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Estes investimentos preveem a criação de mais de 1.350 novos postos de trabalho diretos.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nas florestas!

O Orador: Só este ano foram já constituídas mais 229 novas empresas nos Açores, o que representa um aumento de 14,5% comparativamente ao mesmo

período do ano passado, enquanto as insolvências diminuíram 25%, tendo sido apenas 18, este ano.

Essa confiança começa a ser também cada vez mais sentida por parte de empresas e investidores externos à Região, que têm nos últimos meses demonstrado um conjunto vasto de intenções de investimento empresarial na Região, num conjunto diversificado de áreas.

O que irá permitir, a breve prazo, potenciar um significativo fluxo de capitais externos que possibilitarão criar uma nova alavanca para a dinamização económica e para o crescimento do emprego na nossa Região.

Encaramos estes indicadores, com satisfação, mas com a consciência de que são apenas o início do caminho que pretendemos percorrer com os Açorianos.

Deputada Mónica Rocha e Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: O que até agora conseguimos em conjunto com os trabalhadores Açorianos e com as nossas empresas, constitui uma motivação para reforçarmos o esforço no sentido de conseguir mais e melhor.

Porque, hoje como ontem, é esta a nossa ambição para o futuro, é esta a nossa motivação: fazer sempre mais e melhor pelos Açores com os Açorianos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não há palmas?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Neste caso eram bem merecidas!

O Orador: E é totalmente dos Açorianos, o mérito reconhecido pelo Senhor Presidente da República quando, nesta Casa, afirmou que nos Açores, e cito, "Muito se fez, muito está agora a ser feito – no crescimento económico, no controlo do défice, no combate ao desemprego – e esses passos são um mérito indiscutível.

Penso que desta forma e com a esta afirmação do Sr. Presidente da República nesta Casa, recentemente, resume o tema e a abordagem deste debate.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Está então agora aberto o debate. A Mesa já tem várias inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Agora é que a interpelação vai começar!

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Interpelar significa questionar, criticar,...

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Exatamente!

O Orador: ... pedir esclarecimentos ou justificações.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Partido Socialista inaugurou um novo significado para a palavra.

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Agora ouçam! Custa!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, era melhor o Sr. Deputado começar de novo!

Deputado Paulo Parece (PSD): Pelo menos tenha o mesmo critério!

O Orador: Para esta maioria interpelar é bajular

O PS utiliza assim esta interpelação para se autoelogiar. Fica-lhe muito mal. É um momento infeliz.

Avaliar o sucesso das políticas públicas e o mérito dos governos implica comparar os resultados com as metas inicialmente fixadas.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

O Orador: Implica estabelecer os nexos de causa e efeito, implica definir os intervalos temporais na avaliação com consistência e seriedade.

Implica identificar fatores exógenos que contribuíram, negativa ou positivamente, para a sua evolução. Implica ainda comparar todos os principais indicadores e não selecionar apenas os que se afiguram mais favoráveis.

Só assim seremos rigorosos na avaliação. Só assim devem os governos merecer o reconhecimento do sucesso ou assumir a responsabilidade do fracasso. De outro modo, trata-se apenas de mera demagogia.

Não pode o mesmo governo, quando a situação económica se degradou e os indicadores regionais se afundaram, enjeitar responsabilidades, culpando a República e a conjuntura internacional, mas, por outro lado, quando os mesmos indicadores dão sinal de alguma recuperação, tal como recuperou a conjuntura externa, reclamar agora a responsabilidade do aparente sucesso das suas políticas.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Crescimento económico e criação de emprego é o objeto desta interpelação. Deliberadamente, o Partido Socialista exclui a situação social da nossa Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Os Açores são a região do país em pior situação na maioria dos indicadores sociais.

Os Açores são a região do país, em termos relativos, com mais famílias dependentes do rendimento social de inserção. Veja-se a recente entrevista do Padre Weber Machado, personalidade impar no conhecimento no terreno do que se passa com os mais desfavorecidos que afirma, a propósito da pobreza em São Miguel: “a pobreza aqui, de facto, tem uma dimensão assustadora”.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O crescimento económico, com base na evolução do PIB, entre 2008 e 2016, ou seja, no período das duas últimas legislaturas, foi quase zero. Foram oito anos com um saldo de crescimento zero da nossa economia, apesar dos significativos apoios no âmbito dos quadros comunitários, em valor próximo dos 1.500 milhões de euros, e de cerca de 2.500 milhões de euros ao abrigo da Lei das Finanças Regionais.

Além do mais, registou-se um aumento substancial do endividamento e das responsabilidades financeiras do Sector Público Regional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: A partir de 2014 e até 2016, com o fim do programa de ajustamento da troika, iniciou-se um período de pequeno crescimento anual, permitindo apenas, pouco mais do que repor o nível do PIB existente em 2008. E é verdade, em 2016 o aumento do PIB é 2,1, e é uma boa notícia.

Mas numa avaliação sectorial da economia regional, encontramos apenas um setor que contribui em 2015 e 2016 para a melhoria registada no produto, o crescimento significativo do turismo e os seus impactos noutros setores como a construção civil.

Mas a evolução excecional do turismo resultou exclusivamente das novas Obrigações de Serviço Público, cujo mérito se deveu ao Governo da República da responsabilidade do PSD e do CDS...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Miguel Costa (PS): Os açorianos votaram em nós!

O Orador: ... e não uma decisão e opção ativa e diligente do Governo Regional. Foram, no mínimo, 10 anos perdidos pelo Governo Regional...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... que tudo fez para adiar a adoção de um novo modelo concorrencial com a preocupação de proteger a SATA, apesar de prejudicar, e muito, a nossa economia e sem que tenha evitado a gestão ruínosa daquela empresa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Foram 10 anos que o Governo Regional fechou os olhos ao que se passava no mundo da aviação. Os exemplos estavam bem perto, com o que acontecia em Lisboa e no Porto, com o crescimento sustentado do turismo, com o forte impulso das companhias *low cost*.

Incompreensivelmente, no Plano para 2017, as verbas previstas para o turismo, e sobretudo para a sua qualificação, são residuais, ou seja, naquele que é o único setor da economia a crescer, o Governo não investe.

Deputado Luís Maurício (PSD): Diminuiu o turismo!

O Orador: A ausência de uma estratégia clara, esclarecida e coerente para o turismo é uma lacuna que poderá comprometer a oportunidade única que se apresenta aos Açores.

Será importante saber onde queremos estar daqui a 10 anos e o Governo não sabe.

Será fundamental promover a formação dos recursos humanos do turismo e o Governo não promove.

Será igualmente urgente melhorar as condições de acessibilidade a todas as ilhas, e o Governo não melhora.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Qualquer crescimento do PIB é uma boa notícia para a Região, para os açorianos e para o PSD,...

Deputado Carlos Silva (PS): Não parece!

O Orador: ... mas o contexto e as circunstâncias daquele crescimento devem ser avaliados com mais profundidade e rigor, designadamente conjugando com o que tem sido o comportamento de setores económicos como a agricultura e as pescas.

E, nesses setores, as notícias são francamente preocupantes. Na agricultura as dificuldades do setor leiteiro e da carne comprometem a sustentabilidade de centenas de explorações e as perspetivas de evolução persistem muito negativas e a produção não cresce, pelo contrário, diminui.

Nas pescas, perante a reivindicação da necessidade apresentada por vários intervenientes no setor, pelo PSD e outros partidos da oposição, de compensar no imediato a quebra de rendimento dos pescadores, o Governo mantém-se na postura da negação.

O valor do pescado descarregado tem decrescido significativamente ao longo dos últimos anos, sendo de apenas 25 milhões de euros em 2016, sendo no máximo apenas 56% daquele valor se destina à remuneração do trabalho, dos cerca de 2.600 pescadores açorianos, significa que em média, cada um recebe pouco mais de 4 mil euros por ano, ou seja, cerca de 350 euros por mês.

Bem sabemos que a sua distribuição é assimétrica por ilhas e por tipo de embarcações, pelo que seguramente muitas centenas de pescadores sobrevivem a baixo daquela média e a baixo do limiar da pobreza.

Mas para além de avaliar cada setor, é fundamental reavaliar o modelo de desenvolvimento e as opções seguidas nas últimas décadas.

A manter-se o excessivo peso do setor público na economia, dificilmente será possível inverter a tendência da ausência de desenvolvimento económico sustentável e retirar os Açores da cauda do país e da Europa.

O índice sintético de desenvolvimento regional publicado pelo INE, relativo a 2015, mantém a região na penúltima posição entre 25 regiões nacionais.

A criação de emprego é outro objeto da presente interpelação, e começemos pelas boas notícias.

Com base nos inquéritos trimestrais do emprego, do INE, entre o pico da crise de desemprego ocorrido no primeiro trimestre de 2014 e o primeiro trimestre de 2017, a taxa de desemprego caiu de 18 para 9,3%, mas seria absolutamente redutor limitar a análise a esses indicadores e concluir de forma primária por uma leitura positiva da situação do emprego.

Comparemos com a situação no final de 2008. Existiam então 6.700 desempregados e a taxa de desemprego era de 5,6%. Estamos em 2017 ainda muito longe destes valores.

Deputado Carlos Silva (PS): Qual era a população ativa?

O Orador: Por outro lado, entre 2008 e 2016, perderam-se 4000 ativos do género masculino. Seguramente que uma parte desses açorianos emigraram na procura de condições de vida que não encontraram na sua terra.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso é que é preocupante!

O Orador: Mas não podemos ignorar a avaliação do emprego com base na informação estatística do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

No final do primeiro trimestre de 2014, estavam registados 12.800 desempregados e em programas ocupacionais 5.600 trabalhadores, num total de 18.482.

No primeiro trimestre de 2017 estavam registados 9.588 desempregados e em programa ocupacionais 7.159, num total de 16.747, ou seja, pelos dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional a situação é preocupante.

Entre o pico da crise no início de 2014 e os dados mais recentes, a melhoria é manifestamente reduzida, menos 1.700 trabalhadores.

Estes dados claramente colocam em causa as boas notícias que o Governo quer transmitir aos açorianos em termos de emprego. Se compararmos com o país, proporcionalmente temos três vezes mais trabalhadores em programa ocupacionais, mas mais grave é a forma como estão a ser financiados aqueles programas ocupacionais com fundos do Programa Operacional 2020. Até final de fevereiro de 2017, no âmbito daquele programa, foram aprovadas comparticipações para programas ocupacionais de apoio à comunidade no valor de 84 milhões de euros. No mesmo período, a comparticipação de projetos de investimento de empresas privadas com candidaturas aprovadas no Programa Operacional 2020, situou-se na ordem dos 95 milhões de euros, ou seja, afetou-se quase o mesmo montante a uma e a outra alternativa.

Estamos a consumir no imediato as sementes que deveriam, alternativamente, ser semeadas para gerar novas colheitas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Com a evolução do PIB, com o comportamento do emprego, com os recursos e apoios externos que a Região anunciou, a conclusão é evidente: a política económica da governação dos últimos anos falhou.

A Agenda para o Emprego e Competitividade deste Governo foi um fracasso,...

Deputado André Bradford (PS): Está-se a ver! Os dados demonstram!

O Orador: ... nem verdadeiramente se resolveu o problema do emprego, nem se melhorou a competitividade das empresas. Este Governo e essas políticas não servem os açorianos.

Disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de dar as boas-vindas, ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao maravilhoso mundo das interpelações,...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

... onde o interpelante interpela, como seria de esperar, e o Governo Regional vai tentando responder, por vezes sem tempo, talvez porque faça por isso.

E se há, ou se é verdade, que não há uma interpelação igual à outra, nesta interpelação da iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, temos aqui uma interpelação de natureza mais propagandística.

Mas é lícito!... É lícito que cada um faça a sua propaganda, cada um promova o Governo que apoia.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Ah!...

O Orador: É lícito!... É lícito e mais do que expetável até!...

Ora, mas para o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda interessa, neste momento, para além de discutir os números, que também são importantes, não deixam de ter a sua importância, falar da vida concreta das pessoas.

Por isso mesmo é que gostaríamos de aproveitar esta interpelação para clarificar a situação da COFACO, no Pico. A COFACO é uma empresa líder de mercado, lucrativa, comprovadamente lucrativa, e além de lucrativa está em crescendo.

A COFACO também é uma empresa, apesar de lucrativa, apesar de consolidada no mercado, apoiada por fundos públicos, tanto que através do PROMAR foi apoiada em 8 milhões de euros para a modernização da sua fábrica em Rabo de Peixe.

Atualmente assistimos a uma situação, no mínimo, insólita, em que todos assistimos ao desmantelamento da fábrica da COFACO na Madalena, desmantelamento esse que está a ser feito, por incrível que possa parecer, com a ajuda das próprias trabalhadoras...

Deputada Zuraida Soares (BE): Pelas trabalhadoras!

O Orador: ... que desconhecem o seu futuro e que se calhar estão a embalar aquelas que são as suas ferramentas e a desmantelar aquele que é o seu local de trabalho, e a administração da empresa nada explica, nada esclarece.

O Governo Regional, que também tem responsabilidades nesta matéria, porque tem tido conversações com a COFACO, insiste que o encerramento da fábrica é provisório e que tem em vista (vejam lá!) não o encerramento definitivo da fábrica, mas sim o seu aumento, abrindo a possibilidade de (quem sabe?) até criar mais emprego no Pico.

Por isso, basta-lhe a garantia da empresa de que nada acontecerá de negativo na Ilha do Pico, por incrível que pareça, a mesma empresa que encerrou a sua fábrica no Faial,...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Onde isto já vai, Sra. Presidente!

O Orador: ... aqui, há uns anos, e também na mesma altura com a passividade do Governo Regional.

Estão em causa 200 famílias na Ilha do Pico. O Governo Regional tem (nós sabemos, aliás é assumido) conversado, tem tido conversações com esta empresa, mas nunca se dirigiu às trabalhadoras e por isso mesmo as trabalhadoras vivem num sufoco, porque não conhecem o dia de amanhã, não sabem se terão emprego.

Não é de estranhar que o eventual fecho desta fábrica, para a eventual construção de uma nova fábrica, tenha passado para outubro, justamente logo depois das eleições autárquicas.

Deputada Zuraída Soares (BE): As más notícias dão-se depois!

O Orador: Nós temos duas questões a colocar ao Governo Regional, duas questões muito concretas relativamente à COFACO:

Garante o Governo Regional que a COFACO na Madalena não vai despedir ninguém e que a produção não será deslocalizada?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é economia!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É emprego!

O Orador: Aliás, mais do que economia isto também é política de coesão, porque aumentar emprego numa ilha, neste caso São Miguel, em Rabo de Peixe, à custa da criação de desemprego noutra ilha (no Pico), não é, de facto, sem sombra de dúvida, uma medida que ajuda à coesão da Região.

Segunda questão: como é que é possível que a três meses do encerramento desta fábrica, o Governo Regional se mantenha impávido e sereno, enquanto duzentas famílias desconhecem o seu futuro?

Obrigado, Sra. Presidente.

Deputada Zuraída Soares (BE): Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): E os tais números que eram importantes?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** A Zuraída está orgulhosa!

Deputada Zuraída Soares (BE): Muito!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Ouvimos aqui um discurso do Sr. Líder Parlamentar do Partido Socialista e um discurso do Sr. Vice-Presidente.

Notou-se que a bancada parlamentar do Partido Socialista estava um pouco adormecida perante o discurso do Sr. Vice-Presidente. Estranhamente só

aplaudiu no fim, nunca lhe deu uma palminha pelo meio, pese embora as grandes novidades que o Sr. Vice-Presidente tenha trazido.

O primeiro dado que eu gostaria de revelar e que vem na estratégia do Partido Socialista, é, numa década, entre 2007, que é a série que tenho aqui, e 2017, os Açores continuam a ter o último lugar no índice da coesão. A nível da coesão, em 30 regiões, estamos no último lugar.

Deputado André Bradford (PS): Qual é esse índice?

O Orador: É o Índice de Desenvolvimento Regional, Sr. Deputado.

Estamos no último lugar em termos de coesão. É isto que releva.

Agora, relativamente ao discurso...

Deputado André Bradford (PS): E o INE?

O Orador: O Sr. Deputado quer ouvir-me?

Deputado André Bradford (PS): Estou ouvindo!

O Orador: Eu interrompi-o quando o senhor esteve ali em cima? Então faça o favor de me ouvir, porque relativamente ao seu discurso eu ouvi-o calado. Agradeço-lhe, porque eu vou contrapor os seus números com factos públicos, publicados e nunca desmentidos e que é um paradoxo entre o discurso que o senhor fez e aquilo que a sociedade civil sente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: Bispo dos Açores, D. António Lavrador, está cá há pouco tempo: “Continua a haver fome nos Açores, denuncia Bispo de Angra e Ilhas”. Não fui eu que o disse!

“Muitas famílias açorianas estão preocupadas que o seu rendimento não chegue ao final do mês”, isto é de março de 2017.

“Vinte e sete escolas dos Açores fornecem 138 mil almoços quentes a alunos necessitados”, não sou eu que o digo, é a sociedade civil a falar, Sr. Deputado.

Deputado Manuel Pereira (PS): A classe religiosa!

O Orador: Mais!

“Exportações para o estrangeiro caem 19% com quebras no peixe fresco e conservas”, Sr. Deputado.

“Lavoura açoriana está a fundar-se”, diz Jorge Rita, Sr. Deputado.

“Setor primário regista maus resultados e perde emprego”, Sr. Deputado.

“Apesar da qualidade dos produtos agrícolas, o preço do leite envergonha quem produz com excelência”, Sr. Deputado.

“Lavoura pede reforço de apoios do POSEI e admite manifestações”, Sr. Deputado.

Pesca, (setores produtivos, é do que eu estou a falar, sociedade civil), “um dos piores anos de que há memória para o setor das pescas nos Açores”, Sr. Deputado André Bradford.

“Pescadores açorianos estão a viver na miséria”, Sr. Deputado.

“Pescadores de chicharro dizem que estão a viver uma situação de desgraça”, Sr. Deputado.

“Pesca descarregada nos portos dos Açores volta a cair”, Sr. Deputado.

“Produtores de atum nos Açores numa situação de quase catástrofe e sem meios para pescarem em 2017”, Sr. Deputado.

“Pescadores dos Açores pedem plano de emergência”, Sr. Deputado Bradford.

Portanto, acho que fica já com um retrato muito significativo daquela que é a real situação nos Açores, dita aqui pelas associações do setor, pela sociedade civil, pelos seus representantes e pelas famílias, Sr. Deputado André Bradford.

Deputado Carlos Silva (PS): Como é que o PIB cresce?

O Orador: Portanto, eu gostaria que me explicasse como é que compagina isto com o discurso que o senhor trouxe.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Mas mais interessante – Sr. Deputado, e se me permite – é que entre 97, Sr. Deputado André Bradford, o setor primário perde quase 4 pontos

percentuais. Passa de 16.9 para 13.1, o setor primário, Sr. Deputado André Bradford.

Deputado André Bradford (PS): Se me quiser fazer uma interpelação pode fazer!

O Orador: O setor secundário passa de 22.9 para 14.4, Sr. Deputado André Bradford.

Portanto, está a ver como é que está a crescer a economia.

Agora, o setor terciário, Sr. Deputado Bradford, passa...

Deputado André Bradford (PS): Sr. Deputado, o PIB cresce!

O Orador: Eu sei que lhe custa a ouvir, mas vai ter que ouvir.

Há aquele célebre Ministro do Saddam Hussein, “os americanos estão na rua e os tanques a passarem ao lado”. É sempre a célebre frase, o senhor resiste até à última bala, Sr. Deputado André Bradford.

Deputado André Bradford (PS): Resisto até ao último número!

O Orador: Eu vou recapitular para o senhor não se esquecer.

Deputado André Bradford (PS): Esteja à vontade!

O Orador: O setor primário não criou emprego, o setor secundário em 20 anos não criou emprego, e apenas no setor terciário passa de 62 para 72, aumenta o emprego público.

Sr. Deputado, eu gostaria que me explicasse à conta de quê, isso é que era interessante. Como cresceu o emprego público? Foi na função pública tradicional? Foi nas empresas públicas? Foi nos programas ocupacionais?

Nesse emprego que cresceu, eu gostaria de saber que qualidade de emprego é que nós temos?

Portanto, de uma maneira simples, mas acho que esclarecedora, pondo a sociedade civil aqui a falar, as famílias a revelar as suas dificuldades, as Associações de Pescadores a revelarem as suas dificuldades, os lavradores a

revelarem as suas dificuldades, o emprego é exatamente o contrário daquilo que os senhores anunciam, a pergunta é: como compagina uma coisa com a outra?

Muito obrigado, Sr. Deputado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Deputado André Bradford (PS): Está a perguntar a mim?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem é que fez a interpelação? O senhor não é que falou? Estou a reagir ao seu discurso!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Abordar o tema do crescimento económico e criação de emprego, implica desde logo e quanto a nós que sejam colocadas duas questões muito simples.

Primeira: que crescimento económico?

Segunda: que emprego?

E isto se não quisermos embarcar na corrente das pomposas declarações, entrevistas e debates nos quais quer os números, quer os conceitos, convenientemente embrulhados em termos pretensamente técnicos e convenientemente em língua inglesa, são apresentados como leis universais infalíveis, perante as quais os comuns dos mortais para além de não as compreender não podem ousar sequer cometer o sacrilégio de duvidar e muito menos contestar. Ora, bastará olharmos para a história mais recente para termos exemplos práticos do completo divórcio entre os números e a realidade, sendo certo que a realidade neste domínio tal como as forças da natureza acaba sempre por impor-se.

Falar e debater economia e nomeadamente crescimento económico nos Açores exige, portanto, um olhar atento à nossa volta e, antes de mais, colocarmos desde logo esta questão:

Temos e queremos um crescimento económico para melhorar o nível e a qualidade de vida da população em geral da nossa Região, ou temos e queremos um crescimento económico que se traduza em bonitos números, bonitas contas, mas que ao invés de servir para melhorar o nível e as condições de vida de toda a população da Região, piora o seu nível de vida,...

Deputado Miguel Costa (PS): Níveis de conhecimento também não é mau!

O Orador: ... restringe os seus direitos, aumenta o fosso entre ricos e pobres e se sustenta sobretudo numa mão de obra barata cuja taxa de desemprego elevada e o despedimento por dá cá aquela palha mantém a generalidade do povo servil e subservientemente ao serviço desta economia que apesar disso se pode apresentar saudável e pujante na força de alguns números, mas apenas e tão somente para benefício de alguns?

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quanto a este tipo de economia, seja a pretexto do equilíbrio das contas públicas e do resgate financeiro do País e da Troika, seja a pretexto do desenvolvimento económico, tivemos a nível da República e de má memória os governos PS/Sócrates e PSD/CDS-Passos/Portas, com resultados desastrosos para a generalidade do Povo português mas com chorudas negociatas e resultados muito positivos para alguns grandes acionistas de grandes grupos económicos, de que poderíamos dar como exemplo a SLN.

Tudo isto enquanto um número elevadíssimo de pequenas e médias empresas eram sufocadas e levadas à falência, e empresas estratégicas fundamentais eram vendidas ao desbarato, enquanto por exemplo se isentava uma companhia aérea *low cost* do pagamento de taxas porque a mesma se comprometia a fazer base num dos nossos aeroportos e criar umas centenas de postos de trabalho e isso é

que era importante para a estatística e para os números dos indicadores económicos, não importando o facto de todos os postos de trabalho serem precários e mal pagos, mas se recusava o mesmo tratamento ou qualquer benesse para a nossa companhia de bandeira apesar desta ser a principal exportadora nacional.

Tudo isto enquanto se procedia a roubos inauditos aos salários, aos direitos dos trabalhadores, a toda a população ativa, aos reformados e aposentados.

Tudo isto enquanto se tentava dismantelar e acabar com o ensino público, se atacavam e diabolizavam os seus profissionais, designadamente os professores.

Tudo isto enquanto tentavam dismantelar e acabar com o Serviço Nacional de Saúde.

Tudo isto sempre em nome do crescimento económico e da criação de emprego entre os desígnios da completa subserviência às imposições próprias de potências coloniais que a Troika tão denodadamente representava e defendia.

Se é certo que a derrota de tais políticas e teorias económicas permitiu na República abrir caminho a uma política de recuperação e reversão dos mais nefastos aspetos sociais e económicos da mesma, o que parece também não oferecer dúvidas é que os seguidores deste modelo de desenvolvimento económico longe de assumirem a derrota do mesmo, persistem em manter muitos dos seus aspetos fundamentais.

Não precisaria ir mais longe para perceber de que observamos toda a resistência a qualquer alteração à legislação laboral, por mais justa e necessária que seja, como a revogação da caducidade das convenções de trabalho ou o combate efetivo à precariedade laboral que o PS nos Açores assumiu de forma muito clara apenas querer fingir combater, o que naturalmente deixa sobejas preocupações quanto ao tipo de economia e de crescimento económico que este partido e o seu governo pretendem para a Região.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando a pretexto deste debate sobre crescimento económico e criação de emprego vemos o Governo e o Partido Socialista a tentarem embandeirar em arco, agitando números das estatísticas sobre o crescimento económico e sobre emprego, não podemos passar sem questionar qual e que tipo de desenvolvimento económico é esse.

Será desenvolvimento económico sustentável um desenvolvimento cuja aposta é quase exclusivamente no sector terciário da economia?

Basta conhecer a realidade, e nem mesmo a leitura enviesada dos números o consegue contrariar, para perceber que o crescimento económico verificado na Região radica essencialmente no crescimento verificado no sector do turismo.

Se não descuramos nem enjeitamos de modo algum a importância de uma aposta séria, criteriosa e bem-feita no sector do turismo, já nos preocupa o rumo para o qual essa aposta está cada vez mais direccionada. Rumo este que em experiências alheias acabaram por colocar em risco o próprio sector e que não auguram também aqui que seja uma aposta sustentada e com um futuro muito risonho.

Muito gostaríamos se no futuro viéssemos a ter de reconhecer que afinal nos havíamos enganado, contudo não podemos deixar de nos interrogarmos:

Será na venda de bens e serviços que reside o futuro da nossa Região?

Dirá o Governo e o PS que a aposta no desenvolvimento económico não se resume aos sectores terciário e primário da economia e que o sector secundário é merecedor da maior atenção e objeto das mais acertadas medidas que são garante do seu crescimento.

Todavia, quando vemos as políticas concretas em relação às indústrias transformadoras e ao encerramento de unidades produtivas, como vemos em relação à SINAGA, à Fábrica do Álcool da Lagoa, ao encerramento da fábrica da COFACO do Faial e ao recente encerramento da fábrica da COFACO no Pico,...

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*): Já encerrou?

O Orador: ... pretensamente por um prazo de 18 meses e o Governo assobia para o lado ou confessa-se impotente para agir, atirando para outros as responsabilidades na matéria, ficamos esclarecidos quanto ao crescimento económico do sector secundário.

Resta, pois, a questão de saber se será a venda de bens e serviços capaz de assegurar e manter um crescimento aceitável do sector primário, agora e no futuro?

Parece-nos evidente que o crescimento do sector primário a reboque do sector terciário terá sempre um limite de crescimento que um pico momentâneo de crescimento não garante de modo algum que se verifique de modo constante e permanente. Mais ainda se levarmos em linha de conta que a realidade é que mesmo hoje, quando nos querem convencer do contrário, o sector do turismo ao invés de promover e vender a produção própria do nosso sector primário opta por promover e vender os mesmos produtos, mas importados, em boa parte, do estrangeiro.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para nós, PCP, não faz sentido falar de crescimento económico sem que esse crescimento se traduza numa justa e equilibrada distribuição da riqueza gerada, como não faz qualquer sentido falar de emprego apenas para fins estatísticos, mas com vínculos precários e sem direitos. Não é essa a economia que defendemos, não é esse seguramente o crescimento económico a que os açorianos aspiram e têm direito.

Bem sabemos que o Governo é hábil, como aliás ainda recentemente o demonstrou nesta Assembleia em trabalhar os números dos trabalhadores com vínculos precários, fazendo passes de mágica com os números dos trabalhadores em programas ocupacionais, transformando e alterando a

realidade dos factos em números do seu agrado e que sirvam para poder propagandear o sucesso das suas políticas na criação de emprego.

Também aqui a realidade contraria o cenário cor de rosa apresentado.

É que no último trimestre que temos conhecimento e registo através do Serviço Regional de Estatística, os números estão longe de revelar tão belo cenário,...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino, Sra. Presidente.

... pois se é certo que no total da população empregada se verificou um crescimento de 1,2% do emprego a tempo completo, o que é um facto é que no mesmo período o emprego a tempo parcial cresceu 19,7%.

Quanto aos tipos de vínculos contratuais os números também são elucidativos. Enquanto nos contratos sem termo certo, admitindo todos como permanentes, de facto se verificou um crescimento de 1,7%; os contratos a termo certo, portanto a prazo, diminuíram 0,8%, número que por si só e isoladamente até poderia parecer muito positivo, não fora o facto do Subemprego e o trabalho a tempo parcial ter registado o modesto crescimento de 24,7%, sendo que quanto a trabalhadores do sexo masculino o crescimento foi somente de 65%.

É esta a realidade que bem demonstra que tipo de desenvolvimento económico e que tipo de emprego é que o Governo e o PS representam na nossa Região e que os faz embandeirar em arco e como diz o nosso povo “Fazer a festa, atirar os foguetes e apanhar as canas”, só que neste caso quem leva na cabeça com as canas são os trabalhadores e são os açorianos, de uma maneira geral.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É verdade!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, Sras. Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu fico um pouco incrédulo com algumas das observações que são aqui feitas. É que dá a ideia de que não há nada que corra bem nos Açores.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Não há um indicador bom, não há a criação de empresas, não há a redução do desemprego, não há criação de emprego. Nada disso é relevante.

Deputados André Costa e Miguel Costa (PS): É verdade!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso já estava escrito! O papel deve ser atualizado!

O Orador: O investimento privado, tanto apregoado por alguns partidos, nem é mencionado. Nada disso é relevante.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E o maior problema acaba por ser esta interpelação. Para vocês é isso que é importante.

Ela revela **iniciativa e capacidade de diálogo**, sem preconceitos, Srs. Deputados...

Deputado Mónica Rocha (PS): Muito bem!

(Diálogo entre os Deputados da bancada do PS e do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: ... e permite trazer para o debate a discussão de **políticas públicas de criação de emprego e de crescimento económico**. Isso não vos agrada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Revela uma **trajetória clara de crescimento económico** e de **melhoria das condições de vida** dos Açorianos, que é real, que existe.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O ponto que estamos a debater chama-se “Interpelação ao Governo”!

O Orador: Nós visitámos empresas, falámos com trabalhadores. Os senhores simplesmente ficam fechados no vosso cubículo.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Presunção sua!

O Orador: Há um aumento **da confiança generalizada das famílias, há mais consumo, há mais investimento, há projetos de investimento, há emprego a ser criado.** Isso também não vos agrada.

Deputadas Mónica Rocha e Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: Mas vejamos alguns indicadores.

Deputado Paulo Parece (PSD): O ano passado o senhor pensava assim?

O Orador: É pena que tenham de vir pessoas de fora para reconhecer os bons indicadores...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... e não haja por parte da oposição essa coragem.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: A Região, no que diz respeito ao PIB, tem vindo a crescer, tem vindo a aumentar **o ritmo de crescimento económico**, de 2014 para 2016. Passou de 0,7 para 2,1, acima da média nacional, acima da zona euro, acima da União Europeia.

O Sr. Deputado António Vasco simplesmente pegou num indicador no ano que lhe dava mais jeito, 2008.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Esqueceu-se de ir, por exemplo, a 2006, e aí ia permitir ver...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Serviço Regional de Estatística é claro!

O Orador: Sr. Deputado, deixe-me falar.

Para comprovar este crescimento temos:

- Aumento da atividade económica a crescer consecutivamente;
- Aumento dos levantamentos bancários (tudo indicadores simples);
- Aumento da energia consumida;

- Aumento significativo da venda de automóveis;
- Aumento do comércio de produtos alimentares.

Isso traduz-se em **novos projetos de investimento privado**.

Perguntas:

Relativamente às **Finanças Públicas**, tão criticadas por vós, também aqui, personalidades insuspeitas, dizem que somos um exemplo a nível nacional.

Temos dado o contributo positivo para as contas públicas.

O **valor da nossa dívida** representava **40,7% do PIB**, enquanto que Portugal, e por exemplo a Madeira, representavam praticamente o triplo.

Países desenvolvidos como a França, como o Reino Unido, tinham o dobro do rácio da nossa dívida, mas isso também não é relevante para vós.

O valor da nossa **dívida** é sustentável, **está certificado** e representa o **investimento que foi feito ao longo dos anos em prol dos Açorianos**, e em áreas importantes como na agricultura, na saúde, nas pescas, no apoio social, na competitividade das empresas, entre outros setores.

Como afirmou Mário Centeno, “não há milagres nem habilidades, há um trabalho muito intenso”,...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... há um trabalho dos açorianos, do Governo e de todas as empresas que criam emprego.

Vejamos a **Criação de Empresas**, por exemplo:

Entre 2013 e 2016 foram:

- Constituídas: mais de **1.909** pessoas
- Dissolvidas: cerca de **1.043**

Dá um rácio de praticamente o dobro das empresas.

- Por cada uma que é dissolvida são **criadas duas**.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Luís Maurício (PSD): Diga quais são!

O Orador: Em 2017 esse ritmo de crescimento acelerou para o **triplo**, mas isso também não é relevante para vocês.

Deputado Manuel Ramos (PS): Pois não!

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): “Para vocês”, não!

Deputado António Almeida (PSD): Para os senhores Deputados!

O Orador: É graças a este crescimento que tem sido possível criar emprego e reduzir o desemprego.

Vejamos alguns indicadores do **Desemprego**.

De acordo com os dados recentemente publicados, ontem, Sr. Deputado António Vasco, existem 9.503 açorianos desempregados. É um valor que nos preocupa ainda, mas revela uma trajetória clara de recuperação do emprego e de redução do desemprego.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: São **menos 26% desempregados em 4 anos**. Isso também não é mencionado.

Os dados do primeiro trimestre de 2017 revelam que a taxa de desemprego atual nos Açores é de **9,3%**, metade do máximo verificado em 2014 e abaixo de média nacional, o que também deve ser realçado.

Mas falamos também dos **programas operacionais** que tanto vos preocupa. Um dia apoiam, no outro dia criticam!...

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso é demagogia, Sr. Deputado!

O Orador: Não, não! Falaram aqui no financiamento dos programas ocupacionais. Depois vêm criticar e querem apoiar ainda mais, é um bocadinho contraditório.

Deputado Manuel Pereira (PS): Não sabem o que querem!

O Orador: Desde janeiro de 2017, há uma **redução de cerca de 10%** do número de pessoas inscritas nos programas ocupacionais.

Deputado Marco Costa (PSD): Abdicaram da formação!

O Orador: Temos hoje a **maior população empregada desde o 3.º Trimestre de 2009**, com mais de **111 mil Açorianos** empregados.

Deputado Marco Costa (PSD): Abdicaram da formação!

O Orador: Entre 2014 a 2017, a população ativa aumentou (também foi esquecido), o que provocaria, em condições normais, um impacto muito grande no desemprego.

Ainda assim, mesmo com o aumento da população ativa, a população empregada **aumentou em mais de 12 mil pessoas**.

Esses são os indicadores que os açorianos reconhecem.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ao contrário!

O Orador: No primeiro trimestre de 2013 tínhamos cerca de 97.000 açorianos empregados, no primeiro trimestre de 2017 temos 111 mil. Estes números são reais e existem.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, a criação de emprego é real, a redução do desemprego é bem real, mas ainda estamos preocupados, queremos mais, queremos melhorar as condições de vida dos açorianos e é isso que nos move, são as pessoas.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente eu gostaria, nesta segunda intervenção, de abordar esta questão nos seguintes termos:

Nós, de forma muito clara, temos um conjunto, não é de indicadores, são os indicadores que são utilizados em toda a Europa e em todo o país para medir a atividade económica, o emprego e que foram também os indicadores utilizados pela oposição para medir a economia e o emprego nesta Região,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... até agora e durante muitos anos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não são os mesmos índices de desenvolvimento que conhecemos!

O Orador: O que assistimos é a esta coisa extraordinária. Os indicadores que sempre foram usados no debate nesta Assembleia e que são usados no país e na Europa para medir o crescimento económico, para medir o emprego, serviram até há pouco tempo,...

Deputado Luís Maurício (PSD): E continuam a servir!

O Orador: ... agora já não servem.

Deputados Miguel Costa e José Ávila (PS): Muito bem!

Deputado Luís Maurício (PSD): Agora a sua leitura não é dogmática, é dinâmica!

O Orador: Agora o que interessa são indicadores parcelares que contribuam para o indicador global que agrega toda a atividade. É a primeira nota que eu gostaria de deixar ficar.

Quando no passado se falava na taxa de desemprego quando estava em 18%, a taxa de desemprego servia. Hoje a taxa de desemprego já não serve.

Deputado Miguel Costa (PS): Que chatice!...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Quando no passado se falava que o PIB descia, o PIB é que era importante. Hoje, o PIB não é importante. Mas, infelizmente para vós, são esses os dados que avaliam o crescimento económico, a saúde económica de uma Região, de um país, aqui, no país e na Europa.

Mas o mais extraordinário, se me permitem, é assistir a que os mesmos que justificam o seu apoio a um Governo da República por ter conseguido um crescimento económico, por ter conseguido a criação de emprego e a redução de desemprego,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas ao contrário, Sr. Vice-Presidente!

O Orador: ... quando numa Região esse crescimento económico é ainda maior, quando a criação de emprego é ainda maior e quando a redução de desemprego é ainda mais acentuada, essa mesma realidade não serve para apoiar aqui, na Região, algo que apoiam lá fora, com resultados menos bons do que na Região.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Terceira questão essencial: o mérito dos resultados.

Eu fiz questão de dizer que o mérito destes resultados é...

Deputado Luís Maurício (PSD): Mérito dos açorianos, das açorinas e das famílias!

O Orador: ... dos açorianos.

O mérito dos resultados que conseguimos é dos trabalhadores e das empresas açorianas.

O Governo fez aquilo que era da sua responsabilidade, mas o mérito é dos açorianos e o clima de confiança e de esperança que se vive neste momento na Região é mérito exclusivamente dos açorianos que souberam enfrentar as adversidades.

Temos a consciência que da parte de alguma oposição, quando corria mal, a culpa era do Governo.

Deputado Luís Maurício (PSD): Era do Chile!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não era, era do Passos Coelho!

O Orador: Quando corre bem, agora é da conjuntura internacional...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: ... é dos fatores externos, mas não é do Governo dos Açores.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

O Orador: Só não chegaram ao ponto de dizer que o mérito é do atual Governo da República face ao anterior, mas ainda chegaremos a essa parte.

Uma questão final nesta abordagem sobre a questão do emprego, do crescimento acentuado do emprego e da redução muito acentuada do desemprego.

Nós podemos ir sempre buscar anos onde a taxa de desemprego é menor. Nós podemos ir sempre, mas a própria dialética e análise que se faz, se repararem, ao longo dos últimos meses, vem sempre recuando.

Nós quando crescemos o emprego, ouvi alguns dizer: sim, mas em 2011 era melhor.

Depois, era em 2009 que era melhor.

Agora já vai em 2008. Daqui a pouco estaremos no início do século.

Deputado Miguel Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, é sinal que estamos a melhorar.

Agora há um aspeto essencial de toda essa conjuntura, que foi a esse ponto que conseguimos chegar: houve efetivamente uma conjuntura adversa bastante acentuada entre 2011 e 2013 e há um claro sinal de retoma a partir de 2014. É esta a realidade desta Região.

Uma questão final só para falar de uma tentativa de atribuir o crescimento do emprego e a redução do desemprego aos programas ocupacionais.

Então vamos fazer contas de acordo com os dados existentes.

No primeiro trimestre, hoje, existem mais 12.190 açorianos empregados do que havia há três anos. Mais 12.190 açorianos empregados!...

Alguns dizem que isso deve-se aos programas ocupacionais. Então vamos comparar quantos açorianos estavam nos programas ocupacionais há três anos e estão hoje. Hoje estão mais 1.670 açorianos em programas ocupacionais.

Deputado Bruno Belo (PSD): Os trabalhadores ao abrigo dos programas ocupacionais são trabalhadores empregados ou desempregados?

O Orador: Ou seja, no mesmo período criámos mais 12.190 empregos e estão mais 1.670 açorianos em programas ocupacionais.

Numa conta de matemática simples, mesmo que essas pessoas que frequentam esses programas fossem incluídas no número de empregados, quer dizer que sem programas ocupacionais criámos neste período mais 10.520 empregos.

A matemática é muito simples.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos a um quarto para o meio dia.

Eram 11 horas e 24 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeçam que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 51 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade a este debate.

Está inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Devo dizer que estou profundamente desiludido com a forma como está a decorrer este debate, porque tinha sido anunciada uma ordem de trabalho em que constava uma interpelação ao Governo por parte do Partido Socialista.

Aliás, os jornais publicaram e as televisões anunciaram uma interpelação ao Governo Regional e quem está a assistir a este debate verificou que não foi isso que aconteceu.

O Partido Socialista não colocou nenhuma pergunta ao Governo Regional, nem daquelas mais simples, nem daquelas combinadas. Não colocou nenhuma pergunta!

Por isso devo dizer que aquilo que está a acontecer é algo que me aconteceu há uns sete anos quando fui ver um jogo de futebol a Guimarães. Comprei um bilhete pensando que iria ver as grandes estrelas do Benfica a jogar neste jogo amigável e afinal a equipa do Benfica jogou com a equipa B.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Senti-me profundamente desiludido, porque não era isso que estava anunciado e não era este o seu propósito.

Devo dizer, tirando o facto de o Partido Socialista não ter interpelado o Governo Regional, o seguinte:

O Sr. Deputado André Bradford disse que não vinha aqui falar de contos de fadas, disse que não vinha aqui falar de milagres, mas foi isso precisamente que veio aqui fazer. Ou seja, o Sr. Deputado não teve a capacidade de colocar questões prementes (não teve a capacidade ou não quis fazer!) ao Governo Regional, porque a verdade é que existe um conjunto de questões que são questões prementes que devem ser colocadas ao Governo Regional.

Vamos partir daquilo que eu considero, que este crescimento tem sobretudo a ver com uma forte dependência da Região em relação à economia nacional.

Deputado André Bradford (PS): E a crise anterior, teve alguma coisa a ver?

O Orador: Há uma fortíssima dependência da economia regional. Portanto, se a economia nacional entra em crise, os Açores e a economia regional entram em crise; se há uma recuperação, o Governo Regional e a economia regional tendem também a recuperar.

Nesse contexto, algo que não foi ainda concretizado ao longo destas quatro décadas de autonomia regional é a capacidade para termos ciclos diferentes para conseguirmos de alguma forma ter uma evolução do ponto de vista económico autónoma. Essa capacidade ainda não se concretizou.

O que eu pergunto ao Sr. Vice-Presidente é, o que é que preciso fazer para que a economia regional tenha uma capacidade de poder fugir a um contexto nacional mais difícil e de conseguir ultrapassar esses condicionalismos?

O que estamos a verificar é que temos uma recuperação que está relacionada com uma conjuntura nacional mais favorável, com uma conjuntura nacional mais favorável sobretudo assente em dois setores: o crescimento do turismo e a construção civil.

Ora, todos concordarão que nesta conjuntura, estes dois setores são setores extremamente vulneráveis cujo crescimento se explica através do contexto específico que estamos a viver.

Eu pergunto: o que é que acontecerá ao turismo se regressar um clima de segurança à Europa? Se no Médio Oriente o Estado Islâmico for derrotado, o que é que acontecerá se o contexto internacional se alterar?

Por isso, é evidente que eu considero que nós temos, em relação ao turístico, que considerar a possibilidade da conjuntura se alterar.

Portanto, há aqui neste crescimento algo que conjuntural.

A mesma coisa em relação à construção civil, mas há setores, que são setores decisivos para o crescimento económico da Região, em que aí nós não temos melhorias, como por exemplo em relação à agricultura ou, por exemplo, em relação às pescas.

Essa era uma pergunta que eu estava à espera que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tivesse colocado ao Governo: o que é que o Governo vai fazer para impedir que estes dois setores, as pescas e a agricultura, que são fundamentais para a economia regional, possam recuperar e ter um elemento de recuperação visível no âmbito da economia regional tal como está a acontecer com o turismo?

Essa era uma pergunta que eu estava à espera, mas como o Partido Socialista não a fez, eu faço essa pergunta ao Sr. Vice-Presidente: o que é que espera e o que é que vai fazer em relação à recuperação da agricultura e das pescas, que são dois setores absolutamente fundamentais para a recuperação económica da Região?

Aí eu espero e aguardo resposta.

Eu vou só dar um exemplo da ineficácia do Governo em muitos setores e algo que poderiam fazer.

Por exemplo nas pescas. Eu sei que é um pequeno exemplo, mas contextualiza aquilo que sucede e podia ser alterado com vontade política e preparação. Na questão das pescas vejam a situação que os pescadores do Corvo estão a enfrentar.

Eu chamo a isto o Complexo de Gulliver.

Quando o Governo chega ao Corvo acha que tem que fazer tudo pequeno. Compararam um Raio X minúsculo.

O que é que acontece?

Os pescadores quando pescam peixes de maior dimensão o peixe não cabe no Raio X e, portanto, não pode ser transportado para o exterior.

O que os pescadores agora me dizem no Corvo é: os peixes pequeninos não podemos pescar, estão proibidos; o peixe grande não cabe no Raio X, temos que ir pescar já com uma fita métrica. Além de levarem a rede, também têm que levar uma fita métrica para conseguir pescar em condições.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Agora o senhor já está a falar bem!

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Este é o tipo de condicionalismos (oiçam!) que o Governo deveria imediatamente resolver.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Isto não pode acontecer.

Eu poderia dar dezenas destes exemplos.

Vou dar mais outro exemplo, este relacionado com as políticas de coesão, que não estão a ser pensadas...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e não estão a ser eficazes.

Outro exemplo: estamos no mês de junho e no Corvo ainda não nasceu nenhum bebé. Desde o início do ano ainda não nasceu nenhum bebé.

Pelo conhecimento que eu tenho da sociedade do Corvo não acho previsível que possa nascer, pelo menos não se nota.

Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*): Tem conhecimento a esse nível?

O Orador: Sim, evidentemente. Nota-se!

O ano passado nasceu um bebé na Ilha do Corvo.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): O que é que se passa com os corvinos?

O Orador: Isto demonstra que existe um despovoamento das ilhas de menor dimensão e que as políticas de coesão não estão a ser eficazes. O Governo deveria fazer alguma coisa nesse sentido, porque evidentemente do ponto de vista do crescimento económico a coesão importa e importa que se aproveitem todos os recursos da nossa Região.

Depois temos um conjunto enorme de questões de âmbito social que eu vou abordar na segunda intervenção, porque quero ficar com tempo para poder realizar uma segunda intervenção.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): A culpa é sua! Não nascem bebés, a culpa é sua, Sr. Deputado. É por causa da Banda Larga!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silva tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silva** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nós percebemos a desorientação do PSD, Sr. Deputado António Vasco.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Percebemos, porque os senhores estavam preparados, e prepararam-se ao longo destes meses e dos últimos anos, para continuar com o seu discurso de desgraça de que os Açores são uns desgraçados, os trabalhadores açorianos são uns desgraçados, estão desempregados, os números de desemprego não diminuem. Afinal, saiu-lhes tudo ao contrário.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Percebemos perfeitamente que os senhores não mudaram o seu discurso, porque não quiseram com certeza acompanhar a evolução da Região.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

A Oradora: A verdade é que nós vivemos nos últimos anos uma crise financeira internacional. Esta crise financeira teve graves consequências também no país, mas também na nossa Região.

Levou a um aumento do desemprego que em 2014 chegou aos 18%, com mais de 21 mil açorianos desempregados.

No entanto, o que aconteceu na Região foi que o Governo Regional desencadeou uma luta sem tréguas (árdua e sem tréguas!) no combate ao desemprego...

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

Deputado Marco Costa (PSD): O desemprego do exterior e o emprego do interior!

Deputado Bruno Belo (PSD): As declarações da sindicalista Graça!

A Oradora: ... e na criação de emprego.

O Governo Regional apostou, como uma das suas grandes prioridades, na criação de emprego. Apostou, apostou com medidas de apoio às empresas, à formação, à requalificação dos açorianos, programas de emprego, apoio à contratação e, na realidade, os resultados foram positivos.

Foram positivos e hoje a realidade é outra. É uma realidade que enerva o PSD, percebemos, mas é outra!

É outra, com mais açorianos empregados, com menos 10.130 açorianos desempregados, com uma taxa de desemprego mais baixa desde 2011, com uma taxa de desemprego de 9,3 que baixou 50% em três anos.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Paulo Parece (PSD): Se a senhora falasse como sindicalista, defendia isso tudo?

Deputado Bruno Belo (PSD): Isso é a Deputada Graça ou a sindicalista Graça? O que é que a sindicalista Graça diz?

A Oradora: Uma taxa de menos inscritos nas Agências de Emprego e Qualificação Profissional, mais ofertas de emprego, com um aumento de 100% nas ofertas de emprego, mais colocação de desempregados no mercado de trabalho, e isto não são números nossos, Srs. Deputados.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E isso é bom ou é mau?

A Oradora: São números do INE e do IFP que os senhores ainda há pouco referenciaram,...

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

A Oradora: ... mas que só lhes conveio irem para números que estão desatualizados.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Mas diga se isso é bom ou é mau?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: O Governo Regional também desencadeou uma luta contra a precariedade do emprego, e é verdade também, com resultados positivos.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Excelentes!!!

A Oradora: O próprio Governo Regional, na Administração Pública, deu o exemplo, criando o mecanismo de precariedade zero dentro dos serviços da Administração Pública, criando situações em que, com mais intervenção da Inspeção Regional do Trabalho no sentido de maior fiscalização relativamente à precariedade na Região, já com frutos dados e apresentados, cerca de 2000

açorianos, neste momento, estão nos quadros das empresas através de operações da Inspeção Regional do Trabalho.

Mas também, Srs. Deputados, a verdade é que desde o ano 2013, mesmo nas próprias empresas privadas, os contratos sem termo têm aumentado consistentemente todos os anos.

Deputada Zuraida Soares (BE): Uau!...

A Oradora: Portanto, Srs. Deputados, temos resultados positivos, temos resultados encorajadores.

Deputado Paulo Parece (PSD): Quais resultados?

A Oradora: Temos orgulho no caminho percorrido,...

Deputado Bruno Belo (PSD): Com peso na consciência!

A Oradora: ... mas não estamos satisfeitos. Não estamos totalmente satisfeitos e pretendemos que se continue o trabalho no mesmo sentido, nesse bom caminho que o Governo Regional tem percorrido.

Tem percorrido e hoje orgulhamo-nos, Srs. Deputados, de que qualquer açoriano sem emprego ou em dificuldade pode ter apoios que lhe permitam ultrapassar com dignidade todas as suas dificuldades.

Portanto, foi um caminho percorrido pelo Governo Regional, mas em que milhares e milhares de açorianos, em todas as ilhas, nas empresas, nos setores produtivos, na indústria, nos serviços e em qualquer lugar acreditaram que era possível, acreditaram e trabalharam com determinação, com coragem, constituindo-se verdadeiros pilares da retoma económica dos Açores.

Deputado José Contente (PS): Muito bem!!

A Oradora: No entanto, gostaríamos de deixar aqui algumas questões ao Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

Deputado Paulo Parece (PSD): Não faça isso, porque ele não sabe responder!

A Oradora: Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, gostaríamos também que nos falasse da continuação das perspetivas do combate, quer à precariedade laboral na Região, quer à continuação da aposta de políticas de criação de emprego.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na intervenção que tinha, tinha uma alternativa em função da primeira intervenção do Deputado André Bradford e é evidente que se o conteúdo da sua intervenção fosse verdadeiramente uma interpelação, há aqui referências que não tinha feito.

Mas não foi!... O Sr. Deputado não fez. Na sua intervenção não trouxe matéria nenhuma que pudesse consubstanciar uma interpelação. Aí fiz algumas críticas relativamente a isso.

Depois das intervenções do Sr. Deputado Carlos Silva e da Sra. Deputada Graça Silva pensei que estava afastada a interpelação, mas afinal não estava, só que a interpelação agora parece que é ao PSD e à minha intervenção, o que não faz sentido nenhum.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputada Graça Silva (PS): Não lhe fiz pergunta nenhuma!

O Orador: Mas eu respondo e respondo relativamente aos dados.

Houve aqui na minha intervenção referência a períodos precisos e foram aplicados os mesmos períodos para indicadores diferentes. Não andei a navegar entre anos.

Em termos de emprego e de PIB um trimestre é pouco e tratei dos dados das últimas duas legislaturas, de 2008 a 2016, que é o que faz sentido. Foram tratados para aquilo que é de bom e para aquilo que é de mau.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Relativamente ao crescimento económico o drama é esse, é que em oito anos, nas condições que a Região teve de apoios comunitários e de apoios ao abrigo das finanças públicas regionais, apesar de haver crise, não se conseguiu crescimento económico significativo.

O único ano, o de 2016, há um pequeno crescimento económico e é bom. Falei ali que era positivo, mas é um ano e um ano é exatamente isso e há um fator direto que influencia esse crescimento, que é o crescimento do turismo. Portanto, isto é evidente e infelizmente é isto.

Mas a questão do emprego, está esclarecida a questão de 2007 ou de 2008. Foram utilizados os dados de 2008 a 2016 para o emprego.

Deputado Carlos Silva (PS): 2006!

O Orador: Mas relativamente ao emprego, os dados dos inquéritos trimestrais são positivos. Eu disse ali. Ninguém duvida disso.

A questão é que temos que conjugar essa avaliação com os dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional e, juntando os dois, a leitura não é tão positiva,...

Deputado Marco Costa (PSD): Mas isso não interessa!

O Orador: ... até porque a Região tem a particularidade de ter 7.000 ocupacionais.

Deputado Carlos Silva (PS): Seis mil e setecentos, Sr. Deputado!

O Orador: Isso representa três vezes mais do que aquilo que é, na proporção, o país.

É evidente que esta particularidade influencia os inquéritos trimestrais.

Deputado Marco Costa (PSD): Essa parte é para anotar, são três vezes mais!

Deputado Miguel Costa (PS): No vosso programa eleitoral não referiam os programas ocupacionais!

O Orador: Ó Dr. Miguel, eu já lhe respondo. Quando fizer uma pergunta, no âmbito da interpelação que está a fazer aqui ao PSD, já lhe respondo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Mas a questão dos ocupacionais, eu não sou contra os ocupacionais, nem o PSD.

O que nós dizemos é que os ocupacionais é uma circunstância que tem que ser tida em conta quando se avalia o problema do emprego na Região. Não é indiferente analisar a situação de emprego numa Região que tenha 7.000 ocupacionais e outra com a mesma população que tenha 2.000.

Deputado Carlos Silva (PS): Seis mil e setecentos, Sr. Deputado!

O Orador: Portanto, a avaliação do desemprego é diferente e foi isso que foi feito.

Relativamente ao Sr. Vice-Presidente, que acho que foi cauteloso na sua intervenção e tentou não puxar ao Governo grande parte dos méritos dos resultados, coisa que não aconteceu com o PS, e acho que foi inteligente nisso, mas eu tenho uma pergunta, e é esta:

Os ocupacionais, que são 7.000, se calhar baixou no mês de maio (eu não vi os dados de maio, tenho os dados de abril), mas eram 7.150 em abril...

Deputado Carlos Silva (PS): São 6.700, está no jornal!

O Orador: ... a questão que coloco é: em termos daquilo que são as perspetivas de Governo, qual é o destino desses ocupacionais?

É natural que esses ocupacionais procurem emprego e alguns deles irão nos próximos anos encontrar emprego.

Quais são os setores, na sua opinião, que têm potencial para absorver a maior parte desses trabalhadores que estão em programas ocupacionais?

Deputado Luís Maurício (PSD): Isto é uma análise concreta, Sra. Deputada Graça Silva!

O Orador: A última questão tem a ver com o financiamento dos ocupacionais. Estou a falar só dos programas ocupacionais de apoio à comunidade, que foram três candidaturas aprovadas e que absorveram 84 milhões de euros de fundos comunitários. Isso preocupa-me,...

Deputado Miguel Costa (PS): Mas os senhores querem mais! No vosso programa eleitoral não se referiam aos Programas Ocupacionais!

Deputado Marco Costa (PSD): Escute!

O Orador: ... porque independentemente de considerar que é fundamental que essas pessoas tenham uma compensação e que isto seja uma alternativa enquanto não têm rendimento, há aqui problemas sociais gravíssimos.

Não estou contra isso, mas não me deixo de preocupar que, fundos que são transitórios, estejam a financiar...

Deputado André Bradford (PS): Então como é que se resolve isso?

Deputado Marco Costa (PSD): Os senhores abdicaram da formação profissional!

O Orador: Ouça! Nós não estamos no Governo. É mais uma pergunta para a interpelação.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: A questão dos 84 milhões de euros é uma questão que preocupa-me a mim e preocupa-me sabendo que o Quadro Comunitário tem um fim e os 84 milhões de euros não são replicados na economia. Esse é o drama.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quero começar por esclarecer o Sr. Vice-Presidente, que está claramente confuso, e repor a verdade dos factos. É que a história é ao contrário daquilo que o Sr. Vice-Presidente disse.

O Bloco de Esquerda, na República, não presta apoio parlamentar ao Governo minoritário do Partido Socialista por causa dos resultados obtidos. É exatamente o contrário, Sr. Vice-Presidente.

Os resultados obtidos só são possíveis porque, à partida, o Bloco de Esquerda, entre outros partidos, garantiu o seu apoio ao Governo minoritário do Partido Socialista mediante um acordo assinado com condições...

Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): É isso mesmo!

A Oradora: ... e, na medida em que o Partido Socialista cumprir aquilo que está no acordo, continuará a ter o apoio do Bloco de Esquerda.

A história é assim!

Mas já agora, Sr. Vice-Presidente, para, digamos, lhe tirar mais a confusão que existe, este acordo e este apoio também estão dependentes, vou dizer-lhe de quê: de coisas do tal acordo que ainda não foram implementadas.

Olhe, o aumento do ordenado mínimo nacional para 600 euros, por mês, até 2019;

Olhe, o aumento dos escalões do IRS;

Olhe, o descongelamento das carreiras da função pública.

Se o Partido Socialista na República fizer isto, cumprindo o acordo, continuará a ter o apoio do Bloco de Esquerda.

Mas a história é ao contrário! Os resultados dependem do apoio do Bloco de Esquerda, da pressão do Bloco de Esquerda, do acordo do Bloco de Esquerda, porque o Partido Socialista sucumbe permanentemente às regras insanes da União Europeia, nomeadamente do Tratado Orçamental.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Queria também referir-me à intervenção da Sra. Deputada Graça Silva, mas o tempo não dá para tudo. Direi apenas: por quem Deus manda o recado!...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ih!...

(Risos do Deputado Artur Lima e de alguns Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: Continuando!...

Temos uma interpelação do Partido Socialista cujo tema é: crescimento económico e criação de emprego.

Houve crescimento, tem havido crescimento económico na Região?

Sem dúvida que sim!

Os números dizem-nos que ainda no ano de 2016 o nosso PIB regional subiu 2,1%.

Então, se há crescimento económico, mas simultaneamente os índices de desenvolvimento regional e os índices de pobreza da nossa Região continuam a envergonhar-nos a nível nacional, a pergunta é, onde é que está o dinheiro?

Se há produção de riqueza, onde é que está o dinheiro?

E aí, Sras. e Srs. Deputados, há uma coisa que tem que ser dita: não há riqueza!

Há ricos!

Aquilo que a nossa Região produz é ricos, e muito ricos, e na mesma proporção pobres, e muito pobres. É por isso que o crescimento económico, inegável (são os números que o dizem!), da nossa Região, não se projeta, não se espelha, não tem consequências visíveis no estado da sociedade e sobretudo nos índices sociais da nossa Região.

Deputado André Bradford (PS): Não é verdade!

A Oradora: Disse o Sr. Deputado André Bradford que se tem criado emprego.

Sr. Deputado, a pergunta é óbvia: que tipo de emprego?

Deputado André Bradford (PS): A Sra. Deputada Graça Silva já explicou! A “enviada de Deus” já respondeu!

A Oradora: De que emprego é que nós estamos a falar?... De que emprego é que nós estamos a falar?

Nós estamos a falar de um emprego que mais uma vez deveria envergonhar a nossa Região, muitos dos nossos empresários, a nossa fiscalização regional do trabalho e, portanto, também o Governo Regional. Também estamos a falar desse tipo de emprego e muito, sobretudo, desse tipo de emprego.

Disse também o Sr. Deputado André Bradford que é preciso falar de economia real.

Sras. e Srs. Deputados, vamos lá falar dos trabalhadores reais, das IPSS reais, dos pescadores reais, dos agricultores reais, das COFACO reais que existem nesta Região, dos precários reais e dos ocupados reais.

Então, deixe-me dizer-vos o seguinte: a reação, seja do Partido Socialista, seja do Governo Regional, à intervenção do Deputado Paulo Mendes sobre a situação concreta de trabalhadoras concretas, reais, diz tudo sobre a vossa maneira de pensar sobre a classe trabalhadora.

É que primeiro houve um “ah!...” de espanto, porque falar das trabalhadoras e dos postos de trabalho ameaçados na COFACO não tem nada a ver com a economia, nem com o emprego. Foi a reação do Partido Socialista!

A seguir foram feitas perguntas concretíssimas para dar segurança, dignidade e transparência relativamente à COFACO e ao seu processo de desmantelamento e deslocalização da Ilha do Pico e a isto o Governo Regional disse coisa nenhuma. Portanto, está tudo dito quanto às preocupações.

Vamos continuar: 9,3 de desemprego é uma média razoavelmente abaixo daquela que já tivemos na Região.

Sras. e Srs. Deputados, estamos a falar de 9,3, cerca de 12.000 pessoas e estamos a falar de um Governo que diz nesta Casa, vezes sem conta, que mesmo que fosse só um...

Deputado André Bradford (PS): E é verdade! Eu disse-o daí!

A Oradora: ... (só um!) estaria muito preocupado.

Deputado André Bradford (PS): Quem deixou de falar de emprego foram os senhores!

A Oradora: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Então eu tenho uma má notícia para vos dar, é que não é um só; são 12.000, mais todos aqueles que já não fazem parte das estatísticas, mais aqueles que estão nos programas ocupacionais que são cerca de 7.000, e vamos a ver e nós estamos a falar de mais de 20.000 pessoas completamente à vontade. Estou a dar um número por baixo: 20.000 pessoas!...

É menos do que já tivemos?

É, sim senhor!

Mas se a este menos descontarmos o emprego inqualificável com que a maioria dos açorianos e açorianas que trabalham se confrontam, precário, sem direitos, explorado, sem horários, e todos os outros que não trabalham, não são

trabalhadores, não são coisa nenhuma, são ocupados, eu não percebo (continuo a dizer que não percebo) onde é que está a grande, grande festa,...

Deputado André Bradford (PS): Qual grande festa?

A Oradora: ... o grande *achievement*...

Deputado André Bradford (PS): Diga lá quem fez a grande festa!

A Oradora: Vi!... Vi!... E sobre isso não me enganei.

Depois, Sr. Vice-Presidente, é preciso fazer mais e melhor, mais e melhor pelos açorianos, porque muito já foi feito, mas muito há ainda a fazer.

Pergunta concretas, Sr. Vice-Presidente:

Fazer o quê?

Mais!... Fazer como?

Mais!... Com que medidas suplementares, a mais?

E, na sua expectativa, o que é que com tudo isto que o Sr. Vice-Presidente fará o favor de explicar que vai mudar, nós vamos conseguir com aquilo que vai mudar, porque não basta dizer que queremos conseguir mais e melhor. É preciso dizer como.

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: Como é que conseguimos mais e melhor.

Vou terminar, Sra. Presidente.

Já agora, para o Governo Regional também, ou para o Partido Socialista, o Bloco de Esquerda gostaria de ser informado sobre os reais, os verdadeiros índices de pobreza da nossa Região, porque no que diz respeito a um levantamento feito nesta Região ele não existe, e, portanto, isso é inaceitável. E já agora, os reais números da emigração (da emigração) na nossa Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Os reais números!

Já sabemos que os pescadores são convidados a emigrar, de ilha para ilha, atrás do peixe, mas eu agora e o Bloco de Esquerda pretendemos saber quantas

peessoas é que ao longo dos últimos cinco anos abandonaram a Região à procura de uma vida que consiga garantir-lhe o mínimo de dignidade?

Muito obrigada.

Deputado Manuel Pereira (PS): E quantos vieram?

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

O Bloco de Esquerda também esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou tentar responder às perguntas que foram colocadas. Se faltar alguma agradeço que depois identifiquem.

Se não se importam, começo do fim para o princípio, dos últimos para os primeiros, em termos de intervenção.

Em relação às questões do Bloco de Esquerda, primeira questão,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É preciso o Bloco de Esquerda estimular o Governo Regional!

O Orador: ... a Sra. Deputada tentou corrigir aquilo que eu tinha dito. Eu disse que apoiavam o Governo da República em função dos resultados obtidos. A Sra. Deputada disse que não. Que os resultados são obtidos pela ação do Bloco de Esquerda.

Deputada Zuraida Soares (BE): Também!

O Orador: Mais uma razão para a senhora apoiar os resultados da Região, porque se a senhora com as suas políticas, na República, consegue estes resultados, se nós nos Açores conseguimos resultados ainda melhores, mais uma razão para a senhora apoiar o Governo Regional dos Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputada Zuraida Soares (BE): Registe, Sr. Vice-Presidente: uma maioria absoluta!

O Orador: Segunda questão que coloca: a variação da emigração.

Sra. Deputada, os dados são objetivos. Hoje temos uma população ativa, ou seja, população que está no mercado de trabalho, mais 3.240 açorianos que tínhamos em 2011. Ou seja, o cenário que acontece de momento nos Açores é que tem mais pessoas a trabalhar e à procura de emprego nos Açores, hoje, do que tinha há seis anos atrás.

Portanto, não há uma redução de desemprego por via da emigração. Há um estímulo ainda maior para a necessidade de emprego, porque há mais pessoas a quererem trabalhar nos Açores.

Deputada Zuraida Soares (BE): Quais são os números da emigração?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Dois mil emigrados!

O Orador: Em relação às questões do Sr. Deputado António Vasco, gostaria de lhe dizer que as questões que coloca são pertinentes. Obviamente, os desafios sobre a criação de mais emprego neste momento, é um desafio que nos deve convocar a todos.

Evidentemente que temos satisfação pelos 12.190 açorianos que agora estão empregados (mais 12.190 açorianos que agora estão empregados!), em relação àqueles que estavam empregados há 3 anos, mas existem ainda açorianos desempregados e é para eles que nós devemos convocar todo o nosso esforço e toda a nossa energia.

Nesse contexto há que distinguir dois aspetos que são essenciais. Por um lado, importa dar, dotar aqueles açorianos que ainda estão desempregados, e em muitos casos com mais qualificações académicas ou com novas qualificações profissionais, e não é apenas aqueles que têm níveis de escolaridade baixa, mas aqueles que têm níveis de escolaridade, por exemplo, ao nível da licenciatura

que carecem de um ajustamento do seu nível qualificação para corresponder às atuais e futuras necessidades em termos de mercado de trabalho.

Importa fazer este esforço com maior energia ainda, porque efetivamente nós temos que vencer novos desafios e para vencer novos desafios temos que ter a consciência de que o nível de qualificação que temos, em algumas das situações de pessoas que estão desempregadas, é baixo.

Portanto, temos que dar novas qualificações académicas e novas qualificações profissionais, mas mesmo aqueles que têm níveis de qualificação académica elevados, ao nível de licenciatura e mestrados, precisam, em muitas áreas, de ter uma nova qualificação em termos profissionais para corresponder às necessidades de mercado específico, porque não é o mercado de trabalho que se vai ajustar à qualificação que as pessoas têm, mas sim, as pessoas têm que se ajustar às necessidades de qualificação do mercado de trabalho.

É este o desafio que nós devemos prosseguir com outro que foi identificado aqui aquando da discussão do Orçamento para este ano. Nós precisamos de trabalho mais bem remunerado, nós precisamos de trabalho mais estável e nós precisamos de trabalho com maior aplicação das qualificações que os açorianos têm.

Deputada Mónica Rocha e Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Este é o novo desafio que deve ser colocado em termos de mercado de trabalho.

Por isso mesmo, nós rejeitamos todos aqueles estímulos que por vezes existem de que se deve trocar a qualificação dos recursos humanos por uma oferta pontual e muito precária de trabalho por poucos meses e mal remunerada.

Não!... A intervenção que também fazemos, por exemplo, no âmbito dos programas ocupacionais, é ajudar a estabilizar o mercado de trabalho criando estabilidade laboral e remuneração justa e adequada ao nível de qualificação e de trabalho que se faz...

Deputado Marco Costa (PSD): Os ocupacionais estão desempregados, como é que há menos desemprego?

O Orador: ... e por aí também a intervenção sobre o mercado de trabalho dos programas ocupacionais permite estimular também as empresas a oferecerem trabalho mais estável e mais bem remunerado. É essa também a intervenção e obrigação do Governo, gerar estabilidade no mercado de trabalho.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas como?

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Oferecendo força à contratação, como é que se estimula as empresas a contratar?

O Orador: Terceira questão, e continuando, em relação à Sra. Deputada Graça Silva, e respondendo um pouco na continuação da resposta anterior: eu penso que há aqui, e deve haver, para além daquilo que foi dito, este esforço adicional das políticas de emprego e de apoio.

É bom lembrar que nós, através das políticas de apoio às empresas para a criação de emprego, apoiámos e financiámos a criação de mais de 4.569 postos de trabalho, só através do Programa Integra...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O problema é esse! Não são as empresas que estão a criar postos de trabalho, é o Governo!

O Orador: ... e do programa de inserção de estagiários.

Agora, temos que reorientar esses apoios, não para a criação de emprego simples, mas para a criação de emprego estável, e, os apoios que eram dados essencialmente para as empresas que contratam um ano, serem atribuídos às empresas que contratem sem termo e às empresas que contratem trabalhadores estáveis.

Deputada Mónica Rocha e Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, é este o desafio que se coloca a seguir, que é maior estabilidade de emprego e maior e mais justa remuneração do trabalho efetuado.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Em relação ao Sr. Deputado Paulo Estêvão eu começava pelo fim. Saliento a sua enorme capacidade de prever que não haverá nos próximos tempos nascimento de bebés no Corvo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É previsível!

O Orador: Reconheço-lhe essa enorme capacidade de prever uma matéria dessas características.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Corte a Banda Larga, Sr. Vice-Presidente!

O Orador: Tirando essa questão, o Sr. Deputado colocou questões...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Estamos em junho!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A primavera já passou!

Deputado André Bradford (PS): Já passou a primavera, é isso que quer dizer!

O Orador: Sr. Deputado, voltando às questões que são essenciais, o Sr. Deputado também colocou aqui duas questões muito importantes, que é o desafio das economias a nível mundial, que tem a ver com a globalização, que é, até que ponto é que o efeito da conjuntura externa afeta ou não o mercado, qualquer que seja o mercado?

A pergunta que coloca podia colocar-se nos Açores, na Madeira, no país, na Europa e no mundo.

Nós tivemos e temos, ao longo da evolução dos últimos 30 anos, um processo claro de globalização mundial, globalização em termos de trocas comerciais, globalização até inclusivamente da forma como as pessoas agem enquanto consumidores. O Corvo é um exemplo, mais do que isso. Há uns anos, o consumo que se fazia no Corvo tinha que ser necessariamente feito no local.

Hoje, à distância de um clique, um corvino compra qualquer bem ou serviço, em qualquer parte do mundo.

Portanto, nós não podemos voltar a uma economia fechada. Por isso, os efeitos da conjuntura externa existirão sempre e há aqui (e é uma discussão que se faz a

nível mundial), um equilíbrio entre os benefícios da globalização e os efeitos negativos da globalização.

Esse enquadramento e essa ponderação nós todos, enquanto consumidores, beneficiamos da globalização. Todos nós, enquanto agentes económicos temos maiores desafios perante a globalização.

É esse equilíbrio entre o benefício do mesmo ser, enquanto consumidor, e as consequências negativas, enquanto produtor, que deve haver nas sociedades equilibrados, para que o benefício de um não traga um prejuízo global maior.

Mas essa é uma matéria, se me permite, que não é uma discussão que se possa fazer apenas na Região. É uma discussão mundial. Como é que se pode ajudar na dimensão regional?

É reforçar (aquilo que, penso, nós temos feito, com alguma qualidade e com algum sucesso) a valorização dos produtos regionais, quer pela identificação de uma Marca Açores, quer pela valorização dessa marca, associando a princípios de natureza e de certificação pela natureza, porque nós nunca vamos ser competitivos na quantidade.

Vamos sempre ser competitivos quando o consumidor valorizar e estiver disponível para assumir essa valorização, em termos de preço, aquilo que se produz na Região com maior qualidade.

É um esforço que se exige em termos de promoção e está a ser feito e bem feito, com resultados visíveis e assumidos por todas as empresas, mas também que se faz por todos nós enquanto produtores, enquanto agentes económicos, no sentido de qualificar a nossa produção, de a certificar cada vez mais, porque a certificação não se faz apenas com a Marca Açores, vai muito para além disso.

Existe, por exemplo, um novo horizonte de mercados, os produtos biológicos ao qual é exigido um nível de certificação ainda superior à própria Marca Açores que pode criar...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sim, porque da Marca Açores não exige nada!

O Orador: ... um enorme potencial de crescimento em termos económicos. Não é uma maneira de combater a globalização, porque a globalização em si não pode ser combatida por uma Região Autónoma, mas é uma maneira que, face à globalização, podemos ter uma maior valorização e criação de riqueza em relação àquilo que produzimos.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado André Bradford.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu inscrevi-me para prosseguir este esforço que o Partido Socialista tem feito para a obtenção de esclarecimento...

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD e do CDS-PP)

... sobre as matérias que estão em debate nesta interpelação.

Portanto, farei naturalmente uma questão ao Sr. Vice-Presidente que interessa à nossa bancada e que nos preocupa, mas também julgo que nesta fase do debate já é possível fazer-se algum balanço daquilo que aqui foi dito.

Eu tenho várias famas, algumas justas, outras injustas, mas julgo que não tenho a fama de ser ingénuo, mas eu não esperava (confesso!) que as coisas chegassem ao ponto que chegaram. É que, o que parece, ouvidas as vossas intervenções, é que o sucesso dos Açores e dos açorianos é um incómodo para a oposição.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Isso estava escrito desde o princípio!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado! Como sempre as aparências enganam!

O Orador: É que quando se progride, quando os indicadores atestam que todos nós fomos capazes de avançar e desenvolvermo-nos como Região, porque crescemos economicamente, porque criámos emprego, os senhores ficam incomodados. Depois, não só ficam incomodados, como começam a pôr em dúvida os indicadores.

Então, indicadores que são usados em qualquer parte do mundo para medir o desenvolvimento de uma economia, como o PIB, como a taxa de desemprego e como, por exemplo, o Indicador de Atividade Económica, no caso dos Açores não servem, não são os melhores indicadores. É uma “pesca de indicadores” que nós andamos a fazer.

Ora, o que parece, do meu ponto de vista, desadequado da vossa parte, é que os senhores considerem que estes indicadores são bons quando eram maus,...

Deputado Paulo Parece (PSD): Isso é um argumento um bocadinho rebuscado!

O Orador: ... e agora que são bons, são maus!

Portanto, isso não faz sentido, não valoriza a vossa coerência política e não dá sustentação à vossa apregoada vontade de serem alternativa, do nosso ponto de vista.

Depois há aqui mais uma questão que é fantástica, é que nós devíamos ser (nós somos!), de acordo com aquilo que foi dito pela oposição, de certeza um estudo de caso económico a nível mundial, porque nós temos uma economia que não deve existir em mais parte nenhuma do mundo. Deve ser uma originalidade, uma excentricidade açoriana, que é assim: quando desce a atividade económica, quando não há crescimento económico, nós somos uma economia estatizada e quase soviética. Só o Governo é que tem responsabilidades! O Governo é o único *player* da economia.

Quando sobe a nossa economia, quando a atividade económica melhora, quando o PIB aumenta, quando se cria emprego, o Governo desaparece da atividade económica, não tem importância nenhuma, e passa a ser uma economia exclusivamente privada, o mérito é todo do privado, o Governo não tem responsabilidade nenhuma, e o que é bom vem de fora. Somos uma “economia satélite” do continente!

Deputada Isabel Quinto (PS): Muito bem!

O Orador: Ora, nem nós somos uma economia soviética, nem somos uma economia que depende exclusivamente da nossa economia de referência.

Nós somos aquilo que nós fomos capazes de ser...

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: ... o que fomos capazes de fazer para crescer.

Nós (nós que apoiamos o Governo!), o Governo e todos aqueles que não apoiando o Governo têm a responsabilidade de contribuir para o crescimento económico, para a criação de emprego, para a resolução dos problemas das famílias, para a resolução dos problemas das empresas.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

O Orador: Portanto, esse é um dever de todos nós.

Virar indicadores uns contra os outros, controverter o discurso, dizer agora uma coisa que é o contrário do que se disse antes, não valoriza nada a vossa coerência, nem ajuda nada a Região a progredir.

Portanto, essa era a questão que eu gostava de introduzir no debate.

Mas há uma coisa que eu também não posso deixar de dizer à Sra. Deputada Zuraida Soares. Eu li, como leio sempre, com muito interesse os seus artigos. Li o artigo que hoje saiu no Açoriano Oriental. A Sra. Deputada usa o pretérito para falar deste debate. Usa o passado! O tempo verbal é o passado!

Portanto, a senhora escreveu antes do debate acontecer e usa o pretérito para falar dele. E diz: “a verdade, verdadinha, é que tudo se resumiu [tudo se resumiu!] afinal a mais um momento de propaganda eleitoral rumo às autárquicas”.

Deputada Zuraida Soares (BE): E enganei-me, Sr. Deputado?

O Orador: A senhora antes de vir para este debate, disse que este debate, que ainda não tinha acontecido, era um momento de propaganda eleitoral.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Deputada Zuraida Soares (BE): E é verdade! É verdade, Sr. Deputado! O senhor não é ingénuo!

O Orador: Portanto, isto também diz muito da seriedade com que a senhora veio para este debate, diz muito da postura que trouxe para cá.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Está aqui! Está no jornal!

Portanto, vamos recentrar a coisa, vamos falar do que é importante para os açorianos...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

O Orador: ... e, agora sim, permitam-me que coloque uma pergunta ao Governo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Finalmente, uma perguntinha ao Governo!

O Orador: No que se disse até agora, há um elemento que não tem sido apreciado e que para nós é relevante: captação de investimento.

Sr. Vice-Presidente, pergunto-lhe que papel é que acha que reserva para a consolidação destes indicadores económicos positivos no futuro à captação de investimento? E o que é que considera ser um peso importante dessa via de financiamento da economia?

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado António Vasco Viveiros tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado André Bradford, todos os indicadores favoráveis do emprego que foram apresentados por si, na sua intervenção, eu mencionei na minha intervenção também, só que apresentei também outros e valorizei os bons. Foi isso que defendi.

Deputado André Bradford (PS): Não foi bem assim!

O Orador: Depois, se tiver tempo de ler a minha intervenção, vai confirmar o que eu lhe estou dizendo.

Deputado André Bradford (PS): Eu ouvi!

O Orador: Mencionei outros, de outras fontes, que também são relevantes na avaliação da situação do emprego na Região e, conjugando os dois, as conclusões não são rosa, são de dificuldade e de problemas, embora haja uma melhoria que foi assumida.

Portanto, aqui não há qualquer forma de estar a fugir da realidade. Basta, se tiver tempo, ler a intervenção.

Relativamente ao crescimento económico superior ao do país, é evidente que no espaço de um ano é bom.

Mas temos um trimestre já e no primeiro trimestre, no país, o crescimento económico foi de 2.8. Eu tinha a curiosidade de saber (se o Sr. Vice-Presidente tem a informação), o que é que foi o crescimento económico na Região no primeiro trimestre?

Obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente tem agora a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começando pela questão do Sr. Deputado André Bradford, eu também na minha intervenção procurei sinalizar essa questão.

O crescimento económico que se sente agora nos Açores, o clima de confiança e de estabilidade, conjugado efetivamente com uma conjuntura nacional e internacional positiva (nacional no sentido de também se refletir essa mesma confiança; internacional, porque além de haver uma retoma do crescimento económico existe um conjunto de países onde isso não está a acontecer, ou por instabilidade política desses países, ou por efetiva recessão), sente-se alguns fluxos de investimento a serem deslocados para países mais estáveis e Portugal, felizmente, neste momento, tem sido um país com grandes possibilidades de ser recetor de novos investimentos e de captar. Isso efetivamente sente-se na Região.

Nós sentimos agora, quer através de um conjunto vasto de contactos que têm vindo a ser colocados, quer através de intenções de investimento que já estão

corporizadas (como referi com os números que apresentei e com o enorme potencial de novas intenções de investimento, que, evidentemente como intenções de investimento podem vir ou não a concretizar-se em termos de investimento), que se medirmos as intenções de investimento do passado pelas intenções de investimento particularmente deste ano, desde o início do ano, há efetivamente um enorme crescimento dessas intenções de investimentos nacionais, investimentos externos (como sempre fiz, não quero estar a divulgá-los, porque cabe aos investidores divulgarem os seus próprios investimentos), mas as perspectivas que tenho é que haverá um grande crescimento do investimento privado.

Já existe, mas será reforçado e significativamente alavancado por investimento externo. Esperemos que as intenções de investimento venham a concretizar-se com a dimensão próxima daquelas que são as intenções já reveladas.

Segunda questão que foi colocada pelo Sr. Deputado António Vasco. Como sabe, os dados do Produto Interno Bruto, por Região, são dados anuais e não dados trimestrais. Ou seja, as entidades estatísticas não produzem, regionalizada, em termos de NUT's II, a variação do PIB trimestral. Fazem apenas em termos anuais.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não estava para intervir neste debate...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mesmo talvez era melhor ter ficado calado!

O Orador: ... mas têm sido feitas aqui algumas afirmações que julgo serem importantes esclarecer.

Começo pelo Sr. Deputado João Corvelo. Para mim foi uma novidade dizer aqui, nesta Sala, que a fábrica da COFACO está fechada. Isso é mentira. A fábrica continua a laborar.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): No Faial está fechada, Sr. Secretário, já há 18 meses!

O Orador: Essa é a primeira questão que eu gostaria de esclarecer.

Em relação ainda à fábrica da COFACO, o que nós respondemos, relativamente há pouco tempo, ao Sr. Deputado, foi o seguinte: “nós fomos informados que a fábrica, por necessidades de ajustamentos estratégicos e de operação, vai proceder à remodelação da fábrica e contruir uma fábrica nova.”

Naturalmente que a COFACO comunicou-nos isso, porque existe neste momento possibilidade de apoios comunitários para este fim.

Também comunicou-nos que estas obras durarão cerca de 18 meses. Em relação à solução laboral encontrada para os trabalhadores durante o período da relação de investimento, naturalmente que o Governo dos Açores está atento a esta situação e o que esperamos, e o que vai acontecer naturalmente, é que a empresa tem que seguir o enquadramento legal que está em vigor para este tipo de situações.

Em relação ainda aos investimentos projetados, a empresa também informou que vai apresentar oportunamente este projeto, pensa-se que para meados de julho, e que tudo será feito de acordo com o enquadramento legal existente.

Posso também informar, por comunicação mais recente da própria empresa, que no caso, por exemplo, de Rabo de Peixe, abriram um novo turno de laboração e contrataram mais de 50 pessoas para esse efeito, além de cinco ou seis pessoas para a parte mais administrativa.

Em relação ao setor das pescas, tenho ouvido aqui mais uma vez algumas abordagens muito simplistas por parte de uma interpretação que se faz, errada, a meu ver, das estatísticas. Posso dizer-vos que, em primeiro lugar, a estratégia

do Governo, como já foi referido, tem a ver com o pescar menos quantidade e obter o máximo de rendimento daquilo que é pescado.

Aliás, como o Sr. Vice-Presidente acabou também de referir há pouco, na nossa economia, e nomeadamente nas pescas, temos que nos focar é na qualidade do produto e não nas quantidades, porque sabemos que os nossos ecossistemas são frágeis, são vulneráveis e a quantidade de pescado, devido às características naturais, não é abundante.

Mas posso dar-vos já alguns indicadores interessantes no seguimento desta estratégia.

Variações de 2017 para 2016, nós temos um aumento de mais de 7,8% do preço médio dos crustáceos; mais 14% do preço médio dos demersais; mais 17% do preço médio dos moluscos; mais 15% do preço médio dos pelágicos. No total, temos mais 28% do preço médio do pescado de 2017 para 2016.

Deputado Luís Garcia (PSD): Menos quantidade na lei da oferta e da procura!

O Orador: Não, não é só isso, Sr. Deputado. Não é só isso! E posso dar-lhe aqui mais algumas ideias.

Até agora, e contando com o atum que foi capturado na Madeira, nós já atingimos um valor, em período homólogo até 20 de junho, comparativamente com anos anteriores,...

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor pare de fingir!

O Orador: ... cerca de 15 milhões de euros capturados, o que corresponde a mais de 45% em relação a 2016, mais 28% em relação a 2015 e mais 37% em relação a 2014.

Em termos de peso capturado, nós já temos, comparativamente a 2016/2017, cerca de 74% a mais do peixe capturado este ano, até 20 junho; já temos mais 25% comparativamente com 2015 e mais 16% comparativamente a 2016.

Era esta a intervenção que eu queria fazer para esclarecer algumas das afirmações que foram aqui feitas.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS. Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Luís Maurício tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O debate que aqui decorreu durante a manhã, embora da iniciativa do Partido Socialista, não foi um debate promovido pelo Partido Socialista.

O que aqui se verificou, da parte do Partido Socialista, foi uma verdadeira laude ao Governo que sustenta neste Parlamento.

Deputado André Bradford (PS): Isso não é verdade! É uma laude aos açorianos!

O Orador: Eu diria que nós assistimos no início deste debate não a uma interpelação, mas a uma declaração política. Eu até diria mais, a duas declarações políticas, uma da parte do Partido Socialista e uma segunda declaração política por parte do Governo.

O Sr. Deputado André Bradford, enquanto líder parlamentar do PS, apenas e só no quarto final deste debate se dirigiu ao Governo para fazer uma pergunta.

Portanto, não se tratou aqui de uma interpelação feita pelo Partido Socialista ao Governo, mas a uma dupla declaração política por parte do Partido Socialista.

Aliás, nós ficámos, em determinado momento, à espera que, em vez do Partido Socialista fazer perguntas ao Governo, fosse o Governo que fizesse perguntas à bancada do Partido Socialista. Era sempre uma oportunidade da bancada do Partido Socialista subir de divisão, passar da Liga de Honra à Primeira Liga, que o mesmo é dizer da equipa B à equipa A.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Revelaram aqui, V. Exas., o sucesso da governação, afirmando V. Exa., Sr. Deputado André Bradford, que os sucessos do Partido Socialista não eram os sucessos da oposição.

Tem razão. Nós reconhecemos que há um sucesso que nos aproxima e ao qual os senhores têm apenas uma pecha, é que chegaram tarde! É o sucesso do turismo.

Foi esse setor da atividade económica que permitiu o crescimento da atividade económica, criação de emprego, geração de riqueza, mas até nesse V. Exas. chegaram tarde, porque chegaram muito tarde à liberação do espaço aéreo e à abertura das nossas *gateways* às companhias de baixo custo.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Foi esse, sim, o momento, o “clique” que fez crescer a riqueza nos Açores, que fez gerar emprego e fez gerar novas oportunidades.

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Mas esse sucesso está em verdadeira oposição com outros insucessos que os senhores não querem aceitar. O insucesso da pobreza, o insucesso da fome nas nossas escolas, o insucesso daqueles que veem no Rendimento Social de Inserção a única forma de subsistirem.

Esses insucessos que vêm à praça pública pela voz daqueles que os defendem, os partidos da oposição, mas também a Igreja como já o fez através do seu representante máximo, de pessoas que são reconhecidas na sociedade como sendo lutadores contra a pobreza, como o Dr. Weber Machado, os senhores não

querem saber, não querem responder e esses, sim, são verdadeiramente incómodos para o Partido Socialista e para o Governo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O que nós desejamos é que o sucesso do turismo, que proporcionou crescimento económico e geração de emprego, seja também o sucesso de todos aqueles açorianos que hoje se encontram a baixo do limiar da pobreza.

Esse é o vosso desafio enquanto governantes.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado João Paulo Corvelo pediu a palavra para uma interpelação à Mesa. Tem uma palavra.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sim senhora.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para dizer à Sra. Presidente que vou fazer chegar à Mesa a intervenção feita por nós aqui, nesta interpelação, para que as afirmações do Sr. Secretário sejam afirmações corretas realmente naquilo que dissemos.

Passo a dizer que foi: "...quando vemos as políticas concretas em relação às indústrias transformadoras e ao encerramento de unidades produtivas, como vemos em relação à SINAGA, à Fábrica do Álcool da Lagoa, ao encerramento da fábrica da COFACO do Faial e ao recente encerramento da fábrica da COFACO no Pico,..."

Presidente: Sr. Deputado, penso que já ficou esclarecido.

O Orador: Portanto, para informar a Sra. Presidente que vou fazer chegar à Mesa para fazer chegar ao Sr. Secretário Regional.

Presidente: A Mesa, depois de rececionar o documento, naturalmente que o fará chegar ao Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos

Parlamentares (Berto Messias): O recente encerramento, não é verdade!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O recente anúncio de encerramento!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Uma interpelação, Sra. Presidente.

Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Considerando o nosso horário, continuaremos com o debate da parte da tarde. Regressamos às 15H00.

Eram 12 horas e 53 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 15 horas e 06 minutos.

Vamos então concluir a interpelação ao Governo. De momento a Mesa não tem inscrições.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Pergunto ao Governo, apesar de dispor de muito pouco tempo, se ainda quer usar da palavra? Não quer!

Sendo assim, para encerrar a interpelação, em nome do PS, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa.

Deputado Miguel Costa (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Concluimos esta interpelação sobre o *Crescimento Económico e Criação de Emprego* com a mesma convicção com que a propusemos, com a certeza que estamos no **caminho certo**, caminho que os açorianos têm trilhado de forma notável e que nos tem conduzido a um clima de grande confiança no presente e no futuro.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Este é o sucesso dos açorianos e não saber aceitá-lo é não respeitar o extraordinário trabalho, coragem e determinação que empregam todos os dias na sua atividade para atingirmos níveis de crescimento económico assinaláveis, como os de agora.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Mas que fique, mais uma vez, claro: não há nenhum indicador positivo que nos faça reduzir a força e determinação da nossa ação, porque é essa a nossa missão, a de fazer sempre mais e melhor pelos Açores.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Como vimos neste debate, há um PSD de sempre, que não deu um único contributo e barricou-se novamente na crítica destrutiva...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... o mesmo que nos últimos anos...

Deputado Bruno Belo (PSD): O senhor já está a ler a nota de imprensa!

O Orador: Ouçam, se faz favor!

... dizia que o desemprego era um descalabro, o turismo uma verdadeira razia, os transportes uma desgraça, e que tudo isto levaria (imaginem!) à falência das empresas regionais e ao aumento do desemprego.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Então, o que diz agora o PSD sobre estes temas (?) - quando há **mais empresas e mais investimento** (?); quando o **turismo bate números recorde** (?); quando no **transporte** há melhores tarifas, mais frequências, qualidade e batem-se recordes no número de passageiros desembarcados (?); quando temos o **desemprego** que reduziu para metade...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... e quando foram criados em três anos mais 12.190 novos empregos (?)... **e então o que nos disse hoje o PSD, o que se diz alternativa???** Nada!... O mesmo de sempre! Sem solução! Sem soluções!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Mas verdade seja dita, senhora e senhores deputados, há uma coerência infalível no discurso do PSD de hoje e de ontem, é que puxa os Açores sempre para baixo, nisso este PSD nunca tem falhado.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Já me esquecia... há uma novidade que este PSD nos trouxe hoje:

Deputado Paulo Parece (PSD): Isso vindo de si fica-lhe muito mal!

Deputado Duarte Freitas (PSD): O Professor Luís Nunes vai tratar disso!

O Orador: Quando eu não interromper o discurso do Sr. Deputado... Posso continuar?

Presidente: Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Há uma novidade (e antes que me esqueça!) que este PSD nos trouxe hoje: foi ter subido àquela tribuna para dizer que os açorianos não contam para nada no crescimento económico da sua região,...

Deputado Carlos Silva (PS): Muito bem!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... e foi àquela bancada equiparar os Açores e os açorianos a uma equipa de segunda divisão.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Essa foi a novidade! Afinal de contas é esta a visão do PSD, esta é a visão lamentável do PSD!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Ficou claro, neste debate, que os resultados positivos têm tanto de evidente como de incomedativos para a oposição, seja no aumento do emprego, no maior número de empresas, no crescimento do investimento privado e do consumo, seja na construção civil...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Na agricultura...

O Orador: ... e no turismo, no PIB que cresce mais que no País, entre outros...

Só não vê e reconhece o clima de confiança e o crescimento económico nos Açores quem anda enganado ou quer enganar!!!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Na agricultura, nas pescas...

O Orador: Termino saudando os açorianos que, com um Governo e parceiros alinhados no presente e no futuro da nossa Região, todos os dias puxam os Açores para cima.

Como sempre e porque podemos todos, sem exceção, fazer sempre mais e melhor, cá estaremos, pelo menos o PS e o Governo, cumprindo a nossa missão de garantir, em coligação com os açorianos, um desenvolvimento coeso e sustentável para os Açores.

Foi esse caminho que percorremos e é esse que continuaremos a percorrer.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Paulo Parece (PSD): Mais ninguém quis fazer esse papel, nem o Governo!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Encerrámos este ponto da nossa Agenda. Vamos avançar com os nossos trabalhos. Entramos agora no ponto sete: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 5/XI – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2016/A, de 8 de julho, que estabelece a proibição de abate de animais de companhia e de animais errantes na Região Autónoma dos Açores, bem como medidas de redução e controlo dos mesmos”.**

(Diálogo entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, talvez não perceberam, mas nós já interrompemos o ponto um da nossa Agenda.

Para apresentar a iniciativa tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A iniciativa legislativa do Bloco de Esquerda, agora em apreço, pretende, resumidamente, estabelecer a proibição de abate de animais de companhia e de animais errantes na Região Autónoma dos Açores, bem como estabelecer medidas de redução e controlo dos mesmos a partir de janeiro de 2018.

O Decreto Legislativo Regional n.º 12/2016/A, de 8 de julho, estabelece a proibição de abate de animais de companhia e de animais errantes na Região Autónoma dos Açores, bem como medidas de redução e de controlo dos mesmos.

Esta legislação reconhece que o abandono de animais de companhia constitui um problema merecedor da atenção das entidades públicas por razões éticas e relacionadas com o bem-estar animal, e também por razões de saúde pública e económicas, reconhecendo igualmente que a captura e abate dos animais errantes não constituem uma solução para este problema.

A aplicação do DLR n.º 12/2016/A implica um investimento significativo na criação de centros de recolha oficiais, nos concelhos da Região Autónoma dos Açores, onde estes não existem e prevê a implementação de programas de esterilização de animais de companhia e a realização de campanhas de sensibilização para a posse responsável dos mesmos animais de companhia.

Estes investimentos são fundamentais para aplicação do DLR referido, em especial dos seus artigos 3.º e 4.º, cuja aplicação foi, de acordo com o DLR referido, adiada para 2022.

Se é fundamental que as autarquias tenham tempo para se dotar de centros de recolha modernizados e capazes de dar uma resposta eficaz e ética aos problemas gerados pelo abandono de animais de companhia e pela sobrepopulação de animais errantes, não é menos importante que a proibição do abate seja implementada num prazo que traduza a urgência da questão, não fazendo desta obrigação um propósito distante no tempo e, por isso, pouco premente.

De acordo com estes considerandos o Bloco de Esquerda propõe que “o disposto nos artigos 3.º e 4.º e no n.º 1 do artigo 11.º, do DLR em vigor, comece a ser executado e implementado, como já referi, a partir de janeiro de 2018.”

Importa que os açorianos e açorianas percebam do que é que nós estamos a falar quando nos referimos ao artigo 3.º, 4.º, e n.º 1 do 11.º.

Assim passo a ler:

“Artigo 3.º- Proibição de abate

É proibido o abate de qualquer animal de companhia ou animal errante, sem prejuízo do disposto no artigo seguinte.”

Vamos então ao “Artigo 4.º - Exceções

1 - Pode ser realizado o abate compulsivo de animal de companhia ou de animal errante nos seguintes casos e condições:

a) Sempre que estiverem em causa medidas urgentes de segurança de pessoas e bens, bem como de outros animais, e esteja impossibilitada a recolha ou captura de animais de companhia ou errantes, excepcionalmente, desde que realizado por entidades policiais;

b) Sempre que seja evidente uma séria ameaça à saúde pública ou num quadro de zoonoses com repercussões epidémicas, quando declarada pelo departamento competente do Governo Regional dos Açores em matéria de veterinária.

2 - Pode ser praticada a eutanásia de animal de companhia ou de animal errante nos seguintes casos e condições:

a) No animal portador de doença infetocontagiosa incurável;

b) No animal que padeça de doença incurável que lhe cause sofrimento e diminuição evidente da sua qualidade de vida;

c) No animal que padeça de patologia aguda, irreversível, com perda de capacidade motora e controle das suas necessidades fisiológicas;

d) Quando tenha sido determinada por sentença judicial transitada em julgado.

3 - O abate, previsto na alínea b) do n.º 1, e a eutanásia, prevista nas alíneas a) a d) do número anterior, só podem ser realizados por médico veterinário, sob parecer escrito devidamente fundamentado e acompanhado dos exames de diagnóstico, quando aplicável, devendo ser mantidos por um período de pelo menos 24 meses após a data da realização do ato.”

“Contraordenações - Artigo 11.º

1 - Constitui contraordenação, punível com coima cujo montante mínimo é de (euro) 2000 e máximo de (euro) 3.740 ou (euro) 44.890, consoante o agente

seja pessoa singular ou coletiva, o abate de animal de companhia ou de animal errante fora dos casos previstos no artigo 4.º.”

De acordo com esta iniciativa legislativa e obedecendo e cumprindo todas as exceções que acabei de referir nos artigos 4.º e também nas coimas e contraordenações referidas no artigo 11.º, a proposta do Bloco de Esquerda é cristalina: que aquilo que foi aprovado nesta Casa para entrar em vigor em 2022, entre exatamente em vigor em janeiro de 2018.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras tem a palavra.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há quase um ano atrás foi aprovado, nesta Casa, o Decreto Legislativo Regional que estabeleceu as medidas de controlo da população de animais de companhia ou errantes, pois, sem dúvida, ao longo do tempo, provou-se que a política de abate, por si só, não se mostrou eficaz no combate ao abandono, neste que é um problema de saúde e até de segurança pública.

Com a aprovação daquele normativo legal assumiu-se uma mudança de estratégia, até porque às entidades públicas e aos órgãos políticos compete dar o exemplo como agente impulsionador das mudanças de paradigma no relacionamento da população humana com os animais.

No entanto, é necessário incidir sobre as questões a montante, como a responsabilização individual de quem abandona estes animais.

Já na altura da discussão do Decreto Legislativo ficaram algumas questões por responder, e que, agora, passado um ano sobre a sua aprovação, consideramos e esperamos que as mesmas possam ser respondidas.

Assim, Sr. Secretário pergunto-lhe:

- no programa de esterilização, os números de esterilizações mencionados são por dia, mês ou ano?
- o porquê de se assumir a castração cirúrgica em detrimento da química?
- como é feita a cooperação mencionada no diploma, nas ilhas mais pequenas?
- de quem é a responsabilidade dos danos, acidentes e todas as consequências pela atuação dos animais em matilha quando devolvidos novamente às ruas?

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Esta proposta de alteração agora apresentada pelo Bloco de Esquerda vai no sentido de antecipar o prazo para entrada em vigor da proibição dos abates, para janeiro de 2018. Contudo, é necessário, primeiramente, avaliar o percurso percorrido desde da entrada em vigor da legislação vigente...

Como tal, é importante o Sr. Secretário esclarecer:

- Qual o trabalho efetivo que o Governo tem realizado junto das Autarquias e Associações, no âmbito desta problemática, desde a entrada em vigor do diploma?
- Que acompanhamento efetivo foi feito e que dados existem? (sabemos, e como mencionou em sede de Comissão, está a ser realizado um levantamento; a pergunta é se já existem alguns dados, alguma amostragem para que possamos perceber qual a realidade neste momento na nossa Região?)
- Que investimentos foram realizados pelas autarquias para garantir o cumprimento da lei?
- Qual o ponto de situação dos licenciamentos dos centros de recolha e dos programas de esterilização?
- Quais as principais dificuldades com que as autarquias e associações se deparam?
- Qual o número de animais abandonados nas diferentes ilhas versus adoções?
- Que impacto tiveram as campanhas de sensibilização realizadas?

- Para quando as novas campanhas de sensibilização e esterilização, conforme o anunciado pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura durante a audição na Comissão de Economia?

- Quais os números dos atos de fiscalização, nomeadamente de cidadãos que tenham abandonado animais, ou que não cumpram com os requisitos de identificação?

Só com estes esclarecimentos é possível avaliar se existem condições que permitam qualquer antecipação dos prazos estabelecidos,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... para que não se venha a revelar num agravamento do problema. É necessário também garantir uma resposta eficaz, dotando os centros de recolha com capacidade para um eventual aumento de populações de animais errantes nos centros de recolha, pois sabemos, que infelizmente, a realidade é que a capacidade de adoção é insuficiente e não permite escoar todos os animais que foram abandonados e se encontram para adoção.

Para que não se cometa o mesmo erro de quando se aprovou o DLR, agora é crucial perceber que trabalho tem sido desenvolvido concretamente pelos municípios e associações, pois não nos podemos esquecer que com a entrada em vigor deste diploma o ónus da esterilização, castração, vacinação e desparasitação recai sobre associações e autarquias, para além do investimento a nível de infraestruturas.

É que importa lembrar as declarações, em sede de comissão, do presidente da AMRAA, que mencionou que os municípios não possuem as condições necessárias a nível de infraestruturas para a antecipação do prazo para janeiro de 2018, com exceção de apenas duas ou três autarquias, considerando, sim, razoável definir um novo prazo gradual e faseado.

Assim, o CDS-PP considera essencial, neste momento, avaliar a evolução desde a entrada em vigor do DLR, o que foi feito, que investimentos foram realizados

para garantir o cumprimento da lei, o que falta ainda fazer e qual a melhor forma de alcançar o pretendido...

Importa perceber os números oficiais e quais as consequências...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Orador: ... que a aprovação de uma alteração ao diploma, uma antecipação do prazo possa ter, não pondo em causa a saúde e a segurança pública e o bem-estar animal, pois o que se pretende é um controlo digno e eficiente das populações de animais errantes, bem como a consciencialização dos cidadãos.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à temática do “Fim dos abates nos canis municipais”, temos que lembrar que, recentemente, foi publicada no Diário da República a Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto, que criou uma rede de recolha de animais errantes e proibiu o seu abate como forma de controlo, salvo por motivos de saúde ou de comportamento. Publicação esta surgida com pouco tempo depois da aprovação de um Projeto de Resolução do PCP pedindo ao Governo celeridade neste processo.

Ontem foi publicada no Jornal “Avante!”, Órgão Central do Partido Comunista Português.

A problemática do abandono dos animais não é nova e cada vez mais torna-se necessário implementar medidas que possam solucionar, ou pelo menos minorar, os impactos destas questões.

Há que ter em conta um conjunto alargado de fatores que não se encerram só no abandono dos animais, mas que vão mais longe, abrangendo muitos outros aspetos entre os quais a incapacidade de muitas famílias, por dificuldades financeiras, em manter os seus animais de companhia.

Há que garantir e criar condições para evitar o abandono dos animais e a proliferação do seu número.

Há que dinamizar campanhas que estimulem, por um lado, a adoção e, por outro, criem condições para a esterilização, impedindo assim o seu aumento exponencial.

A Lei 27/2016, de 23 de agosto, apresenta um conjunto de medidas que visam dar resposta às diversas preocupações colocadas e promove a aplicação de uma metodologia de ação que compreende um leque alargado de soluções que garantem a salvaguarda da saúde e bem-estar dos animais e define em que condições concretas e específicas pode ser colocado um termo à vida dos mesmos, uma lei que em nosso entender deve ser aplicada a um todo nacional, podendo ser sujeita à adaptação à Região Autónoma dos Açores, se necessário.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Então agora chegou a nossa vez de fazermos algumas perguntas ao Sr. Secretário Regional da Agricultura, desde logo, Sr. Secretário, referindo algumas das suas afirmações e comentários em sede de Comissão de Economia, aquando da sua audição sobre este diploma.

Disse o Sr. Secretário, a determinada altura, o seguinte:

“Antecipar o prazo [antecipar o prazo, como a nossa iniciativa pretende] poderá pôr em causa o bem-estar animal, pois as infraestruturas podem não estar preparadas e dimensionadas para o aumento de animais.”

Sr. Secretário Regional, não acredito!... Não acredito!... Porque, por uma coincidência feliz, o Governo Regional respondeu a um requerimento do PPM, do Sr. Deputado Paulo Estêvão, onde em três, quatro perguntas muito objetivas feitas relativamente ao estado da arte e ao estado do cumprimento do fim do abate dos animais e da implementação das medidas prescritas no DLR em vigor, tudo está bem e recomenda-se no reino dos animais.

Portanto, Sr. Secretário Regional, se tudo está bem e se recomenda, com apenas duas exceções, Graciosa e São Jorge (à exceção destes dois concelhos, tudo está bem e se recomenda no reino dos animais), sendo assim, Sr. Secretário Regional, é difícil acreditar que a antecipação do prazo pode pôr em causa o bem-estar animal.

Segunda pergunta:

“O Secretário Regional afirmou que concorda com os problemas que podem advir da antecipação do prazo (para 2018), ao nível da dimensão dos canis e centros de recolha e do impacto na saúde pública, mas que o prazo de 2022 é exequível.”

Pergunta, Sr. Secretário Regional: desde quando (é que não é desde 2016) é que estas, digamos, infraestruturas que o Sr. Secretário referiu, são obrigatórias de acordo com a legislação em vigor no país, e, portanto, também na Região antes de ter uma legislação própria? Desde quando? Não desde 2016! Essa é a justificação. Como foi só em 2016, 2022 é que é o prazo exequível.

Não, Sr. Secretário Regional! Desde quando é que elas são obrigatórias?

Terceira pergunta:

“O Secretário Regional lembrou que este é um diploma recente e que existiu uma transição de elementos do governo e de pastas, o que colocou alguns constrangimentos na disponibilização da informação pretendida, mas que há um empenho total do Governo em avançar com a aplicação ...”

Sr. Secretário Regional, se isto está tudo atrasado, porque em outubro de 2016 houve eleições legislativas, tenho uma notícia para si: em outubro deste ano vão haver eleições autárquicas. Veja lá!...

Então isto já não é para 2022. É que de eleição em eleição, em 2019, há três atos eleitorais, Sr. Secretário Regional.

Diga-me lá afinal em que ano é que esta legislação entra em vigor, se os diferentes atos eleitorais não permitem, inviabilizam a sua aplicação?

Quarta pergunta:

O Dr. Roberto Monteiro, Presidente da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, ouvido também em sede de Comissão disse o seguinte:

“(...) reafirmou que o prazo de 2022 poderá ser excessivo e que concorda com a antecipação do prazo, de forma faseada e por etapas, mas nunca para 2018, pois não é exequível”.

Contudo, “sugere que se assuma a esterilização dos animais já em janeiro de 2018 e o prazo para a proibição dos abates de animais seja reduzido para um prazo mais curto do que 2022.”

Mais à frente o mesmo Dr. Roberto Monteiro diz que metade do prazo (metade do prazo!) é aceitável. Ou seja, já não será 2022, mas antecipar para 2019.

Última pergunta:

Sendo, como é, o Presidente dos Municípios da Região Autónoma dos Açores, e é ele próprio que despende esta opinião, quais são os argumentos do Sr. Secretário Regional para dizer que antes de 2022 não há possibilidade de aplicar a lei que está em vigor?

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de responder às questões que foram colocadas, sem esquecer naturalmente aquilo que foi dito em Comissão.

A questão que está aqui em debate trata de antecipar a aplicação de um Decreto Legislativo Regional que foi aprovado nesta Casa há cerca de um ano.

Julgo que... Julgo, não! Não faz, do ponto de vista do Governo, qualquer sentido mexer naquela data, tanto mais que, primeiro, só passou um ano, desde logo.

Deputada Zuraída Soares (BE): E se tivesse passado dois dava? Três? Qual é a média?

O Orador: Sra. Deputada...

Por outro lado, não é exequível, ou seja, neste momento não há condições objetivas para que este diploma seja aplicado.

E por que é que não há condições objetivas?

Primeiro, porque há um conjunto de municípios que não tem as infraestruturas preparadas, não têm centros de recolha oficiais.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não tem?! Sr. Secretário!... Está tudo tão bem! Só dois é que não têm!

O Orador: Deixe-me falar, Sra. Deputada.

Há municípios que não têm. Eu já vou explicar, vou detalhar município a município.

Temos outro problema que também é real. Há municípios que também não têm médicos veterinários, desde logo levanta uma questão objetiva e prática na aplicação deste diploma.

Em relação àquilo que o Governo fez no último ano, desde a aplicação deste diploma, nós temos acompanhado de perto esta temática junto dos municípios. Por várias vezes notificámos os municípios, quer através de ofício, quer através de contactos telefónicos, quer através das visitas aos canis municipais, para a necessidade de proceder ao licenciamento dos centros de recolha oficial, quer para promover ações de sensibilização, esterilização, vacinação, identificação obrigatória, enfim, um conjunto de temáticas que o Governo, através da Direção Regional da Agricultura tem desenvolvido e tem empreendido junto das câmaras municipais.

A verdade é que à data de aprovação deste diploma aqui na Assembleia, existiam quatro centros licenciados, aprovados: Ponta Delgada, Vila do Porto, Lagoa e na Ilha Terceira um, intermunicipal.

Deputada Zuraida Soares (BE): Quantos existem hoje?

O Orador: No último ano, qual foi a evolução que se registou em termos de município a município?

A Ribeira Grande tinha, em julho de 2006, um canil que não cumpria determinadas questões legais e neste momento já está em fase final de construção o novo centro de recolha oficial.

Santa Cruz da Graciosa possuía instalações antigas, sem condições para ser licenciadas. Neste momento está em curso um projeto para a construção daquele centro de recolha.

As Velas tinham um canil em parceria com uma Quinta Pedagógica. Já efetuou obras. Neste momento está em curso um processo de licenciamento.

A Calheta não tem médico veterinário.

Madalena, São Roque e Lajes do Pico... A Madalena tinha instalações ou celas com poucas condições. Entretanto o mesmo se passa em São Roque e também nas Lajes do Pico. Neste momento está em curso um projeto para a concretização de um centro de recolha oficial intermunicipal.

A Horta não possuía um centro de recolha. Neste momento já se iniciaram as obras.

Lajes das Flores também se iniciaram obras no mês de março. Santa Cruz das Flores não tem médico veterinário e o Corvo não há animais abandonados e também não há médico veterinário. Portanto, o Corvo tem, diria, o seu problema resolvido, à partida.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Corvo não tem médico, não tem médico dentista, não tem médico veterinário!

O Orador: O município não tem médico veterinário.

Isto para dizer, Sra. Deputada, que, como se percebe, há uma dificuldade prática e objetiva na...

Deputada Zuraída Soares (BE): O Governo Regional não levou a sério a legislação aprovada!

O Orador: Sra. Deputada, o Governo Regional fez a sua parte, cumpriu a sua parte!

Como a Sra. Deputada sabe, e os Srs. Deputados sabem muito bem, cabe aos municípios construir as infraestruturas. Isso é uma verdade e não pode ser desmentido.

O Governo tem cumprido a sua parte. O Governo tem insistido com os municípios, tem acompanhado os municípios e o que é facto é que, neste último ano, já se verificou uma evolução muito positiva.

Agora, Sra. Deputada, antecipar uma situação que está prevista para 2022, para 1 de janeiro de 2018, não é exequível.

Se não é exequível, não faz sentido. E foi nesse sentido que eu me pronunciei na Comissão.

Agora, é assim:

É preciso também dizer uma coisa, que é, os municípios, independentemente de não terem ainda centros de recolha oficial, estão a fazer também um trabalho

que é preciso dizer que é positivo e tem-se registado uma melhoria muito significativa.

Destes 10/11, incluindo o Corvo, municípios que não têm centros de recolha oficial, 60% destes municípios fazem a recolha de animais vadios, 60% dos municípios identifica eletronicamente os animais, 50% dos municípios já esterilizam os animais; em 70% são vacinados, em 70% são desparasitados, em 60% há um registo animal e 50% possui um programa de esterilização.

Portanto, não me cabe fazer a defesa do trabalho dos municípios, mas há aqui, e vê-se que há, um trabalho muito positivo que está sendo feito pelos municípios neste domínio.

Agora, antecipar a aplicação dessa legislação não me parece que faça sentido neste momento.

Agora, da parte do Governo, naturalmente haverá sempre a disponibilidade, de, se em 2020, se em 2021 ou em 2019, logo que estejam reunidas as condições, fazer-se uma alteração. Naturalmente esta Assembleia está emanada de todos os poderes para proceder a essa alteração.

Agora, neste momento acho que não faz sentido, porque a partir do momento que esta Assembleia aprovasse esta alteração, no dia 1 de janeiro de 2018 teríamos nos Açores (e os municípios!) não um caos, mas um problema muito grave, que era a impossibilidade dos municípios cumprirem a lei.

É tão simples como isso.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Sr. Presidente da Associação de Municípios tem que ouvir os seus colegas!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, eu tenho algumas dúvidas para colocar.

Eu pedi-lhe, através de requerimento, cópia dos relatórios referentes às ações de fiscalização e o Sr. Secretário, na resposta que deu, não fez chegar nenhum desses relatórios.

O que eu lhe pergunto é, acabou agora de descrever um conjunto de dados. Esse conjunto de dados não consta em relatórios? Como é que recebe a informação? É por telefone?

O Parlamento pediu-lhe essa documentação, pediu-lhe através de um requerimento e o senhor não a forneceu. Acabou agora de descrever um conjunto de dados.

A pergunta que lhe faço é: como é que tem esse conjunto de informação e a informação discriminada que eu lhe pedi e que não deu, o senhor não forneceu?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Protesta!

O Orador: Também não forneceu em sede de Comissão,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Protesta!

O Orador: ... porque em sede de Comissão também lhe foram feitas perguntas muito objetivas que o Sr. Secretário respondeu na altura que não tinha esses dados. O senhor respondeu: não, neste momento não estou na posse desses dados.

O que é que eu fiz? Como o Sr. Secretário respondeu que não estava na posse, remeti-lhe um requerimento.

Como não tinha os dados na altura da reunião da Comissão, remeti-lhe um documento a solicitar-lhe esses dados, tendo em conta que eu já sabia que vinha aqui discutir este diploma.

O senhor na resposta que dá também não os fornece.

Portanto, é muito difícil, no Parlamento, ter uma discussão estruturada, uma discussão com informação que não nos é prestada por parte do Governo.

Agora acabou de referenciar um conjunto de dados que quando lhe foi pedido não foi solicitado.

Quero dizer-lhe o seguinte:

A legislação entrou em vigor no dia 6 de outubro e no dia 3 de fevereiro cumpriram-se os 120 dias para apresentação de cópia dos programas de esterilização. Está em vigor desde 3 de fevereiro!

Eu pedi-lhe cópia dos programas de esterilização que deveriam estar feitos desde o dia 3 de fevereiro.

Sabe o que é que me respondeu?

As cópias desses programas não estão disponíveis, mas sabemos que está tudo a correr bem.

Isto não pode acontecer!... Isto não pode acontecer, Sr. Secretário!...

É evidente que não é possível ter uma discussão séria sobre este assunto, quando é solicitada informação ao Governo Regional e o Governo Regional não responde. Diz que está tudo bem, mas as cópias dos programas de esterilização não foram dadas e as cópias dos relatórios também não surgiram.

Portanto, eu tenho grandes dúvidas sobre a informação que acabou de fornecer neste momento.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é grave!

O Orador: A outra questão que quero colocar é à proponente e é o seguinte:

Eu tive a oportunidade de fazer referência ontem... Muito rapidamente: é evidente que em relação aos cães, aos gatos, aos animais errantes, eu tenho o grande objetivo também de terminar com o abate destes animais, mas o meu objetivo é que isto se faça em condições, se o Governo cumprir os prazos, e impedindo, por exemplo, que estes cães não ataquem outros animais que têm igual dignidade.

Veja bem, uma notícia de 28 de maio de 2017:

“Abate de cães perigosos por ataque a diversos animais”;

“Cães vadios atacam 50 vitelos nos Arrifes”, uma notícia de 15 de janeiro;

“Cães vadios mataram mais de 50 vitelos nos Arrifes”.

Podia continuar a dar-lhe muitas notícias deste tipo. A questão é a seguinte: não implementar esta medida com todas as condições de segurança, significa um sofrimento tremendo para outros animais, para estes 50 vitelos que morreram e para 40 animais, por exemplo, que morreram entre maio e outubro de 2016. Entre maio e outubro de 2016, no Faial, morreram 40 animais com ataques de cães selvagens.

Portanto, é preciso que sejam criadas as condições.

Deputada Zuraida Soares (BE): Estão no DLR!

O Orador: Sra. Deputada, e acha que 2018 estão criadas estas condições?

Eu acho que não! Eu acho que é uma irresponsabilidade.

Deputada Zuraida Soares (BE): Em 2007 estava tudo bem!

O Orador: Isso significa um sofrimento para muitos outros animais e há inclusivamente várias referências também de ataques a pessoas.

Portanto, isso significa condições de insegurança para as populações, condições de insegurança para o gado, condições que são condições tremendamente difíceis como...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor aprova?

O Orador: Eu aprovo em 2022, se o Governo fizer o trabalho que tem que fazer e ainda não está a fazer.

Portanto, Sra. Deputada, a questão que lhe coloco é: acha que esta legislação se deve aplicar sem estarem criadas as condições?

Eu não vejo que a sua proposta possa reunir as condições necessárias para garantir a segurança das populações, porque eu estou preocupado com a segurança das populações e estou preocupado também com outros animais que também são mortos e são mortos de forma muito violenta.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu julgo que a posição do PSD perante esta temática ficou muito clara ontem, aquando da discussão da petição que versava sensivelmente (aliás, a petição até ia mais longe) os mesmos temas e as mesmas preocupações.

Essa posição do PSD ficou clara e ainda bem que ficou clara, porque é aquilo que ajuda neste momento no debate o Governo Regional, porque já se percebeu que este tema divide a bancada do Partido Socialista.

Deputado André Bradford (PS): Já se percebeu? Ainda não dissemos nada e já percebeu!

O Orador: Exatamente!... Exatamente, o Partido Socialista ainda está à espera de ouvir o que todos os outros partidos vão dizer para se pronunciar, porque está muito dividido, porque há diversas sensibilidades na vossa bancada acerca desta temática, e são legítimas. Atenção!... São legítimas!...

Mas o PSD não tem essas dúvidas!

Portanto, tentando não repetir o que aqui se disse ontem e que mais claro não poderia ter sido, julgo (julgamos!) que esta proposta antecipa um problema, porque a legislação tal como está foi ao encontro de uma necessidade, e que está sinalizada, mas que causou um problema, que foi o problema da falta de infraestruturas e de falta de adequação das políticas regionais e municipais (e o Sr. Secretário Regional também foi autarca, portanto sabe que assim é), de modo a dar resposta a esta situação.

Antecipar para 2018 o fim, que é a proibição dos abates antes de haver as medidas de controlo, de esterilização e de infraestruturização, é fazer com que não haja capacidade de implementar uma lei que esta Casa produz.

O que é que isso iria causar?

Iria causar, com muita previsibilidade, uma adulteração dos motivos de abate dos animais em centros de recolha sobrelotados, de modo a adequar os animais às condições da lei.

Portanto, se calhar os animais iriam adoecer mais vezes, suponho eu, se calhar os animais iam ter problemas comportamentais mais vezes e se calhar as eutanásias ir-se-iam manter por incapacidade de alojar os animais nas infraestruturas insuficientes que hoje existem.

Infelizmente (e isto que eu vou aqui dizer não tem cor política), a tentação de oferecer uma vacina, um microchip, uma esterilização, em período pré-eleitoral, não é igual à tentação de mandar uma fiscalização ao detentor de um animal para ver se ele está registado, vacinado, esterilizado, se o canil está em condições ou se a pessoa, o particular tem em casa o número de animais que a lei permite e obriga.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Portanto, a fiscalização das autoridades regionais e municipais também não existe...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e não andemos aqui a tapar o sol com a peneira.

Portanto, a posição do PSD ontem foi clara, foi séria e é a que ajuda o Secretário Regional a ter uma posição responsável, porque o PS anda aqui sem saber como é que vai resolver o problema que tem das sensibilidades das pessoas que são mais queridas dos animais, e aquelas que são mais pragmáticas e algumas que até conhecem na pele o que é que é terem animais de interesse pecuário que são atacados por animais errantes.

Depois, e já para esclarecer alguns equívocos, eu gostaria de esclarecer um equívoco em que entrou ontem a Sra. Deputada Zuraida Soares, apesar de já termos debatido a petição. Tem a ver com a questão do que é que é mais caro, se é mais caro esterilizar ou se é mais caro a política de abates.

Eu ontem deixei mais do que evidente de que o ideal é esterilizar, mas é uma opção que tem custos, mas é uma opção política que nós devemos tomar com consciência.

Eu fui informar-me junto da maior clínica veterinária que existe na Ilha Terceira, onde é mais fácil recolher informação, dos custos reais, de hoje, dos procedimentos de esterilização, por um lado, e de eutanásia por outro.

Saibam as Sras. e os Srs. Deputados que a eutanásia, o abate de um animal, é executado, para que tenha as condições de dignidade e de ausência de sofrimento, com um anestésico de elevada concentração, cuja molécula se chama Pentobarbital Sódico, que tem uma dose anestésica e uma dose letal muito próximas.

Deputado André Bradford (PS): Ora, era aí que queria chegar!

O Orador: Portanto, com uma dose certa, o animal entre num estado de coma induzido, que se aprofunda, faz paragem cardiorrespiratória e morre com dignidade.

Portanto, um mililitro dessa molécula custa sensivelmente 1 euro, e vou falar de valores aproximados; 1 mililitro consegue abater três quilos de animal, depois é uma questão de adaptar a dose e o preço.

Deputado André Bradford (PS): É fazer as contas!

O Orador: Sr. Deputado André Bradford, quer ouvir e aprender alguma coisa ou quer brincar com um assunto que estamos a tratar aqui com seriedade?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Muito bem!

O Orador: O Sr. Deputado gosta muito de fazer graçolas, mas depois, pronto, fica a ser engraçado.

Presidente: Srs. Deputados, por favor, não entrem em diálogo com a outra bancada.

Deputado André Bradford (PS): Ninguém está a fazer graçolas!

O Orador: Um mililitro custa 1 euro e dá para três quilos de peso vivo de animal. É isto que custa a eutanásia.

A esterilização. Eu não vou referir os valores cobrados pela clínica privada. Vou referir os valores protocolados com as autarquias de Angra e da Praia da Vitória.

Esterilizar um gato custa menos de 40 euros, valor protocolado; um cão vai de 70 a 100 euros.

Uma gata, que é uma cirurgia abdominal (e uma cadela também), 53 euros, valor cobrado às câmaras municipais; 95 a 150 euros as cadelas. As diferenças de preço têm a ver com o peso do animal e com a necessidade de recurso a fármacos, o que desde logo, feitas as contas, evidencia que é muito mais cara a opção de esterilizar, que é a opção que as Câmaras têm tentado seguir dentro das suas possibilidades orçamentais, do que a opção eutanásia.

Agora, isto é para partir do princípio de que as coisas vão ser feitas como deve ser, utilizando material esterilizado, utilizando uma sala de cirurgia, utilizando material de antissepsia e setura adequado, utilizando antibióticos e medicação analgésica para o pós-operatório, e fazendo um acompanhamento adequado do animal.

Vir defender que o procedimento cirúrgico é mais barato do que a eutanásia, como defenderam os peticionários e como subscreveu integralmente a Sra. Deputada ontem, é brincar com coisas muito sérias.

Todos nós queremos fazer uma abordagem séria a este problema.

Dito tudo isto e feitas todas estas considerações, só nos resta voltar a assumir que antecipar para 2018 o cumprimento de uma lei que tem muitos obstáculos materiais, financeiros e temporais para que possa e deva ser cumprida, é tornar impossível o cumprimento desta lei.

Como tal o PSD não pode, em consciência, votar favoravelmente a proposta do Bloco de Esquerda.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Mónica Rocha tem agora a palavra.

(*) **Deputada Mónica Rocha (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É com muito gosto que eu vejo que efetivamente o Sr. Deputado Luís Rendeiro tem melhorado as suas competências, nomeadamente as paranormais.

Deputado António Almeida (PSD): As normais ou as paranormais?

A Oradora: Então agora já consegue ler a mente dos restantes Deputados. Enfim!... Mas isto é uma questão que...

Devia, se calhar, melhorar outras questões.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A aldrabice merece debate!

A Oradora: Que não haja dúvida nesta câmara que não existem divisões...

(Diálogo entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD)

A Oradora: Muito bem! Obrigada, Sra. Presidente.

Que não hajam dúvidas nesta câmara que não existe divisão. Porquê? Simplesmente porque ninguém nesta câmara poderá estar dividido fase ao sofrimento ou à morte de qualquer ser vivo.

Portanto esta questão não nos divide de maneira nenhuma e não acredito que divida as restantes bancadas.

O que aqui está e o que importa aferir, e foi o trabalho que foi feito em Comissão, é se efetivamente estamos em condições de reduzir o prazo e se na redução deste prazo nós não teremos a potenciação de mais maus-tratos na

sobrepopulação destes animais, na falta de recursos, no exercício redobrado para os municípios.

Portanto, importa efetivamente é decidir em consonância e concordância de que a seu tempo e respeitando os *timings* e reforçando o bom trabalho que diversos municípios já têm feito neste sentido, porque já existem bons números, já existem boas campanhas, já existem provas disso e temos visto nos diversos meios de comunicação social. Portanto, há que valorizar.

Não há má intenção neste projeto, não há má intenção de não reduzir o prazo.

Tem que haver efetivamente a consciência se isto vai ou não potenciar outros problemas. É esta a questão que está em cima da mesa.

Portanto, não nos divide. Estamos efetivamente todos com a mesma voz e queremos efetivamente o bem, porque estar em sociedade também é isto, é respeitar todos os seres vivos e eu, pessoalmente, como todos os outros, acredito nisso em muito.

É nisso que vamos continuar a acreditar e é nisso que vamos continuar a trabalhar encontrando as melhores soluções, reivindicando quando assim for necessário, mas também ter sensatez nestes assuntos.

Obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Algumas conclusões que se vão podendo tirar ao logo do debate.

É verdade que o Decreto Legislativo que está em vigor foi aprovado nesta Casa há um ano, mas eu gostaria de lembrar à câmara que o Bloco de Esquerda foi o único partido que votou contra e na altura disse aqui nesta câmara que a primeira coisa que faria relativamente a esta lei, a este Decreto Legislativo

Regional, era apresentar uma proposta de antecipação deste prazo. É o que nós estamos a fazer.

Portanto, é a coerência do Bloco de Esquerda.

Depois, diz o Sr. Secretário Regional: o Governo tem acompanhado os municípios.

Ó Sr. Secretário Regional, como? De carro? A pé? Ou então de forma paranormal, para parafrasear a expressão utilizada pela Sra. Deputada Mónica? É paranormal? Os senhores conseguem saber o que é que cada câmara está a fazer?

Ninguém percebe! Porque quando chega ao momento de dizer preto no branco, os senhores não têm nada para dizer.

Depois, o Presidente da Associação de Municípios (o Presidente da Associação de Municípios!) da Região Autónoma dos Açores disse publicamente que era possível antecipar este prazo, pelo menos para metade do tempo. É 2019!

Ora, se o Presidente dos Municípios diz que os municípios estão preparados, eu gostava de saber como é que o Sr. Secretário Regional diz que não?

Depois, os municípios, Sr. Secretário Regional, na sua opinião, têm dias. Há dias em que os municípios estão preparados, e o Sr. Secretário Regional elencou uma série de preparações de cada município para aplicação desta lei. Depois há outros dias em que os municípios não têm condições de aplicar a lei. Sr. Secretário Regional, respeitar os *timings* é uma coisa; respeitar a negligência e o incumprimento daquilo a que a lei obriga, é outra.

Portanto, Sr. Secretário Regional, partindo do princípio que os municípios não estão preparados, eu pergunto-lhe:

Quantas coimas e contraordenações é que o Governo Regional já aplicou ao longo de um ano, pelo incumprimento do disposto na legislação em vigor?

Sr. Deputado Paulo Estêvão, “Artigo 4.º - Exceções

1 - Pode ser realizado o abate compulsivo de animal de companhia ou de animal errante nos seguintes casos (...):

a) Sempre que estiverem em causa medidas urgentes de segurança de pessoas e bens, bem como de outros animais, e esteja impossibilitada a recolha ou captura de animais de companhia ou errantes, excepcionalmente (...).”

Portanto, a sua dúvida eu li-a quando apresentei o diploma. Está inscrita no diploma em vigor.

As suas dúvidas estão completamente respondidas.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Isso é uma mão cheia de nada!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não estão!

A Oradora: Estão, estão!

Depois, o que é que fica provado também até agora?

É que se não houver pressão da parte desta câmara e da parte do Governo Regional sobre os municípios, nós chegaremos a 2022 a abater animais como forma de responder à sobrelotação dos tais canis e gatis e “crós” que não têm condições para os albergar.

Sr. Deputado Luís Rendeiro, brincar com coisas muito sérias é feio e é por isso que o Sr. Deputado e a sua bancada não deveriam ter viabilizado um diploma, que é o DLR em vigor, onde nos seus considerandos diz assim:

“O custo da captura, transporte, alojamento, abate e eliminação do cadáver animal é maior que a vacinação, desparasitação, identificação e castração cirúrgica.”

Portanto, o senhor está a brincar com coisas sérias, porque aprovou, com a sua bancada, viabilizou, como diz o PSD quando se abstém, um diploma que diz exatamente o contrário daquilo que o Sr. Deputado acabou agora de dizer.

É feio brincar com coisas sérias.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria, nesta segunda intervenção, de clarificar aqui algumas questões...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Corvo tem veterinário ou não?

O Orador: Diga?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Corvo tem veterinário ou não?

Deputado Manuel Pereira (PS): A Câmara!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Veterinário Municipal!

O Orador: Não percebi.

Presidente: Sr. Secretário Regional, deverá continuar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não se assuste, Sr. Secretário! Continue!

O Orador: Eu perdi-me um bocado com esses apartes.

Eu gostava de dizer ao Sr. Deputado Paulo Estêvão o seguinte, para não ficar a ideia nesta Casa de que o Governo ou nomeadamente o meu departamento, não responde às questões que são colocadas pelos requerimentos. Aliás, aquilo que temos mais feito nos últimos tempos, e faremos sempre, é responder aos requerimentos a esta Casa.

Agora, nós também respondemos àquilo que nos é perguntado e aquilo que o Sr. Deputado perguntou foi o seguinte:

1.^a questão: Se os municípios estão neste momento a cumprir o previsto no n.º 3 do artigo 6.º, do Decreto Legislativo Regional 12/2016?

O ponto 3 do artigo 6.º, diz concretamente que “os animais recolhidos são obrigatoriamente identificados eletronicamente, esterilizados, vacinados e desparasitados.”

Aquilo que nós dissemos é que todos os municípios que têm centros de recolha oficial cumprem o estabelecido; todos os municípios que não possuem centros de recolha oficial os animais são desparasitados e ainda aquando da adoção

vacinados, esterilizados, excetos nos casos das Ilhas da Graciosa e São Jorge, identificados eletronicamente, neste caso, exceto na Ilha de São Jorge.

Depois o Sr. Deputado perguntou que municípios não estão a cumprir o previsto no artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional?

Nós respondemos à questão.

Depois o Sr. Deputado pede cópia dos programas de esterilização. O que nós dissemos, e depreende-se, é que nós não temos as cópias desses programas e solicitámos aos municípios, que ainda não nos enviaram.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas isso onde é que é?

O Orador: O n.º 4 pede cópia dos relatórios referentes a ações de fiscalização. Aquilo que dissemos, e é claro, é que nós não temos relatórios de ações de fiscalização, porque nós não levantámos quaisquer processos de contraordenação.

O nosso trabalho que tem sido feito desde a aplicação deste diploma tem sido um trabalho pedagógico...

Deputada Zuraída Soares (BE): É pedagógico!

O Orador: ... de sensibilização...

Deputada Zuraída Soares (BE): É de sensibilização pedagógica!

O Orador: Claro, Sra. Deputada! Assim também se trabalha e tem-se efeitos.

Se a Sra. Deputada estivesse atenta àquilo que eu disse há poucos minutos atrás, percebia claramente aquilo que foi a evolução no último ano por parte dos municípios.

Deputada Zuraída Soares (BE): Nenhuma!

O Orador: Nenhuma?! Ó Sra. Deputada!...

Deputada Zuraída Soares (BE): Nenhuma!

O Orador: Não me vai obrigar outra vez... Isso depois vai gastar o meu tempo.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não houve evolução nenhuma! Segundo o que disseram está tudo bem!

O Orador: Mas faço de novo. Mas quem é que disse que está tudo bem, Sra. Deputada?

Deputada Zuraída Soares (BE): Os senhores!

O Orador: Eu não disse... O Governo não disse que estava tudo bem!

O Governo não disse que estava tudo bem! Nessas matérias temos que ter uma abordagem correta. Uma coisa é fazer política, mas temos que ter uma abordagem correta. E a abordagem correta a Sra. Deputada não está a tê-la.

Ninguém disse que estava tudo bem!

Deputada Zuraída Soares (BE): Está ali, Sr. Secretário! Está escrito!

O Orador: Se estivesse tudo bem não estávamos aqui a discutir isso.

O que existe é que houve um trabalho muito positivo dos municípios feito no último ano, e esse trabalho que foi feito dá-nos garantias que em 2022 as coisas vão estar resolvidas. Agora se em 2020, se em 2019 houver condições para isso, cá estamos.

Aquilo que o Sr. Presidente da Associação de Municípios disse, e naturalmente em defesa dos seus municípios (eu também já fui Presidente da Associação de Municípios), eu naturalmente faria o papel que ele fez.

Eu também não ia à Comissão dizer que estava tudo mal. O que ele fez foi um papel de defesa dos municípios, de defesa do poder local, mas também nas entrelinhas percebe-se que ele não pode, nem estava naturalmente...

Deputada Zuraída Soares (BE): Quais entrelinhas? É possível antecipar o prazo para metade! Não há entrelinhas!

Presidente: Sr. Secretário, tem que continuar.

O Orador: Sra. Deputada, como é que é possível, com todo o respeito e amizade que tenho pelo Sr. Presidente da Associação de Municípios, Dr. Roberto Monteiro, ele assumir isso quando temos eleições autárquicas à porta?

Deputada Zuraída Soares (BE): Tem que lhe perguntar, Sr. Secretário!

O Orador: A decisão de investimentos nos canis ou nos centros de recolha oficial depende dos executivos, depende de uma decisão política.

Eu percebo o que ele quer dizer.

Deputada Zuraida Soares (BE): Eu também percebo!

O Orador: Agora, a questão objetiva é essa. O que está em causa aqui é 2018 ou 2022. Em 2018 não é possível. Em 2022 é possível!

Se for possível antes cá estaremos!

Deputada Zuraida Soares (BE): Nós também!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, eu como professor estou habituado a fazer perguntas.

Fiz-lhe uma pergunta e a pergunta é muito específica: cópia dos programas de esterilização elaborados pelas 19 câmaras municipais.

Sabe qual foi a sua resposta?

Não os temos!

Já os deveria ter desde 3 fevereiro e ainda não os tem, ainda não lhe chegaram.

Não sei como é que estão sendo transportados! Nas últimas sessões disse que era só mandar por fax. Volto a repetir outra vez.

Deputada Zuraida Soares (BE): É um clique!

O Orador: Eu não percebo como é que algo que deveria estar feito desde 3 de fevereiro ainda não chegou.

Portanto, resposta errada, Sr. Secretário.

Cópias!... O senhor diz-me: ainda não chegaram.

Essa resposta não me pode satisfazer, como deve compreender.

A outra pergunta também é cópia dos relatórios referentes às ações de fiscalização e diz-me: temos desenvolvido e acompanhado...

E onde é que estão as cópias dos relatórios?

Também ainda não apareceram. É só enviar por fax também ou por email.

Por isso eu desconfio que os relatórios não existem e que estes programas de esterilização não estão feitos.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Tem que perguntar aos municípios!

O Orador: Ouça uma coisa! Se telefonar e disser ao município: “olhe eu quero (estão a pedir-me aqui no Parlamento) cópia do programa de esterilização”.

Se a Câmara fez de facto o documento e se tem o documento, clica e tem imediatamente o programa.

Deputada Zuraida Soares (BE): Às vezes são dois cliques!

O Orador: Agora, como não chega eu desconfio que eles não estão feitos.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Tem que perguntar aos municípios!

O Orador: Cabe-lhe a si!

Repare bem: o diploma no artigo 10.º diz o seguinte: “fiscalização”. Quem é que realiza a fiscalização? É V. Exa. quem faz essa fiscalização e não está a fazer.

De qualquer das formas para mim o que é importante dizer é o seguinte:

O PPM votou favoravelmente a legislação que está em vigor. Estamos convencidos que este prazo e este período é o período suficiente para criar estas condições e aprovámos este diploma conjuntamente com o PCP também, porque a proposta era do PCP, com as alterações efetuadas pelo Partido Socialista.

Estes três partidos que aprovaram esta legislação têm aqui um compromisso. Esse compromisso é que esta legislação se cumpra e é essa a minha missão nesta matéria e o meu objetivo.

Por isso vou votar contra a proposta do Bloco de Esquerda e vou votar contra, porque acho que é uma proposta irresponsável. Acho que a Sra. Deputada só está a apresentar, porque sabe que ela vai ser chumbada, porque eu tenho a certeza absoluta que a Sra. Deputada não teria a coragem de apresentar esta proposta. Se ela fosse adotada poderia provocar graves danos a outros animais e às pessoas. Colocar em causa a segurança das pessoas.

Diz-me a Sra. Deputada: bom, o n.º 4 diz aqui que só quando numa situação excepcional.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não é excepcional! Estão escritas! Seja sério!

O Orador: Então diga-me uma coisa: há um cachorro que é devolvido à natureza. Qual é a condição excepcional que se aplica? Qual é a condição de urgência?

Sabe o que é que vai acontecer? Esse cachorro, esse cão que é devolvido à natureza evidentemente que irá integrar a matilha, não é? Portanto, pode atacar as pessoas e o gado como já acontece.

Agora, se esta legislação fosse aplicada desta forma nós teríamos centenas e centenas de animais, teríamos que libertar centenas e centenas de animais, colocando em grave risco as condições de segurança das pessoas.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): E a saúde pública!

O Orador: E a saúde pública.

A Sra. Deputada considera que isto é responsável colocar, porque depois evidentemente a primeira vez que acontecesse um incidente, a responsabilidade era sua, como proponente, em primeiro lugar, e deste Parlamento e de todos os Deputados que aprovassem irresponsavelmente uma legislação neste sentido.

Evidentemente que não era só a nossa consciência que estava em causa. Era também a responsabilidade criminal em aprovar uma coisa destas sem existirem condições.

Deputada Zuraida Soares (BE): O senhor está a delirar completamente!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não estou! Isto é a realidade!

Deputada Zuraida Soares (BE): Isso é exosfera, já não é estratosfera!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PPM esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu era para não intervir mais neste debate, porque julgo que já estavam mais do que esclarecidas as posições do PSD, mas tendo em conta as afirmações proferidas pela Sra. Deputada Zuraida Soares eu gostaria de fazer mais um esclarecimento e mais uma reposição dos factos.

Deputada Zuraida Soares (BE): Eu não afirmei nada! Eu li o diploma!

O Orador: Eu lamento que a Sra. Deputada Zuraida Soares, quando confrontada com aquilo que vai acontecer certamente a seguir na votação, que é o chumbo da sua proposta,...

Deputado Manuel Pereira (PS): Não fica satisfeita!

O Orador: ... e com a correção de algumas das afirmações e de algumas questões que aqui foram suscitadas pelo debate de hoje e de ontem, se tenha exaltado e tenha conduzido o debate para o ponto em que conduziu, remetendo para o texto e para a votação do PSD na lei original. E vou explicar-lhe porquê? O PSD absteve-se de forma perfeitamente consciente, sabendo que os objetivos a que se propunha a legislação que foi aprovada eram os objetivos que deviam nortear a postura desta Casa, tendo sérias dúvidas, como tem, que a data 2022 ela mesma seja suficiente (continuamos a ter sérias dúvidas) e discordando de alguns pontos do articulado, mas, sim, o objetivo a que a lei se propunha continua a estar certo.

Quem é que nesta Casa, sobretudo os Deputados que estão aqui há mais tempo, nunca se absteve num diploma com base na nobreza dos objetivos que o

diploma visava atingir? E Sra. Deputada também já o fez, mesmo não concordando com a totalidade do texto.

Portanto, nós estamos a tentar ter aqui uma postura o mais séria, o mais coerente e de bom senso, perante uma questão que é importante e sem dúvida que também move paixões, porque muitas vezes estas questões dos animais são muitas vezes tratadas mais com o coração do que com a cabeça.

Nós, no debate, e como agentes da lei, porque as produzimos, temos que tratar dos assuntos mais com a cabeça do que com o coração.

Portanto, a posição do PSD, está clara a do passado e está clara a de agora.

Sra. Deputada, a antecipação dos prazos e das medidas da legislação que está em vigor vai causar problemas adicionais à Região e no final vai agravar as condições de tratamento, de alojamento, de esterilização e mesmo de abate dos animais que tiverem que ser abatidos com dignidade e com condições, que era aquilo que a Sra. Deputada queria evitar.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem agora a palavra.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para também finalizar a minha intervenção sobre esta matéria, para que também não fiquem dúvidas sobre isto.

Eu gostava de dizer à Sra. Deputada que o Governo Regional acompanha a aplicação do Decreto Legislativo Regional 12/2006, com todo o sentido de responsabilidade, mas também de bom-senso e acautelando os diferentes interesses que estão em jogo.

Nós temos consciência da dificuldade que os municípios têm na concretização das infraestruturas.

Sabemos perfeitamente que este é um ano particular, é um ano onde há eleições autárquicas, é um ano que, digamos, é mais curto para os autarcas e, nessa medida, nós neste último ano (não diria último ano, porque não é um ano, mas desde a entrada em vigor do diploma) temos feito um trabalho intenso junto dos municípios.

Também é preciso dizê-lo que se tem verificado (e isto é positivo) uma boa evolução, uma evolução positiva na abordagem que as pessoas fazem em relação ao abandono animal, ao bem-estar animal.

Naturalmente isso deve-se a campanhas de sensibilização que o Governo desenvolveu em parceria com associações amigas da defesa dos animais, nos últimos anos, às próprias alterações legislativas que têm sido produzidas, às redes sociais que têm tido um papel neste campo muito positivo, e também ao poder local. Isso naturalmente tem contribuído, e muito, para a redução do abandono e dos maus-tratos dos animais.

Portanto, há um esforço do Governo nesse sentido, que tem sido feito por ofício, tem sido feito por fax, tem sido feito por visitas aos canis, sensibilizando, numa primeira instância, para a necessidade de proceder ao licenciamento, mas para proceder ao licenciamento é preciso reunir um conjunto de requisitos e as obras são essenciais, mas sobretudo para outros aspetos que são tão ou mais importantes do que o licenciamento dos canis, que é a recolha dos animais vadios, a identificação eletrónica, a esterilização, a vacinação, a desparasitação, o próprio registo e os programas de esterilização.

Neste momento também é preciso dizer que, independentemente das autarquias terem ou não um documento formal, que é o programa de esterilização que o Sr. Deputado Paulo Estêvão tanto quer, elas na prática já estão a fazer as suas esterilizações. Isso é evidente, foi dito e foi possível constatar pelas visitas que os serviços da Direção Regional da Agricultura fizeram aos diferentes municípios.

Posso também dizer que houve notificações nos últimos anos às câmaras municipais para sensibilizar para essas temáticas, em janeiro de 2014, em janeiro, maio e junho de 2015, em janeiro de 2016, em janeiro e abril de 2017.

Portanto, é sim falso, como ontem se disse aqui nesta Assembleia, quando eu não podia intervir, que o Governo dos Açores não está a fazer nada, que o Governo dos Açores não está a cumprir a sua parte, que não tem eficácia.

Portanto, aquilo que foi dito aqui hoje prova naturalmente o contrário.

É verdade que já se fez um caminho, mas ainda falta muito para fazer e o Governo Regional naturalmente que está empenhado para que assim seja. Seja em 2022, seja mais cedo, seja possível a aplicação do Decreto Legislativo Regional 12/2016.

Portanto, nós temos um rumo traçado e é com este rumo que vamos seguir.

Termino parafraseando um ditado popular árabe, sem qualquer ofensa para ninguém: “os cães ladram e a caravana passa!”.

Muito obrigado.

Deputada Zuraida Soares (BE): É verdade!

Deputado António Almeida (PSD): Os cães vão ser abatidos!

Deputados João Bruto da Costa e Luís Rendeiro (PSD): Se fosse o PSD a dizer isso!...

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, Sr. Secretário, os cães ladram, as cadelas também, e a caravana passa!

E a verdade, mais cedo do que tarde, e a justiça mais cedo do que tarde, e a razoabilidade mais cedo do que tarde, vem sempre ao de cima.

Sr. Secretário Regional, não há condições para antecipar o prazo. Eu vou servir-me, ter a ousadia de pedir permissão ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, para pegar

nas perguntas que ele colocou muito claramente ao Governo Regional e nas respetivas respostas.

Primeira pergunta:

“Que municípios estão, neste momento, a cumprir o previsto no n.º 3 do artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional em vigor?”

Resposta do Governo:

“Todos os municípios com centros de recolha oficial cumprem com o estabelecido na lei”.

Segunda pergunta:

“Que municípios não estão a cumprir o previsto no artigo 7.º do Decreto Legislativo em vigor?”

Resposta do Governo:

“Todos os municípios com e sem centros de recolha oficial, cumprem com o estabelecido no artigo 7.º do Decreto Legislativo em vigor”.

Terceira pergunta:

“Cópia dos programas de esterilização elaborados pelas 19 câmaras municipais (...)”.

Resposta do Governo Regional:

“À exceção dos municípios das Ilhas Graciosa e São Jorge, todos os outros, com e sem centros de recolha oficial, efetuam campanhas de esterilização no próprio centro de recolha”.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Em parceria com as autarquias! A senhora está a esquecer-se de ler algumas linhas!

A Oradora: Última pergunta:

“Cópia dos relatórios referentes às ações de fiscalização entretanto efetuadas”.

Resposta do Governo:

“A Secretaria Regional da Agricultura e Florestas tem acompanhado esta situação muito de perto”.

Sr. Secretário Regional, Sras. e Srs. Deputados:

Onde é que está a prova de que os municípios não estão preparados para a antecipação do prazo...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Leia o resto! A senhora esqueceu-se de ler algumas partes!

A Oradora: ... se nas respostas dadas pelo Governo Regional tudo está feito, tudo está bem e se recomenda?

Deputado André Bradford (*PS*): Essas não são as respostas!

A Oradora: Mais! Falando de irresponsabilidade.

Sras. e Srs. Deputados:...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): A Sra. esqueceu-se de algumas partes!

A Oradora: Vamos falar de irresponsabilidade, a irresponsabilidade que alguns Deputados desta Casa, e presumo que o Governo Regional também, dirigem ao Bloco de Esquerda por fazermos uma proposta concreta de antecipação do prazo para o fim do abate dos animais como forma de combate à sobrelotação dos mesmos.

A nossa irresponsabilidade está partilhada. Antes de mais, com o Presidente da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores que diz preto no branco que pelos menos 2019 é possível antecipar a entrada em vigor desta lei.

Deputado Miguel Costa (*PS*): Não! Não diz isso! 2020!

A Oradora: Está lá! Metade do prazo!

Depois, outros irresponsáveis da mesma estirpe:

- AFAMA

A AFAMA diz que concorda, de uma forma geral, quer com a petição que nós ontem analisámos em que também era pretendido e solicitado a antecipação do prazo, quer com o diploma do Bloco.

- Amigos dos Açores

Concorda com o diploma e com a iniciativa e proposta do Bloco.

- Associação da Terceira

Concorda!

Deputado André Bradford (PS): E o PAN o que é que diz?

A Oradora: - Associação Faialense dos Amigos dos Animais

Concorda!

- Ordem dos Médicos Veterinários

Concorda e diz até que, bom, bom, seria (e mais digamos até elegante e razoável) que nós antecipássemos para a mesma data da entrada em vigor no Continente, ou seja, setembro de 2018.

Deputado Carlos Silva (PS): Não diz isso!

A Oradora: Portanto, quanto a irresponsabilidade, Sras. e Srs. Deputados, estamos conversados. Há muitas instituições, há muitos presidentes de associações nesta Região completamente irresponsáveis, porque defendem exatamente o mesmo que o Bloco de Esquerda neste momento está a defender.

Ah!... Ainda falta Animais da Rua!

Concordam!

Vejam lá! Uma coisa extraordinária!

Irresponsabilidade absoluta, total.

Depois, Sr. Deputado Luís Rendeiro, tenho que me voltar outra vez para si, porque o senhor fez um esforço grande para responder ao que eu tinha perguntado, não respondendo coisa nenhuma.

O que estava em causa Sr. Deputado, e eu vou repetir, é que o senhor disse aqui que não era possível brincar com coisas sérias, porque a afirmação que eu tinha feito ontem nesta câmara estava errada.

Aquilo que fiz, Sr. Deputado, foi chamar a atenção que o senhor e a sua bancada viabilizaram com a sua abstenção um diploma onde está escrito preto no branco, que é o diploma em vigor, o seguinte (e vou voltar a ler, diz assim):

“O custo da captura, transporte, alojamento, abate e eliminação do cadáver animal é maior que a vacinação, desparasitação, identificação e castração cirúrgica.”

O senhor afirmou aqui que eu estava a faltar à verdade, que estava a brincar com coisas sérias, porque isto era exatamente o contrário.

Sr. Deputado, o senhor viabilizou um diploma com uma brincadeira de mau gosto, com coisas sérias, que diz uma aldrabice de todo o tamanho, mas não o agoniou. Agonia-o agora é dizer exatamente o contrário daquilo que aprovou.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Renata Correia Botelho, tem a palavra.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos perante um problema de indiscutível relevância e de verdadeiro interesse público.

É evidente que para todos nesta Casa (eu creio que posso fazer esta afirmação) o abate, por si só, não funciona como política de controlo das populações de animais, só que (e é aqui neste **só que**) os canis e os gatis da nossa Região, como do país, não são plásticos, não esticam, e proibir o abate sem um caminho prévio, só adenso aos problemas, altera os problemas, adensa-os e não resolve infelizmente absolutamente nada.

Sem prejuízo das questões colocadas ao Sr. Secretário Regional, qualquer Deputado desta Casa, pode visitar os canis desta Região e ver, constatar *in loco*, a realidade que ali se passa, o esforço que tem sido feito e as contingências que continuam a existir.

O Partido Socialista tem acompanhado de perto, eu diria mesmo que “à lupa”, esta matéria, querendo fazer o caminho da solução e não perpetuar o do problema.

Veja-se, por exemplo, o caso da Madeira. O caso da Madeira é, infelizmente, um caso que nos pode servir de exemplo, é um mau exemplo, e eu trago só em jeito de exemplo, passe a redundância, que por exemplo por parte da SOS Animal, na altura em que foi aprovado o diploma da Madeira, dizia uma das responsáveis, Sandra Duarte Cardoso: “A lei da Madeira é prematura e mal pensada. É uma medida populista. Acaba-se com o abate, como todos nós, associações, defendemos, mas o que é que acontece aos animais? Há um caminho a percorrer até terminar com o abate. É preciso reestruturar o sistema.”.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Diz também a Bastonária da Ordem dos Médicos Veterinários, Dra. Laurentina Pedroso: “Ninguém pode estar contra uma medida que proíba o abate de animais errantes, mas é necessário que a lei tenha consequência”, e dá como exemplo o caso da Madeira, onde a Assembleia Legislativa Regional “proibiu o abate de animais de companhia”, citando a Sra. Bastonária, quando diz: “Nem sequer têm um veterinário municipal. Como poderão fazer esterilizações e vacinações?”.

Lembro ainda que na semana passada foi lançada uma petição por um movimento bastante alargado, que é o Movimento de Campanha de Esterilização de Animais Abandonados, que (aliás até pede reuniões com os líderes parlamentares na Assembleia da República) pede que se comecem a

encetar os esforços para as esterilizações dos animais na consciência plena de que a aplicabilidade da lei aprovada não será exequível sem um caminho que tem de ser feito.

Portanto, tudo isto nos deixa muito cientes de que, por mais vontade que tenhamos (e acho que não há nenhum partido nesta Casa que não tivesse vontade de aprovar esta proposta de alteração aqui trazida pelo Bloco de Esquerda), por maior que seja a nossa vontade, temos de colar com a realidade.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Para o Partido Socialista, que não se divide nesta matéria (que não se divide nesta matéria!), o abate zero não é uma utopia, nem vamos estar aqui a fazer contas de mais e menos, sobre o custo da esterilização ou do abate. Eu peço desculpa! Por mais importante que seja, eu não entrarei nesse debate.

O nosso caminho é o do fim do abate, garantidamente o do fim do abate, mas agindo na sua base, na base do problema, com eficácia e com consequência,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: ... lendo as contingências da realidade e do mundo que nos rodeia, seja ao nível do bem-estar animal, seja ao nível do bem-estar dos outros animais também, seja ao nível, obviamente da saúde pública.

Portanto, não é para nós importante chegar à meta sem fazer o percurso. E é com alegria, de alguma forma, que posso anunciar que muito em breve o Partido Socialista trará a esta Casa um diploma que visa uma aposta consistente, exatamente na base do problema que nós, no fundo, estamos aqui a debater, promovendo as esterilizações em cães e gatos, e a colocação de *chips*.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas isso está na lei! Essa questão já está em vigor!

A Oradora: Não! A questão aqui é que todos temos que fazer a nossa parte. Todos temos que fazer a nossa parte!

Há aqui uma parte em que o ónus será colocado nos municípios, e há aqui uma parte onde também temos que fazer a nossa parte. Enquanto Assembleia Legislativa Regional temos que fazer a nossa parte de pressionar outras entidades que possam também advogar este mesmo princípio.

Portanto, 2022 é um prazo que não nos deixa a todos contentes, é o prazo, para já possível. Obviamente nada impede que qualquer município desta Região (aliás como tem vindo a acontecer no Continente; pontualmente recebemos notícias de Valongo, Gondomar, têm reduzido o prazo de término do abate de animais em canis), reunidas as condições para que tal aconteça, que assim faça e todos nós, obviamente, ficaremos contentes com isso.

Aliás, eu até aqui trago de alguma forma declarações do Sr. Deputado Miguel Tiago, do PCP, que aquando da discussão do diploma na República disse mesmo que o ideal será que os municípios vão decidindo isso município a município.

Nós aqui entendemos que 2022 é o teto máximo, absolutamente máximo, dado para que esta lei seja aplicada na sua plenitude.

Os pareceres que a Sra. Deputada Zuraida Soares citou, é verdade que se posicionam favoráveis à antecipação do prazo, não sem muitos deles referirem “se estiverem reunidas as condições”.

Deputada Zuraida Soares (BE): Dois!

A Oradora: É preciso ler com muito atenção “se estiverem reunidas as condições”.

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas os canis dizem que estão!

A Oradora: Sra. Deputada, a senhora ainda hoje de manhã usou uma expressão “por quem Deus manda o recado”, se bem me lembro.

Não se arrogue sempre esse papel de mensageira desse Deus e desse bem supremo, porque esse bem todos nós queremos almejar, Sra. Deputada.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

A Oradora: Eu garanto-lhe Sra. Deputada que a senhora não quer chegar a esse fim mais do que eu.

Deputada Zuraida Soares (BE): Ah quero, quero!

A Oradora: Garanto-lhe.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Para terminar, Sra. Presidente, se estamos satisfeitos com estado atual das coisas?

Não estamos!

Se já devia ter sido feito mais por todas as partes envolvidas?

Talvez! Nós aqui estaremos para tentar corrigir o que houver para corrigir.

Se vamos lutar para que animais saudáveis não continuem a ser abatidos nos canis e nos gatis desta Região?

Sempre!

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu estou a faltar com a minha palavra, porque voltei ao debate para esclarecer uma questão para que não fique no ar.

Sra. Deputada Zuraida Soares, aquilo que eu respondi, ou aquilo que a Secretaria respondeu, ao Sr. Deputado Paulo Estêvão não foi se havia ou não condições para antecipar a aplicação do diploma de 2022 para 2018.

As perguntas que o Sr. Deputado Paulo Estêvão colocou foi no âmbito dos esclarecimentos que fiz na Comissão, que não foram suficientes, que eu não tinha na minha posse os dados e o Sr. Deputado entendeu fazer essas questões.

Aquilo que nós dissemos aí não foi que...

Deputada Zuraída Soares (BE): Não é verdade!

O Orador: Não é isso Sra. Deputada.

A Sra. Deputada quis dar aqui uma cambalhota. Quis que o Governo ficasse mal.

Deputada Zuraída Soares (BE): Mas é verdade ou não é verdade?

O Orador: Que o Sr. Secretário da Agricultura de manhã diz uma coisa e de tarde diz outra. Mas não foi isso que eu disse. Eu quando escrevo tenho muito cuidado naquilo que escrevo e tudo o que sai da secretaria passa pela minha mão.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Tem é que conciliar aquilo que faz com aquilo que escreve, Sr. Secretário!

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: Sra. Deputada, inscreva-se e venha ao debate.

Sra. Deputada Zuraída Soares, aquilo que nós dissemos não foi que estávamos com condições para antecipar. Aquilo que fizemos foi respostas ao Sr. Deputado e as nossas respostas são claras e inequívocas.

Agora, é uma coisa completamente diferente daquilo que a senhora está a dizer. A questão é essa.

Também devo-lhe dizer outra questão: da minha parte não ouviu a palavra irresponsabilidade.

Deputada Zuraída Soares (BE): Mas eu não me referi ao Sr. Secretário!

O Orador: A senhora disse “o Governo”.

Aquilo que eu disse foi que não faz sentido e não é exequível, por isso é que o Governo não pode estar de acordo com a sua proposta. Só por isso, porque não é exequível!

Se esta legislação fosse aprovada para entrar em vigor no dia 1...

Deputada Zuraída Soares (BE): Está tudo bem, mas não é exequível! Sr. Secretário, é isto que tem que explicar!

O Orador: Sra. Deputada, quando é dito, quando é respondido no diploma, que há 11 municípios que não têm os centros de recolha oficiais licenciados ou não têm condições, como é que se pode aplicar a legislação? Isso é básico, Sra. Deputada!

A senhora quer fazer política, mas isso é outra coisa. Estamos aqui num debate.

Deputado Paulo Parece (PSD): Não é política?

O Orador: É política...

Deputada Zuraida Soares (BE): O que é que o Sr. Secretário está a fazer, já agora?

O Orador: Política partidária!

Deputada Zuraida Soares (BE): E o que é que o Sr. Secretário está a dizer?

O Orador: Não!.. Não!.. Eu estou a esclarecer a Sra. Deputada e o que eu estou a dizer é que eu não disse, nem nunca escrevi, que haviam condições para antecipar de 2022 para 2018. Também nunca disse, nem nunca escrevi, que as coisas estavam todas bem.

Não, Sra. Deputada! Eu não disse isso!

Para terminar, todos nós, nesta Casa (naturalmente falo pelo Governo!), concordamos com o fim do abate dos animais.

Agora, uma coisa diferente é, não há condições objetivas para que isso se realize no dia 1 de janeiro de 2018. Isto é que está em discussão. Tudo o resto é política partidária.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem agora a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para um esclarecimento final (espero eu que seja final!) e espero eu que a Deputada Zuraida Soares, com todo o respeito e consideração que me merece,

compreenda aquilo que eu disse e as afirmações que aqui foram proferidas neste debate.

Sim, há um considerando do diploma original que não está correto e eu fiz as contas e demonstrei que não está.

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas o PSD nunca disse que não estava correto!

O Orador: Sra. Deputada, eu não percebo por que é que está tão exaltada.

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas eu não estou exaltada! Eu estou deliciada!

O Orador: Eu estou a ter (eu e o PSD, porque eu estou a falar em nome do PSD) uma abordagem o mais técnica, o mais factual e o mais despida de quaisquer tipos de preconceitos possíveis neste debate. A Sra. Deputada está incomodadíssima! Não se percebe porquê!

Nós fizemos as contas, apresentámos as contas, falámos das partes boas do articulado da lei, falámos das partes com as quais temos dúvidas e com as quais não concordamos do articulado da lei, enunciámos o nosso sentido de voto, manifestámo-nos concordantes, até há um consenso alargado nesta Casa para com os objetivos daquilo que aqui se está a discutir, e a Sra. Deputada está agarrada à parte que é o erro do articulado do diploma original e que é aquele que não condiciona o objetivo último que todos queremos atingir.

Sra. Deputada, a realidade é só uma: a entrada em vigor da proposta de alteração que o Bloco de Esquerda aqui traz hoje, por muito benéficos que possam ser os fins a atingir, a consequência vai ser a oposta, vai ser a incapacidade de fazer o que o Bloco pretende com condições de dignidade, de humanismo, de cumprimento das mais elementares regras de saúde pública e do bem-estar animal.

A Sra. Deputada não aceita, pronto! Vou citar um ex-companheiro de bancada nosso, o Deputado Jorge Macedo, que dizia: concordamos que discordamos!

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Eu apenas perguntava à Sra. Deputada Zuraida Soares, porque tenho a inscrição do Sr. Deputado Paulo Mendes agora, qual de vós é que vai intervir?

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito, muito rapidamente.

A Deputada Zuraida Soares não está nada zangada. Está deliciada!... Porque o objetivo não era esse, mas nós acabámos de concluir que o diploma que foi aprovado nesta Casa, também pelo PSD, tem um erro insanável e que é uma brincadeira com coisas sérias.

Eu acho isso muito importante.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou repetir aquela que foi uma questão, aliás das primeiras questões que foram colocadas pela Deputada Zuraida Soares ao Sr. Secretário.

Desde quando é que as autarquias têm a competência, ou seja, a obrigação, de recolher e alojar animais errantes?

Este não é um problema de 2016. Este não é um problema ocasionado sequer a partir de 2012, aquando da aprovação de um Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda aqui nesta Casa.

Este é um problema muito mais antigo, ou seja, as autarquias já se deveriam estar a preparar há muito mais tempo.

Por isso gostaria que o Sr. Secretário nos esclarecesse sobre desde quando é que a recolha e o alojamento de animais errantes é uma competência ou uma obrigação das autarquias?

Portanto, desde essa altura que as autarquias deveriam ter feito todo o trabalho, todo o investimento para que nesta altura, atingir o objetivo do abate zero, fosse se calhar não para amanhã, mas para hoje.

Eu fiquei com a impressão, ao longo deste debate, que há sensivelmente um ano, por iniciativa do PCP, o Partido Socialista aproveitou essa iniciativa (foi à boleia) para quê?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não foi à toa, foi à boleia!

O Orador: Para livrar um pouco as autarquias dos Açores de terem de cumprir uma legislação que estava simultaneamente a ser debatida na Assembleia da República e que foi aprovada por unanimidade, uma iniciativa que previa mais ou menos o mesmo objetivo do DLR 2016, e que difere num aspeto fundamental, é que em vez de impor um prazo até 2022, impõem um prazo até setembro 2018.

Portanto, ao legislarmos cá na Região acabámos por livrar as autarquias dos Açores de cumprir esse prazo, se calhar muito mais apertado, no entender, pelo que já vimos, do Partido Socialista e até do PSD.

Deputado André Bradford (PS): Não é do Partido Socialista, é de toda a gente!

Deputada Zuraida Soares (BE): Olhe que não!

Deputado André Bradford (PS): Menos do Bloco!

O Orador: Devo lembrar também que em termos de responsabilidade, se formos a pensar em responsabilidade, e atendendo que, sem sombra para qualquer dúvida, existem mais autarquias no continente do que nos Açores, se na República vigora uma lei que impôs um prazo limite para a aplicação do abate zero até setembro de 2018, e foi aprovada por unanimidade, isso quer dizer o quê?

Que na aceção, na defesa daquilo que foi dito...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, então também a Assembleia da República foi irresponsável...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Se calhar foi irresponsável!

O Orador: ... por ter aprovado, por unanimidade, uma lei que impunha um prazo para que as autarquias implementassem a política de abate zero até setembro de 2018.

Portanto, essa acusação de irresponsabilidade, se for para fazê-la ao Bloco de Esquerda, também terá de ser feita à Assembleia da República e por todos os partidos lá representados.

Obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isto é uma Região Autónoma!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para intervir no debate, Sra. Presidente.

Presidente: Já esgotou o seu tempo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já esgotei, pronto!

Presidente: Tivemos agora todos uma sensação de *déjà vu* (risos). Havia um Sr. Deputado que...

Sras. e Srs. Deputados vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de DLR apresentado foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 1 voto contra do PPM, 2 votos a favor do BE, 4 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para uma declaração de voto, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(Neste momento o Deputado Jorge Jorge foi substituído na Mesa pelo Deputado Bruno Belo)

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Prometo que será muito breve esta declaração de voto.

O PPM votou contra a proposta do Bloco de Esquerda em consciência. Nós, no debate que realizámos na legislatura anterior, considerámos que este seria o período correto para que fossem criadas as condições para que o abate fosse de facto concretizado, a proibição de abate fosse concretizada em condições de segurança para as pessoas, em condições que salvaguardem também a saúde pública.

Tendo assumido essa posição, da parte do PPM já fizemos dois requerimentos. Hoje entreguei novamente um requerimento sobre esta matéria e temos vindo a pressionar o Governo Regional (mais um, Sr. Secretário!) no sentido de se criarem as condições para que esta legislação se possa cumprir e se possa cumprir em condições de segurança, de forma responsável (esta é a nossa posição), com lealdade com os compromissos assumidos.

Votámos favoravelmente e mantemos a nossa posição nesta matéria e vamos mantê-la sempre. Somos exigentes.

Eu tive a preocupação, num primeiro requerimento que enviei logo em julho de 2016, de perguntar ao Governo se estava em condições de apoiar as câmaras municipais e o Governo Regional disse que já estava a disponibilizar os meios para apoiar as câmaras municipais. Logo em julho de 2016! Espero que o esteja a fazer.

De qualquer das formas a Sra. Deputada do Bloco de Esquerda, Zuraida Soares, teve, do ponto de vista da sua argumentação, um fator favorável, é que de facto as respostas do Governo Regional apontam no sentido de estar a ser tudo cumprido, menos evidentemente a prova factual que não apresentam.

A diferença entre nós e o Bloco de Esquerda nesta matéria, e por isso é que não aprovámos a proposta do Bloco de Esquerda, é que nós não acreditamos nas respostas que foram dadas por parte do Governo Regional, até porque o fundo documental que foi solicitado não nos foi entregue.

Por isso não acreditamos que essas condições estejam já criadas.

Nesse sentido, de forma absolutamente responsável, nós consideramos que, neste momento, aprovar a proposta do Bloco de Esquerda, significaria uma enorme irresponsabilidade, do ponto de vista da saúde pública, do ponto de vista da segurança das pessoas, porque evidentemente depois há que assumir a legislação que é aprovada nos diferentes âmbitos e já estamos a ver como é que em diferentes âmbitos a opinião pública começa a pressionar os partidos e os

Parlamentos no sentido de assumirem responsabilidades da legislação que elaboram ou que não elaboram.

Portanto, da nossa parte, nós consideramos que neste momento essas condições não estão reunidas e significaria um perigo.

Uma palavra final só para dizer o seguinte:

O que aqui se passou não foi uma discussão de política partidária, aliás, nós não temos, em relação a este conceito de política partidária, uma visão negativa. Nós representamos partidos, fomos eleitos por partidos. No Parlamento estão representados partidos, ou seja, correntes de opinião, correntes políticas. Esta demonização que foi feita por parte do Governo Regional, utilizando uma...

Presidente: Não pode interpelar as outras bancadas, Sr. Deputado.

O Orador: ... expressão de “política partidária”, demonizando a política e os partidos, é condenável e é inaceitável.

É seguir as correntes populistas extremistas que significam um perigo para a democracia na Europa.

Presidente: Sr. Deputado, não pode interpelar as outras bancadas, porque sabe que nesta fase do debate não pode haver outras intervenções.

Sra. Deputada Zuraida Soares, para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda votou favoravelmente a sua proposta porque considera que as autarquias do continente não são melhores do que as autarquias da Região Autónoma dos Açores.

Portanto, ao contrário do Partido Socialista que vota de uma maneira na República, porque acha que as autarquias são de primeira na República e são capazes de cumprir o estipulado na lei, o Bloco de Esquerda vota na Região Autónoma dos Açores e propõe exatamente o mesmo, porque considera que as nossas 19 autarquias são capazes de criar condições...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Não vá por aí!

A Oradora: ... e de cumprir a lei, com a antecipação que tínhamos proposto.

O Bloco de Esquerda votou favoravelmente a sua proposta, porque, ao contrário dos outros partidos, não compreende, não aceita, não perdoa, que o Governo Regional não tenha feito o seu trabalho, desde que entrou em vigor esta legislação até hoje. E a prova disso foi clara e evidente.

Das duas, uma: ou está tudo bem, que foi a resposta obtida; ou está tudo mal e os municípios não têm possibilidades, nem condições para aplicar a lei.

O Governo Regional e o Partido Socialista têm que se decidir relativamente a esta permanente contradição.

O Bloco de Esquerda votou favoravelmente a sua proposta, porque quer fazer suas as palavras do Presidente da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores quando, em sede de Comissão, afirmou o seguinte: “o cumprimento da lei não deve estar condicionado ao seu custo e as autarquias devem cumprir todas as suas competências”.

Nós dizemos exatamente a mesma coisa que o Presidente da AMRAA.

Finalmente, o Bloco de Esquerda votou favoravelmente a sua proposta, porque não aceita que o Partido Socialista afirme que se deve pressionar as autarquias, que se deve pressionar o Governo Regional, no sentido de que esta legislação seja cumprida e tendo agora uma oportunidade para o fazer diz que agora não, mais daqui a bocadinho. Daqui a bocadinho, quando for uma proposta do Partido Socialista.

Portanto, política partidária, é isto! Política partidária, Sras. e Srs. Deputados, é isto, é dizer: “nós vamos apresentar uma proposta igual ou parecida,...

Deputada Renata Correia Botelho (*PS*): Não! Bem diferente!

A Oradora: ... mas somos nós”. Agora, “como não é a nossa, é de outro partido, nós votamos contra”.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista tem estado sempre genuinamente empenhado nesta matéria, conhecendo no terreno as condições reais e contactando e constatando de forma estreita o trabalho que as associações animalistas fazem, desdobrando-se em esforços nesta matéria.

É com base nesse conhecimento pragmático e real, mais a observação cautelosa e criteriosa das soluções erradas encontradas noutros sítios do país, que não pode associar-se a esta proposta do Bloco de Esquerda.

Mais do que fazer deste assunto uma arma de arremesso, dela querendo tirar dividendos políticos, o Partido Socialista está profundamente empenhado em chegar à meta fazendo o percurso que se impõe ser feito.

A proposta que fará chegar em breve a esta Casa é exatamente o percurso que poderá ajudar a permitir que esta meta, neste momento exequível, que o Bloco de Esquerda quer fazer cumprir, vá sendo efetivamente real.

Obrigada.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo que para declarações de voto não há mais inscrições. Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Sra. Deputada Zuraída Soares para uma interpelação tem a palavra.

Deputada Zuraída Soares (BE): Obrigada, Sra. Presidente.

Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Muito obrigada.

Presidente: É regimental. Regressamos então às 17H20.

Eram 16 horas e 54 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 17 horas e 31 minutos.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Entramos agora no ponto 8 da nossa Agenda: **Petição n.º 7/XI – “Contagem de tempo de serviço dos Docentes que desempenham funções em valência de Centros de Atividades de Tempos Livres (CATL)”**, apresentada por Leonardo José Barbosa Soares de Medeiros, na qualidade de primeiro subscritor.

Para apresentação do relatório tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Ávila, relator da Comissão dos Assuntos Sociais.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relatório no âmbito da apreciação da Petição n.º 7/XI

“Contagem de Tempo de Serviço dos Docentes que Desempenham Funções em Valência de Centros de Atividades de Tempos Livres (CATL)”

Ponta Delgada, 12 de junho de 2017

Introdução

A 7 de abril de 2017 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, à qual foi atribuído o n.º 7/XI, intitulada “Contagem de Tempo de Serviço dos Docentes que Desempenham Funções em Valência de Centros de Atividades de Tempos Livres (CATL)”, que reúne um total de 416 (quatrocentas e dezasseis) assinaturas, tendo como primeiro signatário Leonardo José Barbosa de Medeiros.

Por despacho da Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a referida petição foi remetida à Comissão de Assuntos Sociais, para relato e emissão de parecer.

Capítulo II

Enquadramento Jurídico

O direito de petição, previsto no artigo 52º da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto.

Cabe à Comissão permanente especializada com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do disposto nos n.ºs 1 dos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do artigo 73º, n.º 4 do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 18/2016/A, de 6 de dezembro, as matérias relativas a “Educação”, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Sociais.

Capítulo III Apreciação da Petição

a) **Admissibilidade**

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei n.º 43/90) e regimentais (artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Sociais procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do referido regimento e deliberou admiti-la, por unanimidade.

b) **Objeto da Petição**

Os peticionários pretendem a valorização das funções dos docentes que desempenham funções em CATL, através do reconhecimento do seu tempo de serviço, com efeitos retroativos. Para isso alegam os seguintes motivos:

- O trabalho desenvolvido nos CATL dá resposta à preocupação relativa à ocupação de tempos livres na infância ou, evidenciando um acentuado aumento das práticas de atividades sócio educativas ou educativas relacionadas com a estruturação de tempos livres das crianças;
- A educação é um processo contínuo que acompanha o indivíduo nos diversos contextos, assumindo naturezas distintas porque vai para lá das fronteiras escolares;
- São dinamizadas atividades estruturadas em valências como os CATL, que “oferecem uma muito rica e diversificadas oferta de atividades educativas aos alunos” (Canário, Rolo & Alves, 1997);
- Os docentes que exercem funções exclusivamente em CATL não têm o seu tempo de serviço contabilizado para efeitos de cálculo de graduação profissional em processo ed Concurso do Pessoal Docente;

- O pessoal docente das valências educativas privadas exerce uma função de interesse público, pelo que se encontram abrangidos pelos deveres inerentes ao exercício da função docente (Art.º 53.º do DLR n.º 26/2005/A, alterado pelo DLR n.º 6/2008/A e pelo DLR n.º 11/2013/A);
- Os artigos 53.º e 63.º do DLR n.º 26/2005/A, alterado pelo DLR n.º 6/2008/A e pelo DLR n.º 11/2013/A, consideram o tempo de serviço prestado em valências educativas privadas reconhecido para todos os efeitos legais;
- O n.º 4, do Art.º 45º do DRR n.º 17/2001/A, prevê que o tempo de serviço prestado por educadores de infância, independentemente da rede onde se inserem, seja relevado para efeitos de concurso aos quadros docentes da Região Autónoma dos Açores como se prestado em estabelecimento de educação e ensino de rede pública.

c) **Diligências Efetuadas**

Foi deliberado proceder à audição do Secretário Regional da Educação e Cultura (SREC), a União Regional das Instituições Particulares de Solidariedade Social dos Açores (URIPSSA) e a União Regional das Misericórdias dos Açores (URMA) e também solicitar pareceres por escrito às seguintes entidades: Sindicato dos Professores da Região Açores, Sindicato Democrático dos Professores da Região Açores, EBI Roberto Ivens, EBI de Ponta Garça, EBI de Arrifes, EBI Ribeira Grande, Assembleia EBI Canto da Maia, EBI de Capelas, EBI Lagoa, EBI 2,3 Ginetes, EBI Água de Pau, EBI Maia, EBI Rabo de Peixe, ES Padre Jerónimo Emiliano de Andrade, ES Domingos Rebelo, EBS Tomás de Borba, EBS da Povoação, EBS Vila Franca do Campo, EBS das Velas, EBS Santa Maria, ES Vitorino Nemésio, EBS das Flores, EBS Madalena, ES Antero de Quental, EBS Lajes do Pico, ES Manuel

de Arriaga, ES da Lagoa, ES das Laranjeiras, ES da Ribeira Grande, EBS São Roque do Pico, EBS do Nordeste, EBS da Graciosa, EBS da Calheta, EBI Biscoitos, EBI Praia da Vitória, Assembleia de Escola da EBI Francisco Ferreira Drummond, EBI Angra do Heroísmo, EBI Horta, EBI Vila do Topo, EBS Mouzinho da Silveira.

1) Audição dos peticionários, no dia 24 de abril de 2017, na Delegação da ALRAA, em São Miguel:

Foram ouvidos em audição os três primeiros peticionários.

Começaram por explicar a reivindicação presente no documento da petição apresentando e desmistificando o trabalho que fazem em cada uma das entidades onde trabalham. Acham que a sua função é fundamental em todos o processo educativo das crianças e jovens.

Fizeram uma comparação entre o ensino privado e público e querem que estas sejam vistas como complementaridade ao trabalho já feito pelas escolas, reivindicando a importância desses nos resultados das crianças e jovens.

Realçaram os projetos educativos, os planos de ações bem como planos curriculares por eles elaborados e que servem de base para a sua ação laboral, utilizando uma argumentação de comparação entre o seu trabalho e o trabalho realizado nas escolas.

Fizeram referência às respostas negativas da DRE quando fazem o pedido de contagem de tempo.

Fizeram comparação com os docentes que exercem funções de não docência nas escolas em que o tempo é contabilizado e com os professores destacados pela DRE para ATL, em que o tempo é contabilizado.

Fizeram também referência à Lei de bases e Estatuto da Carreira Docente onde o tempo de serviço dos professores nas IPSS é reconhecido.

Por fim, realçam que há trabalho em parceria entre os CATL e as escolas achando assim que é uma questão de justiça a contabilização do tempo de serviço. Realçam ainda a aprovação por unanimidade na ALRAA em 2012 que contemplava o objeto da petição.

A deputada Isabel Quinto questionou se os peticionários tinham conhecimento do funcionamento em outros centros? E se existem mecanismo de avaliação das crianças e jovens? E se os mesmos dão apoio letivo nas Escolas? Em que os peticionários responderam que há realidades semelhantes nas IPSS, pelo menos em São Miguel. Referem que fazem avaliação pessoal, mas que não há documentação dessa avaliação, já que é uma avaliação das competências pessoais e sociais das crianças. Referiram também que dão apoio nas Escolas dando conhecimento de um projeto educativo que comprova essa mesma situação.

A deputada Zuraida Soares valorizou o objeto da petição e questionou sobre qual a justificação que é dada pela DRE quando fazem o pedido de contagem? Ao que os peticionários responderam que a resposta é que não têm funções de docência, mas sim técnico-pedagógicas. Acrescentando que em reunião com o SREC foi pedido um memorando sobre este assunto e a resposta foi a mesma. Realçam que a petição pede a retroatividade da medida.

A deputada Maria João Carreiro questionou sobre qual o retorno que tem tido o projeto educativo em parceria com as escolas mencionado anteriormente, se junto do Senhor Secretário foi apresentado o mesmo argumento de paralelismo com os docentes que estão destacados em outras funções de não docência e, em caso afirmativo, qual a justificação/resposta do membro do governo. Também questionou a relação com os encarregados de educação, em particular com aqueles cujos educandos integram projetos de colaboração dos CATL com as escolas.

Em respostas os peticionários falam em estranheza por parte do SREC relativamente à forma como estes preparam o trabalho e que relativamente à argumentação revelam que não houve respostas. Relativamente ao retorno do projeto explicaram a criação do projeto e acrescentaram que nestes 3 anos o feedback é muito positivo, realçando o trabalho sobretudo sobre as competências pessoais e sociais. Relativamente à relação com os encarregados de educação referiram que há reuniões periódicas com os mesmos.

O deputado Paulo Estevão questionou sobre o porquê de tomarem essa opção já que sabiam que o tempo de serviço não contaria para efeitos de concurso, se a avaliação do trabalho realizado é feita pela instituição, que tipo de acompanhamento está a haver por parte da DRE e se têm algumas dificuldades. Ao que os peticionários responderam que em alguns casos foi falta de colocação, sendo esta uma oportunidade que surgiu, acrescentando que no passado o tempo de serviço era contabilizado. Acrescentaram ainda que o novo Estatuto da Carreira Docente retirou essa possibilidade e que aliado a esse problema é o facto de não poderem usufruir de uma prioridade. Outro caso foi porque não aceitou uma colocação.

Informaram ainda que não há avaliação direta nem por parte da DRE, mas gostavam que houvesse. Relatório é feito e entregue à instituição que posteriormente é remetido para o ISSA.

A deputada Graça Silveira questionou sobre quando deixou de ser contabilizado o tempo de serviço, o que foi defendido pelo GRA para que a contabilização deixasse de ser feita? Ao que os peticionários responderam que houve uma enchente de professores a fazer esse pedido de contagem. Acrescentando que uma coisa é a coordenação e outra são as funções do monitor.

A deputada Graça Silveira acrescentou que se a função de monitor é realizada em termos pedagógicos, o tempo deverá contar. Ao que os peticionários reagiram dizendo que são coordenadores e as equipas tem monitores credíveis.

A deputada Isabel Quinto questionou sobre se nesta petição existem só professores do primeiro ciclo? Ou há mais?

A deputada Maria João Carreiro questionou sobre quantos docentes estão envolvidos nesta situação e perante situações de docentes que não conseguiram ir para o público, que opinião tem esses professores?

O deputado Paulo Estevão interveio para dizer que há um problema político complexo já que estes iriam ultrapassar outros professores, mas que é uma questão de justiça.

A deputada Graça Silveira questionou os peticionários sobre quais as funções para o qual foram contratados e se trabalham a tempo inteiro?

Em respostas os peticionários disseram que da realidade que conhecem, em São Miguel, as funções são feitas por professores de 1.º Ciclo e que trabalham a tempo inteiro, já que nos seus casos de manhã exercem funções em escolas para além de que nas interrupções letivas trabalham com as crianças o dia todo. Informam que são cerca de 10 pessoas nesta situação e que há apoio do SDPA nesta matéria. Acrescentaram que as injustiças são recíprocas e que foram contratados para exercerem funções de docência.

2) Audição do Presidente da URMA no dia 24 de maio de 2017, da Delegação da ALRAA, na Terceira:

A audição iniciou-se com a apresentação do Projeto de Resolução do BE por parte do deputado Paulo Mendes.

Em seguida o Presidente da URMA começou a sua explanação elencando todas as 29 valências ATL a funcionar em Santas Casas nos Açores (1 na Horta, 1 na Madalena do Pico, 3 na Praia da Vitória, 9 na Ribeira Grande, 1 nas Velas, 1 nas Lajes do Pico, 4 no Nordeste, 1 na Graciosa, 1 na Lagoa, 4 em Vila Franca do Campo e 3 na Maia).

O Presidente realizou a sua análise em duas vertentes, na generalidade e na especialidade.

Na generalidade, informou que solicitou pareceres às Santas Casas, mas que somente 4 emitiram parecer. Depois buscando dados bibliográficos justifica a pertinência da existência e continuidade dos serviços de ATL e do seu impacto na sociedade realçando a importância da relação entre a comunidade, a escola e a família. Acrescentando que pelos problemas que as famílias hoje vivem justificar-se-ia o aumento destes serviços nos Açores, aumentando a sua qualidade e o seu aprofundamento.

Acrescentou que estes espaços se diferenciam dos demais espaços de mero entretenimento exatamente devido à existência de um projeto pedagógico que trabalhe as componentes da cidadania e interação com os outros e até as componentes científicas. Tem um papel fundamental na prevenção de comportamentos mais problemáticos, ou mesmo desviantes, dando realce à importância que a educação tem para a prevenção da pobreza e a intervenção juntos de crianças em situações de risco sendo este, na sua opinião, um espaço propício à própria integração e sociabilização.

Na especialidade relembra publicações passadas em que se inicia a discussão relativamente à docência ou não docência relativamente a quem desempenhava funções em creche e jardins-de-infância onde dados do Conselho Nacional de Educação mostram que é considerada uma função mais específica por ter projeto pedagógico e que este projeto deveria ser concebido, avaliado e executado por profissionais desde âmbito que seriam, neste caso, os educadores de infância. Acrescentou ainda que essa especificidade se torna mais evidente nos ATL e que estas especificidades devem ter a obrigatoriedade de serem acompanhadas por um docente.

Fazendo um enquadramento histórico da legislação sobre esta matéria, fez referência à menção da necessidade de existência de monitores e auxiliares e

também ao n.º 4 do Art.º 45 do DLR n.º 17/2001/A referente aos Centros de Animação de Tempos Livres. E também a uma Resolução da ALRAA n.º 21/2012/A que faz referência, ao tempo de serviço prestado em creches e ateliês de tempos livres sendo sua opinião de que esta resolução contempla o desiderato tanto das pretensões dos peticionários como do objetivo do projeto de resolução. Também acrescentou que a 2.ª alteração ao Estatuto do Ensino Particular Cooperativo e Solidário (DLR n.º 11/2013) no seu Art.º 63 prevê a contagem de tempo de serviço prestado no ensino particular dos docentes que transitam para o ensino público, ou seja, para efeitos de resolução é imperativo que seja ATL, que tenha um docente com projeto pedagógico aprovado e avaliado pela mesa administrativa e que esteja integrado no próprio regulamento do ATL.

Na sua opinião é necessário dar credibilidade científica aos serviços deixando de haver a figura de monitor e passando a ser um professor de carreira independentemente da sua área.

Acrescentou, por fim, dois alertas: o princípio de proporcionalidade temporal para quem presta o serviço em tempo parcial que é possível e está previsto e também a complexidade em se aplicar a pretensão da retroatividade inscrita na Petição, já que poderá originar injustiças.

De seguida a deputada Graça Silveira questionou o Sr. Presidente da URMA sobre se sim ou não à contagem de tempo? À qual o Sr. Presidente respondeu que sim, desde que haja projeto pedagógico.

A deputada Isabel Quinto questionou se o Sr. Presidente acha que os atuais projetos pedagógicos existentes são entregues da Direção Regional de Educação (DRE)? Ao qual obteve a resposta de que não são entregues na DRE, mas diz haver a existência de regulamento.

O deputado Paulo Mendes, fazendo referência aos pontos 1 e 2 da resolução 21/2012, questionou se o Sr. Presidente da URMA tinha conhecimento de

algum ATL que não tenha planificação própria? Ao qual o Sr. Presidente respondeu que não tem informação concreta que permita responder, mas pressupõe que há sentido de responsabilidade.

A deputada Sónia Nicolau questionou, face à sua exposição e considerações relativas ao serviço e à intervenção das valências CATL, se é possível responder ao projeto de resolução em apreço e quais os critérios que as Santas Casas solicitam no processo de recrutamento, naquela que é a legislação em vigor? Ao que o Sr. Presidente respondeu que é possível, no pressuposto que o teto deverá ser sempre o da excelência e do patamar acima, com a garantia de projetos de intervenção sócio educativos e pedagógicos, reforçando os pressupostos já referenciados. Acrescentando que a legislação no respeitante ao enquadramento dos recursos humanos, refere animador, mas a instituição recruta acima garantindo, assim, um melhor projeto pedagógico.

O deputado Jorge Jorge refere que há ATL fora das Santas Casas o que faz com que não haja ligação à DRE, fez referência à inexistência de um conselho pedagógico nestas valências que permita certificar os projetos pedagógicos e questiona se é pertinente que estas valências passem a estar sob alçada da DRE? Ao que o Sr. Presidente da URMA reagiu dizendo que os serviços de ATL que devem ser considerados serão sempre aqueles com carácter contínuo e que têm efetivamente um projeto pedagógico e não aqueles de tem um carácter temporário.

3) Audição do Vice-presidente da URIPSSA, no dia 24 de maio de 2017, da Delegação da ALRAA, na Terceira:

A audição iniciou-se com um enquadramento do projeto URIPSAA por parte do Sr. Vice-presidente e da sua escolha em representá-la na CAS.

De seguida, fazendo referência à Petição e ao Projeto de Resolução afirma que a proposta lhe parece viável e poderá trazer maior justiça a esta. Sendo sua

opinião de que a maior dificuldade em que estes educadores sejam considerados como intervenientes educativos, à semelhança dos restantes professores, poderá ser a lógica de funcionamento dos CATL, a própria dependência tutelar dos mesmos em que os CATL dependem do ISSA e as creches e jardins-de-infância da DRE.

Fez referência aos projetos educativos implementados e à possibilidade de os mesmos cumprirem uma matriz referencial criada para esse efeito para que os mesmos possam efetivamente serem integrados nos programa e projeto educativo regional, havendo uma maior consonância naquilo que é feito nas escolas, havendo continuidade do trabalho da escola no CATL. Acrescentando até a possibilidade dos CATL poderem partir para outro tipo de respostas, como por exemplo com valências noturnas para filhos de pais que trabalham após as dezoito horas.

A deputada Susana Costa questionou-o sobre quantas instituições estão incluídas na URMA. Para a concretização do projeto executivo que categorias profissionais utilizam e qual o critério escolhido no processo de recrutamento? O Sr. Vice-presidente respondeu que não sabe quantos CATL estão em funcionamento em IPSS. Diz que praticamente todos utilizam um educador de infância e que foi esse o caminho percorrido para uma melhor e maior qualidade do serviço prestado nessa área e que deveria passar a ser exigência. Terminou dizendo que o projeto educativo deve existir, deve ser validado pelas áreas competentes e que deveria haver uma carta orientadora para estes projetos educativos.

O deputado Paulo Mendes questionou sobre se, na opinião do Sr. Vice-presidente da URIPSSA, a razão para que só parte da resolução de 2012 tenha sido cumprida reside na ausência de uma matriz educativa referencial. O Sr. Vice-presidente respondeu que estando os CATL com uma estrutura consistente e que fossem para a SREC uma garantia de envolvimento no percurso educativo

seria mais fácil esse reconhecimento da contagem do tempo de serviço. Sendo assim, afirma que não se pode deixar que os CATL tenham autonomia total se querem entrar na linha do processo educativo.

O deputado Paulo Mendes fazendo referência ao tempo de serviço que é contabilizado nas creches e jardins-de-infância questiona se na sua opinião não considera que o ponto 2 da Resolução n.º 21/2012 salvaguarda a ausência da mencionada matriz referenciadora para o projeto educativo? E em resposta o Vice-presidente afirma que também se pode entender dessa forma havendo até referenciais regionais e nacionais que estão publicados. Embora não lhe pareça que seja totalmente impeditivo para que a situação escrita no Projeto de Resolução e na Petição sejam resolvidas, salienta a necessidade de haver maior envolvimento entre CATL e escolas.

A deputada Isabel Quinto questiona sobre a que entidade governativa é enviado o projeto educativo? Ao que o Vice-presidente respondeu que é ao ISSA deixando no ar, por seu turno, a questão sobre porque não é enviado também à DRE?

O deputado Jorge Jorge questionou sobre como são recrutados os educadores? E se eles são colocados através do concurso público geral? O Sr. Vice-presidente respondeu que qualquer contrato tem de cumprir os requisitos legais não havendo obrigação jurídica para abrir concursos públicos como na função pública até porque isso iria chocar com a autonomia das instituições.

A deputada Graça Silveira questionou sobre quais são os critérios do processo de recrutamento e se as mesmas são claramente definidas no concurso? Seria interessante não perdendo a tutela, haver relação com a DRE, submetendo projeto pedagógico, que o avaliaria? Questiona também se existe mobilidade de profissionais entre CATL? Ao que o Sr. Vice-presidente respondeu que os critérios para a seleção são os mesmos e os habituais nestas áreas. Afirma que a

mobilidade não existe e que na sua opinião o projeto educativo deveria ser enviado à tutela da área de Educação.

A deputada Sónia Nicolau questionou se no que respeita às aberturas de concursos, o critério de recrutamento é o da pessoa mais qualificada academicamente, mesmo considerando que a legislação preconiza um monitor? Ao que obteve como resposta que não há a intenção que a valência CATL seja mais um espaço educativo de sala de aula, pelo que no seu entendimento as valências CATL têm de ter obrigatoriamente um educador de infância ou um docente, e para isso têm de ter mesmo habilitação académica superior.

A deputada Graça Silveira interveio para dizer que se alguém exerce funções de educador/professor e foi contratado para isso tem de ser contabilizado como tal para efeitos de contagem do tempo de serviço. Ao que o Sr. Vice-presidente respondeu dizendo que apesar da lei dizer que é um monitor isto não coloca em questão a ambição do PR e da Petição. Por exemplo, um educador de infância com curso académico vê-se privado de poder concorrer no concurso público para as mesmas funções em escolas do Estado, mas caso fossem monitores a exercer efetivamente estas funções já não se notaria tanto a situação em causa.

O deputado Paulo Mendes questionou se se corre o risco de beneficiar o outro pessoal docente? Ao que o Sr. Vice-presidente responde que acha que não.

A deputada Sónia Nicolau questionou se há condições de monitorizar, acompanhar e registar os momentos das atividades pedagógicas exercidas por estes profissionais e como contabilizaria a relação das mesmas com o tempo exercido, seja este parcial ou completo? Ao que o Sr. Vice-presidente diz existirem monitorizações necessárias, no caso da existência de matriz pedagógica. E o tempo seria contabilizado proporcionalmente tal como ocorre noutras funções.

4) Audição do SREC no dia 24 de maio de 2017, da Delegação da ALRAA, na Terceira:

A audição iniciou-se com o enquadramento do Projeto de Resolução por parte do deputado Paulo Mendes.

O SREC fez o enquadramento sobre ambas as iniciativas dizendo que não é verdade que o governo não tenha respeitado a resolução da assembleia dizendo até que o novo estatuto já deu um cumprimento razoável à resolução parlamentar de 2012 relativamente às creches.

Acrescentou ainda que os CATL não praticam a lecionação e nem estão obrigados, pela legislação em vigor a recrutar educadores, mas sim monitores, justificando com o que diz o parecer da Escola Tomás de Borba, já recebido à data. Ou seja, estes profissionais não estão a praticar a docência apesar de ser pessoal com habilitações suficientes para a poderem exercer.

Salientou também o facto de daqui poderem surgirem desigualdades no tratamento entre diferentes instituições ou por defeito a consideração de todas as atividades como elegíveis para efeitos de contabilização do tempo de serviço. Informando que a própria Direção Geral da Administração Escolar diz que o serviço prestado em ATL não pode ser considerado para efeitos de concurso, tal como não são considerados os serviços prestados pelos animadores escolares, pelos leitores ou pelos bolseiros do ensino superior sem vínculo com o Ministério da Educação.

O SREC também manifestou a sua preocupação com a ultrapassagem injusta daqueles que exercem em CATL em detrimento daqueles que exercem efetivamente a docência em escolas, em caso de aprovação do Projeto de Resolução do BE.

O deputado Paulo Mendes referiu-se à falta de vontade política em por em prática a totalidade do Projeto de Resolução de 2012, faltando só o tempo de serviço dos CATL dizendo que existe trabalho pedagógico nos CATL e

questionou se nas creches os problemas eram idênticos, como foram ultrapassados?

Em resposta o SREC afirma que não disse em momento algum que não há trabalho pedagógico nos CATL, mas é efetivamente um trabalho diverso, que pode ter ações técnico pedagógicas, ou não. Relativamente ao Projeto de Resolução de 2012 afirma que neste momento não há enquadramento legal para cumprir a resolução de 2012 para além do que já se fez.

Em réplica o deputado Paulo Mendes diz que a competência legislativa não é exclusiva da assembleia, mas compete também ao Governo Regional, e o Projeto de Resolução de 2012 previa que o Governo Regional fizesse tudo para cumprir todo o projeto de resolução. Questionando o SREC se este concorda com a afirmação? Ao que o SREC respondeu que não há desrespeito nenhum. E perante a resolução que foi aprovada o Governo Regional entendeu que não havia condições para se fazer mais do que se fez.

O deputado Jorge Jorge disse que não se cumpriu na íntegra o Projeto de Resolução de 2012 devido aos técnicos poderem não ser professores e que isso seria ultrapassado com uma alteração da legislação que obrigaria que assim o fossem. Questionando se entrave é poderem ser outras pessoas a ocuparem esses cargos nos CATL? Ao que o SREC respondeu que o problema é a tipologia das atividades desenvolvidas, admitindo poder haver evolução nessa matéria.

A deputada Sónia Nicolau questionou se o SREC, naquele que é o seu conhecimento, entende existir diferenciação nos espaços de valências CATL, ao nível do funcionamento, na garantia da implementação, monitorização e avaliação de projetos educativos em tempo pós-escolar. Ao que o SREC respondeu que do conhecimento que tem as valências CATLS são muito diversas, contribuindo para tais dois fatores a considerar: Tipologia das

valências CATL e a colocação num mesmo conjunto de situações que são muito diferentes entre si.

A deputada Graça Silveira questionou se os CATL são ou não equipamentos educativos? Há levantamento de quais aqueles que podem ser considerados equipamentos educativos? Qual é a diferença estrutural dos CATL nos Açores e os AEC, para que no continente seja considerado o tempo de serviço e aqui não? Ao que o SREC respondeu que os CATL são valências sociais não são estritamente equipamentos educativos. O progresso não está na equiparação dos CATL a escolas. Relativamente à última questão informa que não tem dados que permitam responder de forma clara, mas informa que tomou nota.

Em réplica a deputada questionou o que já foi feito no levantamento daqueles que possam ser considerados equipamentos educativos? Ao que o SREC respondeu que não se fez esse levantamento e nunca se sentiu a necessidade de o fazer. Há diferenças entre CATL e há atividades que podem ser consideradas técnico-pedagógicas e outras não.

O deputado Jorge Jorge interveio para dizer que acha que se estes CATL estivessem sob alçada da DRE seria mais fácil por em pratica esta atual resolução do BE. Ao que o SREC reagiu dizendo que se estivessem na dependência da DRE seria eventualmente mais fácil ter conhecimento e decidir sobre esta matéria.

A deputada Susana Costa interveio dizendo que mais importante do que os eventuais critérios, é o caminho no sentido da definição das tipologias dos projetos educativos. Questionando sobre se havendo projetos educativos, reconhecimento e que complemente os projetos curriculares haveriam condições para implementar a contabilização do tempo prestado para efeitos de concurso? Ao que o SREC respondeu que sim, que poderia ser uma situação a ponderar, sem que isso significasse o compromisso temporal da resolução da situação.

Outros pareceres:

Os pareceres solicitados e recebidos à data de aprovação deste relatório são anexos do mesmo.

Capítulo IV

Parecer

Considerando as pretensões dos petionários, bem como o teor das audições efetuadas, a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do PS, PSD e CDS-PP com a abstenção do PPM, emitir o seguinte parecer:

1. Considerando que a presente petição foi subscrita por 416 cidadãos, deve a mesma ser apreciada em Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 192.º do respetivo Regimento;
2. A presente petição tem como principal objetivo a contabilização do tempo de serviço dos Docentes que desempenham funções em CATL, para efeitos de cálculo de graduação profissional, com efeitos retroativos, em processo de concurso do pessoal docente.
3. Tanto o representante da URIPSSA como a URMA têm entendimentos favoráveis no que concerne à contagem do tempo de serviço para efeitos de graduação profissional em processo de concurso do pessoal docente, no que respeita a Docentes em valências de CATL. Contudo, alertam para a necessidade de se olhar para as valências de CATL de forma diferenciada, nomeadamente face à sua natureza de funcionamento ou do modo, seja aleatório ou contínuo e da tipologia das entidades que os promovem.

4. Além disso, os representantes da URIPSSA e da URMA reforçam a necessidade da existência de projetos pedagógicos que validem a função sócio educativa dos profissionais da área nas valências de CATL.
5. O representante da URMA é da opinião que importaria revisão da legislação relativa às valências de CATL.
6. O membro do Governo com competência em matéria de Educação manifestou a sua preocupação da, eventual, ultrapassagem dos profissionais que exercem funções em valências de CATL em detrimento daqueles que exercem docência em estabelecimentos de ensino. Ademais, considerou que a legislação que regula as valências de CATL para o seu funcionamento, ao nível do pessoal, vincula apenas a contratação na categoria de monitor.
7. Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao membro do Governo Regional com responsabilidade e competência em matéria de Educação.

Contatados a Representação Parlamentar do PCP e o Grupo Parlamentar do BE, embora sem direito a voto na Comissão Permanente de Assuntos Sociais, os mesmos não se pronunciaram.

O Relator: João Paulo Ávila

O presente relatório foi aprovado por maioria com os votos favoráveis do PS, PSD e CDS-PP e com a abstenção do PPM.

A Presidente: Renata Correia Botelho

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes** (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, saudar e congratular os 416 signatários da petição aqui debatida e congratulá-los principalmente por estar aqui em evidência aquele que é um exercício salutar de cidadania.

Gostaria de começar por expor aqueles que nos parecem ser os dois principais motivos que levaram os peticionários a apresentar a reivindicação que apresentam, ou seja, que seja considerado, seja contabilizado como tempo de serviço, o tempo de serviço exercido pelos docentes em ATL e que esse tempo seja contabilizado para fins de concurso.

As motivações dos peticionários podem dividir-se em duas grandes motivações: primeiro a valorização do papel e função dos ATL, e segundo, e não menos importante, a valorização das carreiras dos docentes que prestam serviços nestas valências.

A valorização do papel e função dos ATL faz-se reconhecendo o carácter pedagógico destas valências, e aqui podemos entrar na discussão e no debate acerca se as atividades mais lúdicas ou menos lúdicas são mais ou menos pedagógicas, se os ATL são um mero espaço de entretenimento. Até podemos considerar (e de certo que muitos consideram) que até mesmo entretenimento pode ser considerado, ou poderá ter um carácter pedagógico, mas não é o caso.

Os peticionários têm consciência de que o que se faz no ATL é muito mais do que entretenimento, é colocar uma instituição ou uma valência, que é paralela ao sistema educativo regional, a complementar o trabalho que é feito pela escola pública, mas não só, como sobretudo também o carácter supletivo destas instituições que dinamizam atividades que, não deixando nunca de ter um

caráter pedagógico, são atividades que correspondem a objetivos que não são função, nem missão, pelo menos por enquanto, da escola.

Portanto, nada de mal se os ATL não forem considerados escolas. Não é essa a sua função, não é essa a sua missão, mas não é por isso que deixam de ter uma função pedagógica.

E por ter uma função pedagógica são também valências que atendem a planeamento apropriado, planeamento esse que contempla objetivos, como é óbvio, mas é claro que até mesmo o planeamento, as atividades e os objetivos são diferentes daqueles a que atende a escola e quando digo aqui escola, o ensino básico e secundário.

Não é, pois, nem pior, nem melhor comparativamente às outras modalidades de ensino, ou seja, o ensino básico e secundário, nem mesmo ao pré-escolar ou à creche.

Quanto à motivação que levou os peticionários a reivindicar que o tempo de serviço prestado em creches passe a ser contabilizado para fins de concurso, é também uma forma de valorizar a sua carreira, e como?

Bem, se a Região entendeu que deveria delegar a função de creche, a função do pré-escolar e já agora também as valências de ATL em instituições de caráter particular, sem fins lucrativos, como o caso das IPSS e Misericórdias, fê-lo, infelizmente, por motivo puramente economicista.

E quando me refiro aqui ao motivo puramente economicista toda a gente sabe do que é que eu estou a falar: para poupar em recursos humanos. Porquê? Porque toda a gente sabe que qualquer docente que preste serviço em IPSS, e quando digo aqui IPSS e Misericórdias, nas valências de creche, ATL e jardins-de-infância, apesar da rede pública de jardim-de-infância ainda (ainda!... Não sabemos até quando, mas ainda!) funcionar na Região, até a altura em que passe a ser completamente delegada em IPSS e Misericórdias, tal e qual como aconteceu às creches e ATL, enquanto isso não acontece, toda a gente sabe que

estes docentes ganham muito menos, aferem salários bem menores do que ganhariam na escola pública.

Além disso, além de terem salários bem mais reduzidos do que teriam na escola pública, e aqui nós não queremos, não pretendemos de forma alguma defender o nivelamento por baixo e de considerar que se calhar a melhor opção para atingir uma plena igualdade e uma maior justiça seria todos ganharem conforme as IPSS e as Misericórdias. Não é isso que nós pretendemos e parece-nos que isso está bem claro.

Mas além disso, até mesmo algo tão não tangível como a contabilização de serviço prestado em creches e ATL, e neste caso especificamente em ATL, porque o tempo de serviço prestado em creches já é considerado como tempo de serviço para fins de concurso, mas até isso não é concedido pela tutela.

Portanto, a reivindicação parece-nos mais do que justa e não me quero adiantar muito mais porque a seguir temos a discussão de um Projeto de Resolução, da autoria do nosso Grupo Parlamentar, que tem mais ou menos as mesmas características e terá o mesmo objetivo, ou mais ou menos o mesmo objetivo.

Mas parece-nos ser (parece-nos, não, temos a convicção!) uma reivindicação mais do que justa, que é de ao menos verem reconhecido o seu serviço prestado em ATL contabilizado para fins de concurso.

E é de estranhar (ou não!) que este Governo Regional que está sempre tão expedito em garantir, por exemplo, negócios rentistas, como no domínio da eletricidade e nas Parcerias Público Privadas, facilita sempre todos esses negócios, por outro lado, sempre que está em causa a possibilidade de alguém que trabalha ter mais algum direito, é sempre um problema.

E um direito tão simples (nem estamos aqui a falar sequer em garantir aumentos salariais, nem isso!), como contabilizar o tempo de serviço destes docentes que prestam serviços em ATL, é um problema, apesar de ter sido aprovada nesta

Casa, em 2012, uma resolução que mandata o Governo a cumprir esse desiderato.

Estamos perante uma reivindicação que nos parece bastante atendível, bastante razoável e, portanto, consideramos que tem todas as condições para ser atendida pelo Governo Regional.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, o Grupo Parlamentar do CDS saúda os peticionários pela sua participação cívica, mas lamenta que tenham que ser os próprios cidadãos a vir pedir ao Governo para implementar uma iniciativa que foi aprovada há cinco anos nesta Casa, por unanimidade, e que o Governo nunca implementou numa atitude de total desrespeito pelos legítimos representantes dos açorianos e por esta Assembleia.

Aquilo que os peticionários vêm hoje aqui reivindicar é que o tempo de serviço dos docentes que desempenham funções em valências de Centros de Atividades de Tempos Livres seja contabilizado para fins de concurso docente na Região. E a este respeito convém lembrar que o n.º 4, do artigo 45.º, do DLR 17/2001, prevê que (e cito):

“O tempo de serviço prestado por educadores de infância, independentemente da rede onde se inserem, seja relevado para efeitos de concurso aos quadros docentes da Região Autónoma dos Açores como se prestado em estabelecimentos de educação e ensino da rede pública”.

Um dos argumentos que o Sr. Secretário utilizou para que este tempo não fosse contabilizado, é que os ATL não praticam lecionação, mas a verdade é que

professores, nas suas próprias escolas, quando não estão a praticar lecionação, não estão com serviço de docência, o tempo é-lhes contabilizado.

Outro dos argumentos que foi utilizado é que no regulamento dos CATL só é exigido um monitor. Portanto, quando temos educadores de infância a desempenhar funções nos ATL o tempo não lhes pode ser contabilizado.

Mas, estranhamente, professores que são destacados, para estes mesmos ATL, pela Direção Regional da Educação, o tempo já lhes é contabilizado.

Penso que todos nós hoje reconhecemos que os ATL são de uma enorme importância na relação entre a comunidade, a escola e a família e que são valências onde se trabalham componentes como cidadania, da interação com o outro e até mesmo competências pedagógicas.

Sras. e Srs. Deputados, todos nós temos hoje filhos a frequentar valências ATL e sabemos que hoje estes espaços já não são meros locais de entretenimento, são espaços de aprendizagem, que contribuem de forma determinante para o desenvolvimento das nossas crianças.

Portanto, é da mais elementar justiça que os profissionais que são contratados para desempenhar estas funções tenham o seu tempo de serviço contabilizado, em igualdade de circunstâncias, com os docentes que desempenham exatamente as mesmas funções nas creches e jardins-de-infância.

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sra. Deputada Maria João Carreiro tem a palavra.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Social Democrata começa naturalmente por saudar a iniciativa dos petionários, no exercício do seu pleno direito de participação num Estado

Democrático, um direito consagrado na Lei Fundamental e previsto no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Um verdadeiro Estado Democrático de Direito impõe abertura à participação dos cidadãos na tomada de decisões quanto às atividades do poder público, vinculando tais decisões ao bem comum, pelo que a presente petição assume particular relevância no debate sobre o papel que estes profissionais desempenham nos Centros de Atividades de Tempos Livres.

No dia 7 de abril de 2017 deu entrada nesta Casa a presente petição, com 416 assinaturas e tendo como primeiro subscritor Leonardo José Barbosa de Medeiros, em defesa da contabilização do tempo de serviço do pessoal docente que desempenha funções em valência de CATL, para efeitos de cálculo de graduação profissional em processo de concurso de pessoal docente.

Os peticionários pretendem a valorização das funções dos docentes que desempenham funções em CATL, através do reconhecimento do seu tempo de serviço, com efeitos retroativos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Os Centros de Atividades de Tempos Livres assumem um papel relevante no desenvolvimento de qualquer criança, constituindo um importante e necessário complemento à ação educativa das escolas.

Assume, cada vez mais, a importância da promoção da consciência individual e coletiva, da formação de cidadãos ativos e participativos na sociedade atual, pelo que a aquisição e o desenvolvimento de competências, não só cognitivas como também sociais e emocionais, reveste um valor indiscutível no processo de educação e formação de qualquer indivíduo. E, neste sentido, estes centros são um instrumento primordial no desenvolvimento dessas competências.

Conforme apontado no parecer da EBI de Angra do Heroísmo, os CATL são “uma necessidade imperiosa para os pais que trabalham e, por essa razão, tem que ser reconhecida e considerada a relevância dos docentes que aí exercem

funções”. Menciona ainda este parecer que “em muitos casos é a única possibilidade que as crianças têm de receber acompanhamento (ou adequado acompanhamento) na realização dos trabalhos de casa e, é de grande importância que seja prestado por docente que conheça os programas curriculares”.

Se é verdade que a tipologia das atividades desenvolvidas é diversa, sendo que algumas revestem um carácter social e outras revestem carácter técnico-pedagógico, também é verdade que os CATL podem ser considerados equipamentos socioeducativos.

E a verdade é que, o Grupo Parlamentar do PSD/A entende que o progresso não está na equiparação destes centros a escolas, pelo contrário, cada equipamento tem a sua função, mas complementam-se.

Se é certo que as funções dos docentes nos CATL não implicam necessariamente processos de planificação, lecionação, avaliação, também é certo, que há centros que desenvolvem projetos extremamente relevantes do ponto vista social e pedagógico, coordenados por docentes e não por monitores. Em concreto, e conforme explicado pelos peticionários, as atividades promovidas pelos CATL com Acordos de Cooperação com a Solidariedade Social têm por base o Projeto Educativo da Instituição a que pertencem, também elaborado pelos profissionais que os asseguram e, por isso, o Projeto Educativo, o Plano Anual de Atividades, o Projeto Curricular de Turma e as planificações servem de suporte a todo o trabalho desenvolvido com as crianças que frequentam estes CATL, que é complementado, por exemplo, por reuniões com pais/encarregados de educação, com reuniões de núcleo.

Os próprios representantes da URMA e da URIPSSA, no âmbito da audição sobre esta iniciativa, foram da opinião que é necessário atribuir a devida credibilidade científico-pedagógica, deixando de haver a figura de monitor, mas sim de docente! Esses mesmos representantes alertaram para a necessidade de

regulamentar o modo de funcionamento dos CATL, devendo o projeto educativo ser enviado à direção regional competente em matéria de educação.

Sr. Secretário, apostar no futuro das nossas crianças e jovens deve ser uma prioridade!

Mas só teremos futuro se apostarmos na Educação, mobilizando todos os açorianos e definindo ações concretas por mais e melhor educação.

Por isso, apelamos à humildade do Governo Regional em reconhecer o papel pertinente destes centros e o respetivo contributo na formação integral das nossas crianças e jovens, bem como, em valorizar o pessoal docente que exerce funções nestas valências.

Importa ainda referir que, alguns destes profissionais iniciaram esse percurso profissional assente na legislação em vigor à data, em que o tempo de serviço era contabilizado para os efeitos agora peticionados, conforme previsto no art. 55.º do DLR n.º 27/2003/A, de 9 junho, entretanto revogado pelo art. 15.º do DLR n.º 21/2007/A, de 30 de agosto, defraudando assim as expectativas dos docentes implicados. Contudo, pese embora a alteração legislativa verificada, mantiveram o seu percurso nessas valências, convictos de que, conforme mencionado na petição, “a educação é um processo contínuo que acompanha o indivíduo nos diferentes contextos, assumindo naturezas distintas porque vai para além das fronteiras escolares”.

Face ao exposto, o Grupo Parlamentar do PSD/A é do entendimento que **a contabilização do tempo de serviço docente exercido no âmbito das atividades dos tempos livres deverá ser atendido a par do procedimento de regulamentação da organização e funcionamento dos centros que oferecem atividades de tempos livres**, no sentido de definir as atividades que venham a ser consideradas relevantes para a formação integral dos alunos, cumprindo-se assim o previsto na Resolução da Assembleia Legislativa Regional n.º 21/2012/A, de 10 de julho, aprovada por unanimidade nesta Casa.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Congratulamo-nos com a apresentação desta petição e saudamos os seus peticionários.

Todos nós reconhecemos e sabemos a importância que os Centros de Atividades de Tempos Livres (CATL) desempenham na sociedade atual. Porque nesses espaços são realizadas diversas atividades pedagógicas que são complementares da ação educativa da escola. Porque são um apoio fundamental para os pais que trabalham. Porque em variadas situações são um meio suplementar em que as crianças recebem apoio na aquisição de competências básicas.

Estas valências necessitam de docentes devidamente habilitados para o desempenho de uma função que, entre outras, é de apoio educativo para os alunos. E é de toda a justiça que a valorização destes docentes seja uma realidade.

Estamos perante mais uma das questões concretas que se relacionam diretamente com a comunidade educativa e à qual precisamos dar respostas concretas. Trata-se de precariedade docente. Do tipo que cria instabilidade, fere direitos dos trabalhadores, é discriminatória e fecha horizontes à valorização e graduação profissionais.

O PCP considera inaceitável que continuem a subsistir injustiças e normas que não salvaguardam os direitos nem respeitam a dignidade profissional dos docentes, conduzindo a uma desvalorização da função docente e à limitação à progressão na carreira e ao cumprimento pleno dos deveres e direitos destes profissionais, situações que se integram numa estratégia de ataque às funções sociais do Estado que parece longe de ter o seu fim à vista.

Da parte do PCP continuaremos a defender a contagem integral do tempo de serviço para assegurar justiça e garantir que não são os trabalhadores, neste caso os docentes, a pagar pelos erros dos governos, sejam eles da República ou da Região.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Então agora tem a palavra a Sra. Deputada Susana Costa.

Deputada Susana Costa (PS): Excelentíssima Senhora Presidente desta Assembleia, Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados, Excelentíssimos Membros do Governo:

O GPPS associa-se a todos os partidos que nos procederam e congratulamos e saudamos os peticionários por esta iniciativa peticionária: Leonardo José Soares de Medeiros e os demais 425 assinantes que, conjuntamente, com o seu primeiro nome, se associaram a este pedido, naturalmente porque o GPPS salienta o papel das petições como forma de aproximar esta Assembleia da população e a população a esta Assembleia.

Mas tal como salientamos o papel das petições queríamos também de imediato salientar o empenho que o Governo Regional tem mostrado em relação ao sistema educativo regional, empenho este visível em vários itens, nomeadamente no reforço qualitativo da docência e, naturalmente, na valorização da carreira e da função docente.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Se o GPPS reconhece a atenção que o Governo Regional tem dado à carreira docente, reconhece de forma idêntica que este mesmo Governo está particularmente atento ao papel dos Centros de Atividades de Tempo Livres. E esta atenção é efetivamente bem justificada:

Em primeiro lugar, porque os CATL são instituições de enorme relevância no tecido social atual e muitas destas instituições, desenvolvendo um trabalho pedagógico rico e diversificado, são valências fundamentais que suportam (e isto é fundamental e queria realçar) as dinâmicas familiares assentes nos pilares caros ao presente século XXI, que são a educação, a cidadania e o emprego.

Mas também porque muitos CATL são entidades que, ao promoverem atividades pós-escolares, tornam-se estruturais, aliás como muitos de vós já aqui disseram, para o desenvolvimento das crianças: promovem e asseguram circuitos de progresso sociocognitivo e de estabilidade emocional e afetiva.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

A Oradora: Portanto, são pilares coadjuvantes da família para o reforço de crianças saudáveis, no sentido mais holístico do que é a saúde.

O GPPS reconhece, pois, a importância destas valências socioeducativas.

Todavia, não esquecendo que os CATL são um dos epicentros do apoio que as várias dinâmicas familiares necessitam para as nossas crianças e jovens, as audições que esta Assembleia recolheu em relação à presente Petição alertaram-nos para a complexidade da solicitação nela plasmada.

Em primeiro lugar, porque recolhemos pareceres que foram manifestamente contra, como é o caso do Sindicato dos Professores da Região dos Açores. Mas mesmo os pareceres que foram favoráveis, quase todos eles, na sua maioria, foram pareceres favoráveis condicionalmente.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Gostaria, por exemplo, de dar os seguintes indicadores:

a) A Assembleia de Escola Francisco Ferreira Drummond concorda com a petição, desde que os docentes que exercem as suas funções nos CATL sejam avaliados como os demais docentes;

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: b) A Assembleia de Escola da Maia concorda com a petição, desde que haja comprovativos de que se exercem funções docentes;

c) A Assembleia de Escola Emiliano Andrade concorda com a petição, desde que o serviço no CATL se integre na atividade docente regulamentar e seja validado pela direção do CATL

Ou seja, há uma clara ênfase da ausência clara de uma atividade docente nos CATL por parte dos parceiros sociais que nós, como Assembleia, pedimos e auscultámos e esta clara ausência é, aliás, completada pela escassez e ausência mesmo de enquadramento legal sobre a função docente nos CATL porque, efetivamente, como já foi aqui referido, o que nos diz a lei que regulamenta os CATL (Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2002/A), é que:

Primeiro: o que é que define os CATL?

São espaços em que “As atividades de tempos livres consistem na realização por alunos do 1.º ciclo do ensino básico de tarefas de carácter lúdico e pedagógico, em horário pós-escolar”

Também no n.º 1, do Art. 16.º, que se refere ao Pessoal dos CATL, pode ler-se aquilo que também já foi por outros partidos aqui afirmado:

“1 - Nos ATL deve existir pelo menos um monitor, acreditado pela Direção Regional da Solidariedade e Segurança Social, por cada 20 crianças”.

Em suma, o que nos diz a legislação e que é acobertado também por outros pareceres dos parceiros sociais, é que os CATL não são um espaço de obrigatoriedade de desenvolvimento de atividades docentes (e como disse aqui o Bloco de Esquerda, ainda bem que não são) e, como tal, não lhes é exigível a contratação de docentes.

Mas já que estamos a fazer referência ao enquadramento legal, gostávamos de referir que a legislação que suporta a presente Petição que aqui apreciamos, nomeadamente os art.ºs 53.º e 63.º, referem:

“Artigo 53.º

Direitos e deveres gerais

O pessoal docente das valências educativas privadas exerce uma função de interesse público...”.

Não temos dúvidas de que o pessoal docente está a realizar uma função de interesse público, mas (vejam!) no espaço “das valências educativas” e não em espaço de valências socioeducativas.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): A Sra. Deputada está a falar para nós ou para os peticionários? É que os peticionários não estão a ouvi-la!

A Oradora: Por sua vez, o art.º 63.º, que contempla a contagem de serviço docente, apenas se refere aos “docentes das valências educativas privadas”, explicitando, na alínea a), do ponto 1), “Que o tempo de serviço a contabilizar deve ser prestado em escolas devidamente legalizadas”.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

A Oradora: Como é perceptível, não há referências aos CATL, pois, tal como já foi referido, estes centros não são espaços escolares (e reforço novamente ainda bem que não são, pois consideramos que não deve haver uma duplicação das tarefas curriculares escolares), apenas são valências socioeducativas.

Por fim, no que respeita à Portaria 35/2002, também referida nesta petição, a mesma encontra-se revogada pelo DLR 11/2013/A, pelo que sobre a mesma não nos pronunciaremos.

Em suma, o GPPS está consciente da importância dos CATL.

Por este motivo, no próprio programa eleitoral para a legislatura que ocorre 2016-2020, apresentado e sufragado pelos Açorianos, identificou a necessidade de aferir as dinâmicas destas valências, o trabalho desenvolvido, a sua

abrangência e o seu funcionamento, de forma a que seja possível diferenciar as tipologias destas entidades e poder responder, de forma mais eficaz, construtiva e consciente destas potencialidades, destas instituições, de forma a dar respostas concretas a estas instituições que são tão importantes para as dinâmicas sociais do século XXI.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

A Oradora: Acredita claramente o GPPS (por isso mesmo colocou este princípio no seu programa eleitoral) que só assim será possível continuar a melhorar os meios (porque os CATL são meios!), para que se possa servir da melhor forma possível as novas gerações que são claramente o futuro da nossa Região.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Terminámos assim o ponto oito da nossa Agenda. Vamos avançar com os nossos trabalhos entrando agora no ponto nove da Ordem do Dia: **Projeto de Resolução n.º 22/XI – “Contabilização de tempo dos docentes que desempenham funções na valência de CATL”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos aqui para apresentar um Projeto de Resolução que pretende recomendar ao Governo Regional algo peculiar, pouco comum, mas que infelizmente tenho a impressão que se vai tornar cada vez mais comum. E

porquê? Porque o Projeto de Resolução que vamos agora apresentar não é mais do que recomendar ao Governo Regional que implemente, na íntegra, uma Resolução aprovada por unanimidade nesta Casa, que até por acaso devido a um trabalho feito em Comissão, um trabalho muito produtivo, até nem mereceu grande debate em plenário.

Se bem me recordo, aliás fui ver imagens desse debate ocorrido em 2012, a Sra. Deputada Zuraida Soares fez a apresentação da iniciativa, ninguém se inscreveu, a iniciativa foi votada e foi aprovada por unanimidade.

Portanto, estamos perante uma Resolução desta Assembleia que mandata o Governo Regional a cumprir o seu objeto e o seu objeto não inclui somente a contabilização do tempo de serviço prestado em creches para fins de concurso. Contabiliza também o tempo de serviço prestado em ATL para fins de concurso.

A Resolução aprovada em 2012, e que está em vigor, é muito específica sobre o trabalho que deverá ser contabilizado para fins de concurso quando prestado em ATL. Tem que ter fins pedagógicos, tem que cumprir uma missão técnico-pedagógica, está muito específico.

Portanto, não estamos aqui a falar sequer na possibilidade de um docente, mesmo um docente que preste serviço num ATL, como eu ouvi em Comissão, ou ATL provisórios (ATL de férias que desempenham uma função meritória, não digo o contrário), mas que funcionam, por exemplo, só durante o período de férias de verão e que depois encerram após as férias de verão. Não é disso que estamos a falar.

Aqui o que está em causa são ATL que têm um funcionamento contínuo, cujos docentes que trabalham nesses ATL desempenham uma função de comprovado conteúdo técnico pedagógico, e que esse trabalho seja contabilizado para fins de concurso.

Ora, o Sr. Secretário Regional da Educação, em Comissão, assumiu que uma Resolução aprovada por esta Casa pode ser aprovada, não integralmente, mas parcialmente, na medida do possível, de forma razoável.

Eu não fazia ideia que isso era possível!

Felizmente, o tempo de serviço prestado por docentes em creches, desde 2012, está garantido que é contabilizado para fins de concurso.

Ora, falta a outra parte, que é contabilizar o tempo de serviço dos docentes que prestaram trabalho e serviço, com carácter pedagógico, em ATL.

No entanto, colocam-se diversos entraves a essa pretensão. Não é uma pretensão, se virmos bem as coisas, é uma Resolução, é aquilo que está plasmado numa Resolução desta Casa.

Quais são os entraves que se colocam?

Ora, devido à estruturação de todo o trabalho que é feito em ATL, ou até mesmo a falta dessa estruturação que muitas vezes se referiu em Comissão, ora porque essa pretensão geraria uma séria de injustiças, ora porque é de aplicação muito complexa, ora por problemas tutelares.

Ponto, por ponto, vamos ponto por ponto:

Primeiro problema – é difícil porque a estruturação do trabalho, as atividades desenvolvidas em ATL são diferentes, quando não mesmo se calhar nem há grande planeamento.

Ora, em Comissão, ficou mais do que provado, que há de facto planeamento. Esse planeamento não é de facto entregue na Direção Regional da Educação, mas é entregue na Secretaria Regional da Solidariedade Social.

Mais!... Os técnicos que recebem esse planeamento na Secretaria Regional da Solidariedade Social e que procedem à sua avaliação, são docentes.

Mais!... A estruturação das atividades e a forma de funcionamento dos CATL diferem do modo tradicional do ensino formal. É claro, não se trata de

lecionação. É verdade, não é lecionação, mas essa diferença também se constata, por exemplo, nas creches.

Os docentes, neste caso as educadoras de infância, os educadores de infância, não desempenham trabalho de lecionação em creche, mas o trabalho em creche é devidamente planeado, atende a objetivos. Aliás, é por alguma razão que é obrigatória a presença de uma educadora de infância ou de um educador de infância, quer numa sala com bebés até um ano, quer em salas de bebés até dois anos.

Portanto, não é por acaso que em creches tem de lá prestar serviço um docente. Também não é por acaso que as instituições preferem sempre colocar a trabalhar num ATL docentes.

Mais!... Se em vez de docentes tivéssemos pessoal que não exercesse função docente, mas por exemplo tivesse formação superior, também esse pessoal não quererá, não iria pretender de certeza tempo de serviço para fins de concurso porque não é docente.

É uma reivindicação que poderá ser geradora de injustiças, porque a função pode ser desempenhada por um monitor, mas como eu já tive ocasião de explicar, se for outro profissional que não docente é claro que não será contabilizado o tempo de serviço.

Porque os concursos (vejam lá!...) para admissão de pessoal para trabalhar em ATL podem ser menos claros ou inexistentes. Ora esse mesmo problema se poderá colocar a todos os docentes que exercem funções no ensino Particular, Cooperativo e Solidário e que, felizmente, veem o seu tempo contabilizado para fins de concurso.

É de aplicação complexa! É verdade! Até o Presidente da URMA referiu isso, mas também disse que havia solução, que havia aqui o problema do princípio da proporcionalidade temporal, para quem presta o serviço em tempo parcial,

mas que é possível fazê-lo e está previsto. Portanto, também não é por aí. Também não é por problemas de contabilização de tempo.

E por problemas tutelares. Bem, mas este problema, não é problema. Porquê? Porque se aqui o que se coloca é o entrave de que os ATL não são tutelados pela Direção Regional da Educação, pela Secretaria Regional da Educação, então, e as creches?

As creches também só são tuteladas pela Secretaria Regional da Solidariedade Social, não são tuteladas pela Secretaria Regional da Educação.

Obrigado.

Deputada Zuraida Soares (BE): Que grande imbróglio!... O problema é o imbróglio, na realidade! Mais clareza do que a sua, Sr. Deputado, é impossível!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Provavelmente ficou já tudo debatido.

Não havendo inscrições... Sra. Deputada Susana Costa tem a palavra.

Deputada Susana Costa (PS): Excelentíssima Senhora Presidente, Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados, Excelentíssimos Membros do Governo:

O Projeto de Resolução em apreço tem como objetivo “que se cumpra, na íntegra, o ponto 2” da Resolução votada por unanimidade, em 2012, nesta Casa, pela qual se recomendou ao Governo Regional o seguinte:

Ponto 2 (passo a citar):

“A contabilização do tempo de serviço em ATL, para efeitos de cálculo de graduação profissional em processo de concurso de pessoal docente, a todos os docentes, independentemente do seu ciclo ou nível de ensino, sempre que desenvolvam atividades de tempos livres pedagogicamente ricas e complementares das aprendizagens associadas à aquisição das competências básicas”, fim de citação.

Quero reforçar, desde já, a consciência plena que o GPPS tem em relação à extrema importância dos CATL na estrutura social atual (já o referi e reforço novamente) e de como o GPPS é sensível ao papel que estas entidades assumem não só como um importantíssimo suporte familiar, mas sendo igualmente fundamentais para o amparo (reforço a palavra: para o **amparo**) social, pedagógico psicológico, físico e emocional das crianças e jovens que usufruem dos seus serviços.

Em relação ao Projeto de Resolução apresentado pelo BE, a Comissão de Assuntos Sociais solicitou parecer à União Regional das Instituições Particulares de Solidariedade Social dos Açores (URIPSSA), à União Regional das Misericórdias dos Açores (URMA), ao Sindicato Democrático dos Professores dos Açores, ao Sindicato dos Professores da Região dos Açores e às Assembleias de Escola da Região Autónoma dos Açores.

Devo dizer-vos, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, que esta auscultação foi preciosa para o GPPS.

Deputadas Sónia Nicolau e Graça Silva (PS): Muito bem!

A Oradora: E foi preciosa porque nos permitiu ter um conhecimento claro do entendimento que a comunidade apresenta em relação ao propósito do Projeto de Resolução que aqui estamos a apreciar.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: E o que nos dizem estes pareceres? Vejamos a postura dos Sindicatos: o SPRA é claramente contra a contabilização do serviço docente; por sua vez, o Sindicato Democrático é favorável, mas não de forma inequívoca, ou seja, no seu parecer sustenta que sim, mas a DRE deve regulamentar estas instituições.

Mas o PS foi também particularmente sensível aos pareceres emanados das 13 Assembleias de Escolas, ou seja, minhas senhoras e meus senhores, que foram emanados das entidades que efetivamente representam toda a comunidade escolar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso não é verdade!

A Oradora: E destes pareceres, apenas três foram favoráveis à contabilização do serviço docente de forma explícita. O que nos dizem os demais pareceres? Três são manifestamente contra, ou seja, dizem não à contabilização do serviço docente. E sete são favoráveis, mas, como eu já referi há pouco, têm respeitadas condicionantes, ou sejam, fazem depender a contagem do serviço docente em condições que eles elencam e vou reforçar de novo os exemplos, porque estes são efetivamente importantes para nós:

Assembleia de Escola da Canto Maia - Deve a DRE regulamentar os CATL;

Assembleia de Escola Ginetes – Sim, desde que os Docentes sejam avaliados;

Assembleia de Escola da Jerónimo Emiliano Andrade – Sim, desde que o serviço no CATL se integre na atividade docente regulamentar;

Assembleia de Escola da Francisco Ferreira Drummond – Sim, desde que os docentes nos CATL sejam avaliados;

Assembleia de Escola da Povoação – Sim, se houver um concurso formal;

Assembleia de Escola da Maia – Sim, mas se houver um comprovativo de que se exercem funções docentes.

Ou seja, minhas senhoras e meus senhores, só há uma conclusão possível: é que da forma como os CATL é exercido atualmente, os nossos parceiros sociais apresentam fortes precauções e justas cautelas sobre a reivindicação do Projeto de Resolução aqui analisado.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

A Oradora: E estas cautelas da comunidade auscultada não podem deixar de ser partilhadas pelo GPPS. E porquê? Partilho convosco os quatro motivos:

Primeiro: porque não há enquadramento legal referente aos docentes em CATL, nomeadamente (reforço) o Art.º 16.º do Decreto Regulamentar n.º 4/2002, que estabelece as normas referentes à criação, características, funcionamento e financiamento destes CATL, refere, como eu disse há pouco, apenas a exigência de contratação de um monitor por cada 20 crianças.

Aliás, esta constatação foi perfeitamente explicitada pelo Dr. Bento Barcelos, presidente da União Regional das Misericórdias dos Açores, que afirmou naturalmente que seria “necessário e importante ter docentes a trabalhar nos CATL, mas que a exigência legal apenas obriga à contratação de um monitor”.

Segundo: porque há uma efetiva discrepância entre os CATL, observando-se entidades com tipologias diferentes.

Excelentíssimas Senhoras Deputadas, Excelentíssimos Senhores Deputados:

Eu chamo a vossa atenção, porque isto é efetivamente muitíssimo importante.

Esta diferença é visível nas atividades que os CATL desenvolvem e nos recursos humanos aos quais recorrem, havendo, inclusive, os que funcionam a tempo inteiro e outros que funcionam apenas nas pausas letivas. Ora, permitir a contagem do tempo de serviço a todos os docentes que trabalham em CATL, de forma paritária, mesmo que desenvolvam tarefas distintas, com propósitos diversos e com horários distintos, irá provocar (chamo a vossa atenção) injustiças no âmbito da graduação nos procedimentos concursais.

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

A Oradora: Gostava, pois, de reforçar esta recusa do GPPS em alimentar eventuais processos de injustiça entre os docentes que exercem atividades nos CATL.

As Sras. e os Srs. Deputados acham correto contabilizar o serviço docente quando há uma efetiva diferença entre estas instituições?

Deputada Zuraida Soares (BE): Ai Jesus!

A Oradora: Terceiro: porque não há uma monitorização do projeto socioeducativo exercido nos CATL, como sucede nas creches e nos jardins-de-infância, que o Sr. Deputado Paulo Mendes tanto invocou. Isto significa que os seus profissionais, refiro-me aos Educadores de Infância e Docentes (que são diferentes), não são avaliados nos CATL como sucede nos outros circuitos educacionais e que o próprio projeto educativo (ou seja, as atividades desenvolvidas nestes CATL) não é apreciado de acordo com os preceitos educativos, ou seja, aquilo que a Sra. Deputada Maria João elencou em relação à petição, com atividades planificadas com objetivos, estratégias e depois apreciadas no final das suas atividades.

Aliás, deixem-nos partilhar convosco que é precisamente esta ausência de monitorização que suporta o **Não** que a Assembleia de Escola das Capelas refere no seu parecer, porque justifica a sua recusa pelo facto de nos CATL não serem desenvolvidas atividades de “planificação, lecionação e avaliação, fundamentais para o currículo”.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

A Oradora: Quarto e última justificação: porque as atividades desenvolvidas pelos CATL carecem de reconhecimento formal no que respeita ao programa de enriquecimento educacional das crianças e jovens que estas instituições promovem.

Com efeito, não há um projeto socioeducativo reconhecido que diversifique e complemente os conteúdos lecionados nas entidades escolares.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Por que?

A Oradora: Aliás, esta é uma realidade foi, precisamente, confirmada pelo representante da União Regional das Instituições Particulares de Solidariedade Social dos Açores.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sra. Deputada, esta realidade parece que é para manter, para o PS não mudar o seu discurso!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Vamos ouvir! Vamos ouvir!

A Oradora: Ou seja, a Resolução n.º 21, de 2012, expressava de forma muito clara que a “contabilização do tempo de serviço em ATL, para efeitos de cálculo de graduação profissional, só deveria ser efetuada, em relação a todos os docentes que desenvolvessem (e mais uma vez cito) “atividades de tempos livres pedagogicamente ricas e complementares das aprendizagens associadas à aquisição das competências básicas”, fim de citação.

Ora, na verdade, há que garantir que tais atividades são pedagogicamente estruturadas e enriquecedoras dos currículos ordinários, mas a verdade é que este garante não está ainda assegurado.

Não se pense, todavia, elencando os quatro motivos que acabei de partilhar com esta câmara, que há uma completa inconsciência sobre o papel dos CATL. E que o PS e o Governo não estão atentos. Pelo contrário!

É precisamente por ter ampla consciência e estarmos atentos, que o Governo do PS plasmou no seu Programa, aprovado em 2016, (e cito) o propósito de “promover uma política integrada de promoção e proteção social das crianças e jovens”.

E, como podem ler no programa, uma das medidas desta política é precisamente:

“Avaliar os conteúdos programáticos das Atividades de Tempos Livres desenvolvidas na Região, ajustando-os sempre que necessário, procurando que estes assegurem um conjunto múltiplo de funções, desde a prevenção e combate

a comportamentos antissociais e de risco à promoção do sucesso escolar e à redução do absentismo”.

Como se percebe, é preocupação deste Executivo Regional a avaliação dos conteúdos programáticos desenvolvidos nos CATL, para que fiquem bem definidas as suas áreas, os seus domínios, as suas competências e as suas metas. Com esta avaliação, poder-se-á criar um quadro orientador das atividades dos docentes que nelas trabalham, tal como sucede, Sr. Deputado Paulo Mendes, nas creches e nos jardins-de-infância.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Exatamente!

A Oradora: Desta forma, o Governo Regional pretende ir e irá ao encontro dos pareceres auscultados. Notem que esta nossa posição alimenta-se profundamente da auscultação da população e todos nós tivemos acesso a esta informação.

Portanto, com esta avaliação irá continuar a direcionar a sua atenção para os CATL e com a avaliação que o Governo Regional se comprometeu no seu Programa de ação irá continuar a fortalecer (e termino chamando aquilo que me parece ser mais importante) e irá contribuir para a dignificação dos Centros de Atividades de Tempos Livres.

Muito obrigada.

Deputadas Sónia Nicolau e Fátima Ferreira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Sra. Deputada Zuraida Soares pediu a palavra para uma interpelação.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Ouçam com muita atenção, porque isto é muito importante:

Sra. Presidente, existem nesta Casa pareceres de primeira e pareceres de segunda?

Ou dito de outra maneira, existem instituições que dão pareceres e cuja opinião tem credibilidade e outras que dão pareceres, mas como não dá jeito a sua opinião não tem credibilidade?

É a pergunta que lhe faço.

Muito obrigada.

Presidente: Sra. Deputada, fica registada a sua interpelação. Naturalmente não poderei responder-lhe.

A Assembleia recebe todos os pareceres e remete-os às comissões competentes. Eu não vou adjetivar os pareceres. Portanto, não vou responder à sua questão, como deve compreender, Sra. Deputada.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Para se inscrever? Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu compreendo que a Sra. Presidente não possa responder a esta pergunta, porque ela é difícil, mas eu vou explicá-la, porque há quem deva responder, e neste caso o Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Anteriormente a esta iniciativa legislativa foi debatida nesta Casa uma outra que tinha vários pareceres de várias instituições que concordavam com o objetivo da iniciativa.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Duas!

A Oradora: O Partido Socialista ignorou essas instituições e esses pareceres e votou exatamente ao contrário daquilo que eles diziam.

Neste momento estamos a debater uma outra iniciativa, e a Sra. Deputada Susana Goulart diz que a posição do Partido Socialista se fundamenta nos pareceres pedidos a diversas instituições.

A pergunta que eu faço ao Partido Socialista é esta: como é que os senhores podem ignorar uns pareceres quando não vos dá jeito, quando não vão ao encontro daquilo que vocês querem aprovar, mas depois quando dá jeito todas as instituições e todos os pareceres têm razão.

Política partidária, mais uma vez, Sras. e Srs. Deputados?!...

Percebemos, continuamos a perceber o que é!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Sónia Nicolau tem a palavra.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta minha primeira intervenção era precisamente para ir ao encontro da dúvida da Sra. Deputada Zuraida Soares, porque merece, com certeza, todo o nosso reconhecimento e às suas questões não temos qualquer em responder.

Para esta primeira fase, para o Partido Socialista não há pareceres de primeira, de segunda, ou de terceira categoria. Não existem!...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

A Oradora: O que existe, Sra. Deputada Zuraida Soares, é que um Projeto de Resolução de 2012 teve dois pareceres. O Projeto de Resolução de 2017, aqui proposto pelo Bloco de Esquerda, teve muitos mais pareceres abertos à dita sociedade civil,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Percebeu mal, Sra. Deputada!

A Oradora: ... parceiros sociais.

O que nós estamos aqui a dizer é que olhando para ambos os pareceres de 2012 e de 2017, que são completamente diferentes e que mostram contrariamente àquilo que o Bloco de Esquerda queria ouvir, nomeadamente que as escolas tivessem de acordo com esta posição, que o SPRA mantivesse a sua posição e não tivesse mudado.

Nós não estamos a escolher aqueles que nos dá jeito. O que nós estamos a fazer é uma leitura do contributo da sociedade civil a um projeto de resolução de 2017.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Maria João Carreiro.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A 13 de junho de 2012 foi aprovada nesta Casa, por unanimidade, uma Resolução que recomendou ao Governo Regional a contabilização de tempo de serviço prestado em creches e ateliers de tempos livres (ATL), para efeitos de cálculo de graduação em processo de concurso de pessoal docente.

Na verdade, pelo Decreto Legislativo Regional n.º 25/2015/A, de 17 de dezembro, que altera o Estatuto do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário, a contabilização do tempo de serviço, para efeitos de cálculo da graduação profissional em processo de concurso do pessoal docente, prestado por educadores de infância em creches está prevista no n.º 5 do art.º 247.º do respetivo diploma.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Já estava antes!

A Oradora: Cumprido parcialmente o primeiro ponto resolutivo da dita Resolução n.º 21/2012/A, de 10 de julho, está ainda por cumprir a consideração do tempo de serviço, para efeitos de cálculo da graduação profissional em processo de concurso do pessoal docente, prestado pelos educadores de infância no exercício de funções em Centros de Atividades de Tempos Livres, bem como por todos os docentes, independentemente do nível e ciclo de ensino, e sempre que desenvolvam atividades de tempos livres pedagogicamente ricas e complementares das aprendizagens associadas à aquisição de competências básicas, em entidades oficialmente reconhecidas pela administração educativa competente, e nomeadamente em estabelecimentos dependentes de Instituições Particulares de Solidariedade Social.

E é precisamente por falta de cumprimento do estipulado nessa Resolução pelo Governo Regional que estamos hoje na Casa da Autonomia a debater um assunto que não deveria ser assunto! **Porque esta questão devia obrigatoriamente estar resolvida. E, passados cinco anos, continua por resolver!**

Mais uma vez, assistimos à falta de ambição do Governo Regional em implementar medidas eficazes que conduzam ao sucesso educativo das nossas crianças e jovens, que conduzam ao desenvolvimento e crescimento económico da nossa Região.

Para educarmos as crianças para o seu futuro, temos de nos “focar nas características humanas fundamentais que permitem que a educação fique à frente dos progressos tecnológicos e sociais”, conforme recentemente alertou o diretor do departamento de Educação da OCDE. E ainda frisou: as competências sociais e emocionais que nos ajudam a viver e trabalhar juntos são cada vez mais importantes para o sucesso no trabalho e na vida. Estas competências desempenham um papel fundamental em todas as fases da vida. Juntamente com as capacidades cognitivas e de aprendizagem, é importante que

os alunos desenvolvam fortes competências sociais e emocionais, que os vão ajudar a definir a sua personalidade.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Está no Programa do Governo do PS!

A Oradora: Na prossecução de tal desiderato, perante uma sociedade que se depara com situações de carência e de desigualdade socioeconómica, de dependência, de exclusão, os CATL desempenham um papel fundamental, nomeadamente, na prevenção de comportamentos mais problemáticos ou mesmo desviantes, na intervenção junto de crianças em situação de risco, na promoção de condições que visem a igualdade de oportunidades.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não há qualquer dúvida de que os Centros de Atividades de Tempos Livres assumem uma função relevante no desenvolvimento de qualquer de criança, constituindo um importante e necessário complemento às aprendizagens em contexto escolar, dada a riqueza das atividades com que são planificadas, estruturadas e realizadas com as crianças e jovens que destes beneficiam.

Conforme apontado no parecer da EBI de Angra do Heroísmo, e como já foi aqui referido, os CATL são “uma necessidade imperiosa para os pais que trabalham e, por essa razão, tem que ser reconhecida e considerada a relevância dos docentes que aí exercem funções”. Menciona ainda este parecer que “em muitos casos é a única possibilidade que as crianças têm de receber acompanhamento (ou adequado acompanhamento) na realização dos trabalhos de casa e, é de grande importância que seja prestado por docente que conheça os programas curriculares”.

Também o Presidente da URMA realçou a importância dos serviços de ATL e do positivo impacto na relação entre comunidade, escola e família. Acrescentou que estes espaços se diferenciam dos demais espaços de mero entretenimento por terem um projeto pedagógico, e por essa razão, era a favor da contabilização do tempo de serviço que está agora em causa.

No mesmo sentido, se pronunciou o representante da URIPSSA, afirmando que a contabilização do referido tempo era viável e que poderia trazer mais justiça. Ambos representantes foram da opinião que é necessário atribuir a essas valências credibilidade científico-pedagógica, deixando de haver a figura de monitor, mas sim de docente!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sra. Deputada!

A Oradora: Esses mesmos representantes alertaram para a necessidade de regulamentar o modo de funcionamento dos CATL, devendo o projeto educativo ser enviado à direção regional competente em matéria de educação.

Independentemente da diversidade de entidades com tipologias diferentes, os CATL podem ser considerados equipamentos socioeducativos.

E o Grupo Parlamentar do PSD/A não pretende que estes centros sejam equiparados a escolas. O que pretende é o reconhecimento do papel pertinente destes centros...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... e o respetivo contributo na formação integral das nossas crianças e jovens, bem como, se valorize o pessoal docente que exerce funções nestas valências.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

A Oradora: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário, Sr. Membro do Governo:

Apostar no futuro das nossas crianças e jovens deve ser uma prioridade!

A educação é uma prioridade e todas as decisões tomadas neste âmbito não podem ser encaradas de ânimo leve.

Por isso, perguntamos: Senhor Secretário, onde está a ambição do governo? Por que razão o Governo Regional ignora uma iniciativa que, em 2012, mereceu a aprovação **por unanimidade deste Parlamento?**

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

A Oradora: Sim, porque o PS também votou a favor. Nem sequer se absteve. Onde está o respeito pelas regras que regem a nossa democracia?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Sim, porque em princípio vivemos num regime parlamentar e não num regime presidencialista, onde só se executa aquilo que o governo muito bem quer.

Deputado André Bradford (PS): Onde é que a senhora estava?

Deputado Luís Maurício (PSD): Quando não há argumentos chega-se a esse ponto!

A Oradora: Que argumentos poderão ser invocados para...

Deputada Sónia Nicolau (PS): O que é que dizia em 2012?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É a coerência! Estava a favor!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Já vamos lá!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ouça!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: Que argumentos poderão ser invocados para, volvidos cinco anos, a situação dos docentes em causa mantenha-se numa situação de indefinição, aguardando expectantes pelo cumprimento da Resolução, perpetuando-se assim uma situação de injustiça?

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Governo Regional está simplesmente a ignorar uma iniciativa aprovada por unanimidade nesta Assembleia por aqueles que foram eleitos para a defesa dos interesses das açorianas e dos açorianos, desrespeitando assim o povo açoriano.

O Governo Regional não pode refugiar-se na falta de enquadramento legal para a devida contabilização, quando terminados cinco anos, o caminho continua por trilhar e a regulamentação necessária continua por não existir.

Por isso, o Grupo Parlamentar do PSD/A é do entendimento que a **contabilização do tempo de serviço docente exercido no âmbito das Atividades dos Tempos Livres deverá ser atendido a par do procedimento de regulamentação da organização e funcionamento dos centros que oferecem atividades de tempos livres**, no sentido de definir as atividades que venham a ser consideradas relevantes para a formação integral dos alunos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Merecem-nos o maior apreço os docentes que desempenham funções nos Centros de Atividades de Tempos Livres, nomeadamente aqueles que desenvolvem atividades pedagogicamente ricas e complementares das aprendizagens associadas à aquisição das competências básicas.

Assim, parece-nos da mais elementar justiça que seja devidamente contabilizado o tempo de serviço em ATL aos docentes que cumprem funções e realizam as atividades atrás referidas. Esses docentes já esperam por isso há cinco anos, desde que a Resolução n.º 14/2012 foi aprovada.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No entanto deve ser referido que nem todas as atividades em valência de ATL são necessariamente qualificadas para serem incorporadas na contagem do tempo de serviço para efeitos de concurso de pessoal docente.

Assim, consideramos que deve acontecer o devido cuidado de não desvirtuar esse cálculo de graduação profissional quando ocorrer casos de docentes que não executem funções de atividades pedagógicas nos CATL.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deste Projeto de Resolução sobressai ainda aquilo que parece estar a tornar-se norma: o Governo Regional faz orelhas moucas a muitas Resoluções aprovadas nesta Assembleia.

Cinco anos!... Cinco!... Tal parece-nos plenamente demonstrativo de uma atitude de menor respeito do Governo Regional para com esta Assembleia Legislativa Regional.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero, em primeiro lugar, e se calhar aqui para fugir um bocado àquela que foi a acusação, já feita em outros plenários, nomeadamente pelo Sr. Deputado Artur Lima, de o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda ser um bocado azedo na forma como faz as coisas, na forma como se expressa.

Deputado Luís Rendeiro (PS): Não é azedo, mas às vezes azeda!

O Orador: Quero aqui contrariar um pouco essa reputação e vou ser mais doce.

(Aparte inaudível do Deputado Artur Lima)

O Orador: Não, não está! Eu só estava a referi-lo.

Quero ser mais doce e vou começar por congratular o Grupo Parlamentar do Partido Socialista por, perante uma Resolução aprovada nesta Casa, ou seja, o que deveria ser um facto consumado já nesta altura, conseguir arranjar argumentos que não lembram a ninguém.

Eu não conseguiria sinceramente. Perante uma Resolução já aprovada nesta Casa, inclusive estamos aqui a falar num direito que já assistiu aos docentes que prestavam serviços em ATL, sim, porque já foi referido isso pela Deputada Graça Silveira, ou seja, que estes docentes já tiveram o seu tempo de serviço contabilizado para fins de concurso quando prestavam serviço em ATL.

Portanto, é preciso ter criatividade para arranjar argumentos para contrariar aquela que é uma Resolução, ainda por cima aprovada por unanimidade, porque se estivéssemos a falar aqui de uma Resolução que tinha sido aprovada no final da Legislatura de 2008/2012, em que o Partido Socialista era minoritário, e que votou contra esta Resolução, ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Às 4 ou 5 da manhã!

O Orador: ... perante uma oposição maioritária, num Governo minoritário, eu até percebia que agora quisessem aproveitar para finalmente colocar por terra, deitar por terra, um Projeto de Resolução, ou pelo menos parte desse Projeto de Resolução.

Falou-se aqui na necessidade de regulamentar o serviço, as atividades, tudo o que é feito em ATL, e que por não haver regulamentação isso seria um obstáculo para que não fosse considerado o tempo de serviço prestado por estes docentes para fins de concurso e quando prestam em ATL isso não seria contabilizado.

Ora, é verdade que a competência máxima para legislar compete à Assembleia, mas o Governo Regional não está impedido de legislar. Mais!... Quando estamos a falar na necessidade de haver regulamentação, devo recordar e sublinhar que a Assembleia não tem essa competência, mas tem a competência de recomendar ao Governo Regional que inicie todo um processo que passe pela regulamentação, se assim for necessário, para cumprir um determinado objetivo, que foi o que aconteceu.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Claro! Muito bem! É isso mesmo!

Deputada Zuraída Soares (BE): Cinco anos!...

O Orador: Portanto, em cinco anos, parece que quem propôs este Projeto de Resolução em 2012 e o viu aprovado, é que teria a responsabilidade de o regulamentar,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso era véspera de eleições! Está perfeitamente justificado!

O Orador: ... fazer todo o caminho para cumprir o objetivo, ou seja, para chegar ao ponto e cumprir o objetivo inicial que era do cumprimento integral da Resolução que foi aprovada em 2012.

Ora, também referiu-se aqui que o trabalho desempenhado em ATL não é comprovadamente, ou pelo menos suscitou aqui a dúvida, levantou-se a dúvida, ou ficou a dúvida a pairar no ar, de que o trabalho desenvolvido em ATL, se calhar, não tem fins assim tão complementares. Às vezes tem, às vezes não tem. Não é bem o trabalho que é feito numa escola.

É verdade! Não é uma escola! Nós não queremos que seja uma escola. Não é isso que está em causa, mas a creche também não é uma escola, pelo menos na forma tradicional como a conhecemos no ensino básico e secundário. Não é!...

Agora, devo também referir a Lei de Bases do Sistema Educativo, a organização do sistema educativo, que prevê que a educação extraescolar inclua (e passo a citar):

“Atividades de alfabetização e de educação de base, de aperfeiçoamento e atualização cultural e científica e a iniciação, reconversão e aperfeiçoamento profissional, realizando-se num quadro aberto de iniciativas múltiplas de natureza formal e não formal e em educação extraescolar”.

Estão muito bem enquadradas aqui as valências de ATL. Portanto, até a Lei de Bases do Sistema Educativo refere os objetivos da educação extraescolar, portanto também não será por aí.

Mas noto aqui a abertura do Grupo Parlamentar do Partido Socialista para, quem sabe, no futuro, atender a esta reivindicação, pelo menos foi isso que nós percebemos, para fazer mais ou menos o trajeto que foi feito no caso das creches, que é, as creches durante muito tempo foram consideradas valências que funcionavam mais ou menos como dispensários de bebés. Os pais entregavam lá os bebés, estavam lá algumas pessoas que tratavam das suas necessidades básicas (trocar as fraldas, alimentar os bebés...) e, por isso mesmo, não era necessário muito mais do que isso.

Afinal de conta, e ainda bem, após todos estes anos, toda uma evolução do trabalho feito, desempenhado em creche, a governação teve que se render às evidências, evidências não só empíricas como também científicas, de que o trabalho desenvolvido em creche é muito mais do que atender a necessidades básicas e fisiológicas. Muito mais do que isso!...

Que as funções desempenhadas por uma creche são determinantes para o desenvolvimento cognitivo, emocional...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e mesmo motor dos bebés.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Desde 2012!

O Orador: O mesmo acontecia com as crianças, em jardins-de-infância, ou seja, no pré-escolar, em que durante muito tempo se pensou que bastava colocar as crianças em jardins-de-infância, e daí vem a designação jardim-de-infância, que eram tipo flores que estavam lá num determinado espaço, eram regadas, ou seja, eram atendidas as suas necessidades básicas, e para isso não era necessário ninguém com especial formação académica e científica, quando afinal, ao fim destes anos, confirma-se exatamente o contrário, que a educação pré-escolar, o tal jardim-de-infância, atende a objetivos e tem uma missão que ultrapassa, tal como também acontece em creches, a simples satisfação de necessidades básicas das crianças.

Portanto, eu espero – é pena lamentar – se calhar que o Partido Socialista daqui (quem sabe?) a 10 anos reconheça, e isto partindo do princípio que o Partido Socialista vai conservar a sua maioria absoluta nos Açores, que é um princípio que me assusta...

Deputado José San-Bento (PS): O senhor é muito assustado! Deve ter medo de sair de noite à rua!

O Orador: ... mas partindo desse princípio, talvez daqui a 10 anos faça um percurso e as reivindicações aqui feitas por estes docentes venham a ser atendidas.

Portanto, vamos lá ver se daqui a 10 anos o Governo Regional faz todo o caminho regulamentar necessário para finalmente atender às reivindicações destes docentes.

Tenho uma pergunta a fazer ao Sr. Secretário Regional da Educação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está cá?

O Orador: Como bem sabe, no artigo 21.º do Estatuto do Ensino Particular, Cooperativo e Solidário, esse artigo 21.º, que diz respeito à Direção Técnico-Pedagógica de Escolas, impõe condições para quem assume essa Direção, em que, como é compreensível e óbvio, é obrigatório que a direção técnico-pedagógica de uma escola seja dirigida por um docente detentor de habilitação profissional para a docência e com pelo menos dois anos de experiência docente.

Pergunta: para a contabilização destes dois anos de experiência docente, pode ser considerado, é considerado eventualmente trabalho desempenhado em ATL?

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional da Educação, na audição em sede de Comissão dos Assuntos Sociais, na discussão deste diploma, afirmou (e cito) que “os CATL não praticam a lecionação e nem estão obrigados, pela legislação em vigor a recrutar educadores”, razão pela qual o tempo dos educadores nos CATL não teriam o seu tempo de serviço contabilizado para a progressão na carreira.

Eu pergunto-lhe então, Sr. Secretário, como é que justifica:

Primeiro – Docentes que nas suas escolas não praticam lecionação tenham o tempo contabilizado?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Segundo – Educadores docentes que têm atividade nos ATL, mas são recrutados pela Direção Regional da Educação,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Tenham o tempo contabilizado!

A Oradora: ... tenham o tempo contabilizado?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Terceiro – os mesmos educadores de infância que exercem a sua atividade em creches e jardins-de-infância têm o seu tempo contabilizado?

Segundo parece, Sr. Secretário, afinal os ATL são filhos de um Deus menor.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Pergunto-lhe: para si estas valências são ou não são equipamentos educativos?

É porque nas palavras da Sra. Deputada Susana Goulart ficámos com a ideia de que isto eram depósitos de crianças.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Sr. Secretário, se afinal não temos credibilidade pedagógica, não temos credibilidade social, nem educativa, onde é que está a Inspeção Regional da Educação?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Como é que estas valências ainda continuam abertas?

E pergunto mais: se até 2007 estas valências de ocupação de tempos de livres, ou de atividades complementares, não tinham a importância pedagógica que têm hoje, até 2007 o tempo era contabilizado, a partir de 2007, nos dez últimos anos, quando a Região teve uma enorme evolução, até pelo próprio tecido social, onde a maior parte das mães estão a trabalhar,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... onde a maior parte das crianças sai da escola e continua com atividades pedagógicas exatamente nestes centros, afinal já não se pode contabilizar o tempo de serviço docente?

E uma última pergunta, que já lhe tinha feito e na altura não tinha informação, espero que se tenha informado: por que é que os equivalentes na República aos nossos ATL, que são os AEC, têm o tempo contabilizado e na Região não temos?

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS e da Deputada Zuraída Soares (BE): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Sónia Nicolau tem agora a palavra.

Deputado Paulo Parece (PSD): Futura Secretária!

(*) Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, não sei se com a doçura ou não, mas estou certa que perceberá aquela que é a posição do Partido Socialista face àquele que foi o seu

posicionamento a um Projeto de Resolução, em 2012, proposto pelo Bloco de Esquerda e aprovado nesta Casa, e aquele que é o posicionamento do Partido Socialista a este Projeto de Resolução que faz alusão ao ponto dois do Projeto de Resolução n.º 2.

Penso que é importante, porque o Sr. Deputado fez várias considerações sobre as quais penso que não valerá a pena entrar em pormenor, fazer aqui um histórico.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Comece em 2002!

A Oradora: Começo em 2012, tem toda a razão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): 2002!

A Oradora: Não!... Começo em 2012.

Ficou extremamente patente que os CATL, no entendimento do Partido Socialista, são valências socioeducativas. Não tenhamos dúvidas quanto a isso. São valências importantes para a conciliação familiar e foi precisamente isso que a Sra. Deputada Susana Goulart Costa disse – primeiro ponto.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não!...

A Oradora: Quero aqui também dizer que o Partido Socialista enaltece todos os profissionais que exercem funções na área da criança, também aqueles em espaços ATL,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Enaltece, mas não valoriza!

A Oradora: ... pela confiança que geram à família, por conseguinte ao desenvolvimento harmonioso da sociedade.

Deputado André Rodrigues (PS): Muito bem!

A Oradora: Após estes considerandos, continuaria a minha intervenção por saudar a posição do Parlamento, em março deste ano, ao não autorizar, digamos assim, ao não votar a dispensa de exame em Comissão da apresentação do Projeto de Resolução de 2017.

E por que é que saúdo?

Por uma razão: esta reflexão que está a ser feita agora, permitiu, e todos nós não nos devemos rir disto, mas sim olhar para...

Deputada Zuraida Soares (BE): Tiveram cinco anos para refletir!

A Oradora: Sra. Deputada, deixe-me explicar. Eu ouço-a com tanta atenção, pelo respeito que me merece. Portanto, faça o favor de fazer o mesmo.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

A Oradora: No estudo de preparação deste debate houve a oportunidade de olhar para toda a legislação que vai desde 2001, encontra-se em 2002, vai por 2015 e vai por 2013.

Também houve, tal como foi dito pela Sra. Deputada Susana Costa, a possibilidade de ouvir outros parceiros sociais que não foram ouvidos em 2012. Em 2012 apenas foram ouvidos os sindicatos.

Em 2017 foram ouvidos os sindicatos, a União de Misericórdias, as Instituições de Solidariedade Social e as Assembleias de Escolas, a tal sociedade civil que tanto se fala.

Portanto, foi isto que permitiu o Projeto do Bloco de Esquerda.

O Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda, tinha o cumprimento na íntegra do ponto dois (e de uma forma muito resumida): "... a contabilização do tempo de serviço em ATL para efeitos de cálculo de graduação profissional, em processo de concurso docente, aos docentes dos diferentes níveis de ensino e grau...".

Vou dispensar-me de ler todo o resto, porque este é o ponto dois.

Ora, se os pareceres que agora recebemos foram tão díspares (não selecionados, Sra. Deputada Zuraida Soares, eles são díspares, são diferentes, têm opiniões diferentes que merecem o mesmo respeito), pelas legítimas dúvidas de quem se confronta com realidades na escola e os diferentes CATL, não menos dúvidas parecem ter tido os Srs. Deputados desta Casa após a aprovação da Resolução em 2012. E porquê?

Ora vejamos: após 2012, houve algo nesta Casa que aconteceu, que foi o Estatuto da Carreira Docente em 2015, que foi amplamente debatido nesta Casa, em Comissão, ouvidos os parceiros sociais.

E sobre este aspeto em concreto, não é estanho que o Bloco de Esquerda não tenha exigido a inclusão total do seu Projeto de Resolução e tenha-se ficado...

Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Deputada, tenha paciência!

A Oradora: ... unicamente pela inclusão dos educadores de infância em creche?

Foi isto! O Bloco de Esquerda não fez qualquer proposta de alteração. O Bloco de Esquerda e todos os outros partidos passaram por cima do artigo 247.º...

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Não há argumentos!

A Oradora: ... sem fazer qualquer alteração. Foi isto que aconteceu.

Mas porquê, Sra. Deputada? Sabe porquê?

Porque na prática, Sra. Deputada, existem muitas dúvidas da contabilização de serviço docente em CATL, porque existem CATL muito diferentes, e essa foi a razão por que nenhum Deputado desta Casa propôs ao artigo 247.º, no seu ponto 5, a inclusão do Projeto de Resolução e ficou-se apenas e só pelas creches e jardins-de-infância. Esta é que é a realidade.

Não houve, nem na Comissão, nem no debate parlamentar, nenhuma alusão, como se o Projeto de Resolução tivesse desaparecido.

Deputada Zuraida Soares (BE): Pois foi! É que desapareceu! Tem razão, desapareceu!

A Oradora: Pois foi, tal e qual.

Mas era também vossa competência, tal e qual.

Aliás, o Bloco de Esquerda, Sra. Deputada, propôs uma alteração ao ponto 2, do artigo 247.º, e esqueceu-se do ponto 5.

Deputada Zuraida Soares (BE): Fale deste assunto!

A Oradora: Mas que interessante, não é? Por que será?

Pois, isso é que importante, perceber porquê, porque o Bloco de Esquerda tem tantas dúvidas como qualquer Deputado aqui dentro. Esta é que é a questão.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Deputada Zuraida Soares (BE): Não temos dúvidas nenhuma!

A Oradora: O Partido Socialista, ao longo destes três anos, passados da avaliação da resolução, fez uma reavaliação à temática, à sua problemática e no contacto com a realidade aferida, a dificuldade, nomeadamente no Grupo de Trabalho de Infância que muitos dos Srs. Deputados participaram, verificaram que no atual enquadramento legislativo não era possível regulamentar.

Deputada Zuraida Soares (BE): O Governo não pode regulamentar? Ai Jesus!...

A Oradora: Portanto, é estranho, é incompreensível, parece que o Bloco de Esquerda quer ficar-se por um sabor póstumo da glória de uma aprovação de uma Resolução em 2012.

Afinal, Sra. Deputada Zuraida Soares, ou será propositado, no sentido de que o tema seja politicamente repiscado sempre que se aproximam períodos eleitorais ou coincidentes? Ou que então, neste caso em concreto, nós estamos perante um concurso de docentes? Ou eventualmente porque à data de entrada do Projeto de Resolução, de 2017, já existia assinaturas para a recolha da Petição?

Por fim, respondendo ao Sr. Deputado Paulo Mendes, por que o PS aprovou a Resolução de 2012?

Porque inequivocamente concordávamos, sem reticências, com a Resolução. A contagem de serviço dos educadores de infância em jardins-de-infância e creches, na prática, Sra. Deputada, já acontecia através do Decreto Regulamentar 17/2001,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A Sra. Deputada vai ter que explicar melhor essa parte do Governo não poder regulamentar!

A Oradora: ... mas efetivamente a proposta do Bloco de Esquerda veio dar maior dignidade, e isto é algo que tem que ser dito (a proposta do Bloco de Esquerda veio dar mais dignidade!), porque introduziu a contagem num Estatuto da Carreira Docente em 2015, mas desde 2001 que era contabilizado.

Segundo ponto: por que aprovou o PS a Resolução de 2012?

Porque face ao entendimento interno do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, na altura e hoje, os CATL, face à sua evolução e contexto (aliás, até o próprio Bloco de Esquerda evoluiu no conceito, em 2012 era ATL e agora são CATL), necessitavam do que veio a ser plasmado no Programa do Governo para esta Legislatura, ou seja, avaliar os conteúdos programáticos das Atividades de Tempos Livres desenvolvidos, tal como referido pela Sra. Deputada Susana Costa.

Em suma, Sra. Deputada e Sr. Deputado, o Partido Socialista aprovou a Resolução de 2012, porque se identificava com parte do enquadramento resolutivo que lá estava. Já era através de um Decreto Regulamentar de 17/2001.

E o Partido Socialista fez a sua reflexão e chegou a 2016 plasmando no seu Programa de Governo a avaliação aos CATL, tal como foi dito pela Sra. Deputada Susana Costa.

Portanto, Sr. Deputado, não aqui nenhuma incoerência, não há aqui escolha nenhuma de nenhum sindicato. Está aqui clarinho como água.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Só não percebi onde é que o Governo não tem competência para regulamentar!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Jorge Jorge tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu conheci uma pessoa que só acreditou que o homem tinha ido à lua depois de ver um porco a andar de bicicleta.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD e da Deputada Zuraida Soares)

Para ele aquilo era o máximo!

Eu, depois de ver uma interpelação ao Governo, hoje, transformada numa interpelação ao partido da oposição, também passo a acreditar em tudo.

O PS consegue defender com a mesma veemência hoje a sua posição com aquilo que defendia em 2012.

Eu compreendo por que é que foi (e não tem nada a ver com a sua capacidade e com as suas competências) a Deputada Susana Costa a vir hoje fazer a defesa, é porque não estava cá em 2012.

Deputada Sónia Nicolau (PS): E o senhor estava?

O Orador: Mas todo o argumentário que ela fez, todo o argumentário que ela hoje aqui trouxe, não passa de um grande atestado de incompetência a quem estava cá em 2012.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não é verdade!... Não é verdade!...

O Orador: É a ilação que eu tiro daquilo que aqui foi dito.

No fundo, o que a Sra. Deputada hoje aqui feio dizer foi que aquilo que foi aprovada em 2012 pelo PS, e por todos os grupos parlamentares, mas particularmente pela bancada do PS, foi aquilo a que se pode dizer um “inconseguinto”.

Deputada Zuraída Soares (BE): Um ato irrefletido!

O Orador: Portanto, é isto que eu retiro da sua intervenção, porque nenhum dos argumentos que foi hoje aqui trazido é novo, já existiam todos em 2012. Ou seja, quem conduziu o processo da educação na altura, em 2012, e todos aqueles que o aprovaram, foi-lhe passado hoje aqui, pela Sra. Deputada, um atestado de incompetência.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Ah!... Afinal já não é importante a Resolução!

Deputado Paulo Parece (PSD): Ouça! Ouça!

O Orador: Vou continuar e vou terminar.

Deputada Sónia Nicolau (PS): A Resolução já não é importante!

O Orador: Tudo é importante, Sra. Deputada, e é importante que se cumpra aquilo que é decidido nesta Casa.

Nós não estamos em nenhum Parlamento do Sul da América...

Deputado João Vasco Costa (PS): Mas parece! Andam de lá para cá, de cá para lá! Parece!...

O Orador: ... em que as resoluções do Parlamento, não são cumpridas. Deviam ser cumpridas e já deveria estar implementado há muito tempo. Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Devo confessar que há quem diga que eu sou, por natureza, pessimista. Eu prefiro dizer que sou realista. Aliás, é uma constatação que muitas vezes a

minha colega de bancada faz relativamente a mim. A minha camarada de bancada costuma dizer que sou um pessimista e eu digo-lhe sempre que sou um realista.

Tal como disse aqui, que era lamentável a postura do Partido Socialista, a minha camarada de bancada diz que não é bem lamentável, é hilariante. E neste caso, se calhar, tem toda a razão: é hilariante!

Deputado Francisco Coelho (PS): A partir das 7 horas é tudo hilariante, Sr. Deputado!

O Orador: Até porque a acusação que é feita ao Bloco de Esquerda de não ter aproveitado a oportunidade de ter introduzido ou ter plasmado, na íntegra, o Projeto de Resolução de 2012 e o Estatuto da Carreira Docente, ainda há pouco tempo, em março, é uma acusação que se calhar peca por ser um bocado ilógica. Sabe porquê? Porque eu tenho quase a certeza, aliás, porque ficou subentendido, que se o Bloco de Esquerda tivesse tido essa iniciativa, o Partido Socialista teria chumbado. E porquê? Teria chumbado, porque justificar-se-ia que não era pertinente, não era sequer atendível uma alteração ao Estatuto da Carreira Docente que plasmasse a Resolução de 2012, porque para isso teria de haver regulamentação prévia, para que isso fosse possível e plasmado então no Decreto Legislativo Regional que estabelece o Estatuto da Carreira Docente. Íamos ficar na mesma.

Depois, toda esta criatividade argumentativa, que eu já disse que admiro da vossa parte (admiro!),...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

... leva-vos a arranjar argumentos que podemos dizer que são hilariantes. Agora ficámos a saber que o Partido Socialista é capaz de aprovar iniciativas nesta

Casa (ainda bem que assim é), mas aprova para depois as avaliar. Primeiro aprova-se e depois avalia-se.

Deputada Zuraida Soares (BE): Exatamente!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Primeiro dá-se o tiro e depois pensa-se, será que dei o tiro certo?

(Aplausos da Deputada Zuraida Soares)

Não faz sentido nenhum. Foi isso que foi dito.

(Diálogo entre a Deputada Zuraida Soares e os Deputados da bancada do PS)

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: Sinceramente, nós ficamos naquela situação.

A oposição, e aqui concretamente o nosso Grupo Parlamentar, fica numa posição de duplo enlace, ou seja, “preso por ter cão e preso por não ter cão” e quando assim é, e perante uma maioria absoluta, se calhar mais vale não apresentar iniciativas, mas é claro que isso não irá acontecer porque em democracia, mesmo com a maioria absoluta, compete mesmo às oposições minoritárias apresentar iniciativas e assim continuaremos a fazer.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados (estou sozinho),...

(Pausa)

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Está sozinho!

O Orador: Exatamente!

Deputado Paulo Parece (*PSD*): Já o deixaram sozinho! Nas coisas difíceis está sozinho!

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Já me aconteceu muitas vezes olhar para trás e estar sozinho!

Presidente: Srs. Deputados, vamos ouvir o Sr. Secretário. Sr. Secretário Regional pode continuar.

(Aparte inaudível do Deputado José Contente)

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Já viu como a história se repete, Sr. Deputado José Contente?

Deputado Paulo Parece (*PSD*): O Sr. Deputado José Contente tem um problema com o passado!

O Orador: Este Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda e também a Petição que anteriormente foi discutida, cujo primeiro subscritor é Leonardo Medeiros, tem, ou tinha, no seu conjunto, por objetivo, dar pretensamente cumprimento integral ao conteúdo de uma resolução aprovada, por unanimidade, nesta Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, no verão de 2012.

Concretamente para efeitos de cálculo da graduação profissional em processo de concurso, pretende-se a contagem do tempo prestado pelos educadores de infância e pelos professores nos Centros de Atividades de Tempos Livres.

Para tanto alega-se com o desenvolvimento de Atividades de Tempos Livres, pedagogicamente ricas e complementares das aprendizagens associadas à aquisição de competências básicas.

Não é verdade que o Governo não tenha respeitado a recomendação desta Assembleia.

Em 2015, o novo Estatuto da Carreira Docente deu um cumprimento efetivamente razoável, possível, diria que adequado, à resolução parlamentar de 2012.

De facto, para efeito de cálculos da graduação profissional em processo de concurso, contemplou-se a contagem de tempo de serviço prestado por educadores de infância em creches, por se tratar, efetiva e inequivocamente, de funções equiparáveis às docentes.

Os Centros de Atividade de Tempos Livres, vulgo CATL, são valências sociais, não propriamente equipamentos educativos, isto é, são lugares de desenvolvimento de atividades de apoio social, eventualmente de complemento curricular.

Por isso, e pelo facto de não praticarem a lecionação, não se encontram sequer obrigados ao recrutamento de educadores de infância ou de professores, mas somente à contratação com formação considerada adequada de monitores.

Nestas circunstâncias carece de falta de enquadramento legal, como já foi referido, a pretensão do Bloco de Esquerda, se bem que estribada, na reparação de uma injustiça apenas aparente.

Por isso, não admira que as escolas (e voltemos a elas!) se pronunciem negativamente à aprovação de uma semelhante proposta.

A título de exemplo, avulta por significativo o parecer da Escola Tomás de Borba que reza o seguinte:

“As funções em causa não são funções docentes – apesar de os contextos terem uma valência formativa não se constituem como contextos de educação formal. As funções aí desempenhadas não implicam processos de planificação, avaliação, regulação,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): E o senhor concorda com isso?

O Orador: ... lecionação, classificação e certificação das aprendizagens dos alunos. Isso significa que, de facto, não são funções docentes ainda que estejam a ser desempenhadas por profissionais devidamente habilitados para a docência.”

E mesmo aquelas escolas que em teoria se posicionam a favor de uma contagem de tempo na valência de CATL levantam, como já se disse aqui, na prática, obstáculos de monta que inviabilizam a pretendida contagem de tempo.

Vejamos alguns exemplos, alguns talvez repetidos, mas a repetição também envolve alguma pedagogia:

Em sintonia com a argumentação contrária da Tomás de Borba sobressai a posição da Escola das Capelas quando refere que “a ação docente implica sempre (e de novo) planear, lecionar e avaliar situações que não ocorrem nos contextos da educação informal dos CATL”.

Além disso, tanto a Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade, como a Escola Básica e Integrada da Praia da Vitória, só admitem a contagem do tempo de serviço prestado nos ATL se tal serviço se enquadrar no efetivo desempenho das funções docentes previstas no Estatuto da Carreira Docente.

De resto, em defesa da transparência do processo e da igualdade de oportunidades, a Escola da Povoação só aceita a contagem de tempo caso os docentes sejam colocados nos ATL através de uma lista de graduação de

peçoal docente semelhante àquela que existe no serviço educativo da Região Autónoma dos Açores.

No mesmo caminho, a Escola Francisco Ferreira Drummond, como foi aqui dito, exige que os educadores e os professores, eventualmente contemplados com a consideração do tempo de serviço prestado nos ATL, sejam sujeitos a um processo de avaliação idêntico àquele que se encontra em vigor no sistema educativo regional.

Por tudo isto, com clarividência e com coragem, o SPRA, Sindicato dos Professores da Região Açores, dá parecer negativo à pretensão da contagem de tempo de serviço prestado por educadores e por professores em valências de CATL considerando três aspetos fundamentais:

Primeiro – “a diversidade das atividades desenvolvidas nos CATL”;

Segundo – “o exercício regular das atividades dos CATL por pessoal não docente”;

Terceiro e último – “a injustiça resultante da pretendida contagem de tempo de serviço traduzível em ultrapassagem de docentes que apenas prestam serviço docente efetivo”.

A situação não se altera substancialmente, mesmo que se queiram considerar apenas as atividades técnico-pedagógicas, isto é, ricas e complementares das aprendizagens associadas à aquisição de competências básicas.

A identificação de tais atividades é particularmente difícil e levaria, poderia levar, a uma de duas situações e ambas elas problemáticas, ou se introduziriam desigualdades no tratamento entre diferentes instituições ou então, por defeito, se considerariam todas as atividades como elegíveis para efeitos de contagem do tempo de serviço só numa aparência de avaliação.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Ademais, entre as normas da criação, do funcionamento e do financiamento de qualquer Atividade de Tempos Livres, essas atividades são naturalmente da responsabilidade da administração regional.

Não se justifica, entretanto, que a área da educação, que não exerce tutela sobre os CATL, dependentes, sim, da Segurança Social, proceda à regulamentação, à organização do funcionamento das ofertas educativas propostas pelos CATL, porque isso corresponderia a um processo de escolarização de tais valências contrário à sua missão.

Porém, como se lê no Programa do Governo, página 85, parte III, “Desenvolvimento Humano e Qualidade de Vida”, Capítulo I, “Solidariedade Social”, objetivo “Promover uma política integrada de promoção e proteção social das crianças e jovens”, não deixará o executivo de (e passo a citar) “avaliar os conteúdos programáticos das Atividades de Tempos Livres Desenvolvidas na Região, ajustando-os, sempre que necessário, procurando que estes assegurem um conjunto múltiplo de funções, desde a prevenção e combate a comportamentos antissociais e de risco, à promoção do sucesso escolar e à redução do absentismo”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, isso não é docência!

O Orador: No todo nacional, a recusa da contagem para efeitos de concurso do tempo de serviço prestado nos CATL diz bem do acerto da nossa opção.

Na verdade, no sítio eletrónico da Direção Geral da Administração Escolar consta como informação relevante que o serviço prestado nos CATL não pode ser considerado, tal como não pode ser considerado o serviço prestado por animadores escolares ou por leitores e bolseiros do ensino superior sem vínculo ao Ministério da Educação.

Perante a incerteza dos benefícios, a ser aprovado este Projeto de Resolução do Bloco e Esquerda, terá com certeza prejuízos.

Referimo-nos de novo e concretamente à ultrapassagem injusta de educadores de infância e de professores de carreira que prestam um serviço docente efetivo por outros educadores de infância e professores que prestam um trabalho não de todo condizente com o conteúdo funcional da carreira docente.

De resto, nesta matéria de contagem para efeitos de concurso do tempo de serviço prestado por docentes em CATL, e como em tudo mais, nós guiamo-nos essencialmente por princípios, jamais pela busca da popularidade a todo o transe.

Muito obrigado.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Susana Costa. Alerto que dispõe de cerca de dois minutos.

(*) **Deputada Susana Costa (PS):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Excelentíssima Sra. Deputada Zuraída Soares, eu acredito que, como se referiu há pouco, não tenha capacidades paranormais, mas penso que percebeu muito bem quando estivemos reunidas na Comissão que eu, em particular, e penso que muitos, ficámos particularmente sensibilizados com a questão da Petição, mas também vou secundar aquilo que disse o Sr. Deputado Luís Rendeiro: nesta Casa, é preciso que, a par do coração, muitas vezes a gente faça as coisas com razão.

E foi com base na razão!... Por isso é que eu fiz imensas citações à lei e por isso é que os pareceres também são tão importantes, e reafirmo estes 15 pareceres: três sim; uma abstenção; quatro não; sete sim, com condicionantes.

Aqui, sim, há que analisar isto com limitações. Foi esta razão que nos fez olhar para este Projeto de Resolução com algum cuidado e aprovámos em 2012,

porque parte da Resolução era efetivamente para nós extremamente importante...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual era a data?

A Oradora: ... que era contar o serviço dos docentes e dos educadores em creches e jardins-de-infância.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Já estavam!

A Oradora: Isto não é um atestado de incompetência, Sr. Deputado Jorge Jorge, com todo o respeito, é mútuo, mas passaram-se cinco anos entre 2012 e 2017.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

A Oradora: E penso que mais do que um sinal de incompetência, que eu não vou passar a nenhum dos grupos parlamentares que estava aqui sentado em 2012, o que é importante é que as exigências escolares mudaram.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Tudo mudou!

A Oradora: Os CATL mudaram.

E deixe-me dizer, por fim, que as próprias exigências dos profissionais destes CATL mudaram. É por isso que a petição não apareceu nem em 2012, nem em 2013, nem em 2014, nem em 2015, nem em 2016.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Aparece em 2017, porque o contexto, e esta viagem de cinco anos, exigiu, por parte da comunidade, e por isso estamos aqui todos a refletir, esta mudança.

Há uma reflexão a fazer e isso nós estamos completamente disponíveis para fazer esta caminhada em conjunto.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Informo que o PS esgotou o seu tempo para este debate.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Educação, só para registar que não respondeu a uma única questão que eu lhe coloquei.

Até 2007 o tempo de serviço dos educadores era contabilizado nestas valências.

O que é que aconteceu entre 2007 e 2017 para que a estes profissionais, que têm maiores exigências pedagógicas,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... como diz a Deputada Susana Goulart,...

Deputado André Bradford (PS): Não foi isso que foi dito!

A Oradora: ... (portanto têm mais exigências pedagógicas, porque hoje os ATL têm outras valências que não apenas sociais, são efetivamente equipamentos educativos, neste momento temos profissionais bem formados, com projetos educativos) não lhes seja contabilizado o tempo de serviço?

Sr. Secretário, por que é que isto se passa? Por que é que até 2007 era contabilizado, a partir de 2007 deixou de ser, quando o senhor criou os ATL como sendo uma evolução civilizacional onde as nossas crianças poderiam ter projetos pedagógicos?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Foi necessário na altura ir buscar profissionais com competências,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... que foram contratados para essas valências, onde lhes foi contabilizado o tempo de serviço e a determinada altura mudou-se o paradigma, deixou de ser contabilizado o tempo de serviço e os senhores hoje vêm dizer que afinal os ATL continuam a ser espaços onde podemos depositar as crianças, porque afinal não têm projeto pedagógico.

Vai ter que explicar aos açorianos!

Os ATL são espaços, são equipamentos educativos onde as crianças têm efetivamente um projeto pedagógico, onde temos educadores de infância lá, profissionais que devem o seu tempo, por justiça, em igualdade de circunstâncias com o que se passa nas creches, nos jardins-de-infância, ter o seu tempo contabilizado, ou não?

Agradecia que respondesse, Sr. Secretário.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, até pode ter-me escapado, mas penso que não respondeu à questão que lhe tinha levantado anteriormente,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): A nenhuma questão!

O Orador: ... logo no início do debate. Repito a questão:

Os docentes que pretenderem exercer direção técnico pedagógica no ensino Particular, Cooperativo e Solidário, terão de ter pelo menos dois anos de experiência docente.

Pergunta: para a contabilização desses dois anos de docência é considerado a docência, ou o exercício de funções, em ATL?

Também registamos que o Sr. Secretário Regional, assim como também penso que a Sra. Deputada Susana Goulart, acabaram por, ao dizer, ao afirmar, ao

defender que nós temos que, muitas vezes nesta Casa, senão sempre, apelar mais à razão do que ao coração (devo concluir, Sr. Secretário e a Sra. Deputada Susana Goulart), acusar esta Assembleia de em 2012 ter agido de forma populista e demagógica.

Deputada Zuraida Soares (BE): Irrefletida!

O Orador: Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Maria João Carreiro tem a palavra.

(*) **Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez assistimos a uma visão limitadora da educação, nomeadamente pelo partido que suporta o Governo. Andamos a falar em educação em contexto escolar ignorando a educação nos outros contextos que são oferecidos pelas outras valências.

Nos tempos de hoje, com os compromissos familiares, com as desigualdades socioeconómicas, os CATL desempenham um papel fundamental.

O Sr. Secretário, e não só, veio aqui falar em justiça. Então poderemos classificar a situação em que os docentes desempenham funções nestas valências, nomeadamente iniciaram a sua carreira quando a contagem de tempo de serviço era tida em conta para efeitos de cálculo profissional para o concurso do pessoal docente, e passados poucos anos viram as suas expetativas defraudadas, revogando o artigo 55.º do Estatuto.

Como é que vamos classificar?

É justo ou é injustiço?

Deputada Sónia Nicolau (PS): É o Regulamento!

A Oradora: Sra. Deputada, leia. Por favor esteja atenta.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Leia, leia!

A Oradora: Tal e qual.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Ainda por cima a assessora para a educação nem sequer sabia isso!

A Oradora: Sr. Secretário, novamente o Grupo Parlamentar apela à audácia e ambição nas políticas educativas, mas audácia não significa aprovar e depois avaliar.

Estão de acordo com o discurso que aqui foi dito, que em 2012 é aprovada uma resolução. Cinco anos volvidos, caminho por trilhar, regulamentação por se fazer, vamos agora fazer um estudo, vamos avaliar as tipologias.

Esse caminho já devia ter sido feito.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

A Oradora: Não precisamos cinco anos. Não!... A educação devia ser uma prioridade todos os dias e não apenas em véspera de eleições.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

A Oradora: Os açorianos merecem o nosso respeito e estamos aqui para lutar pelo futuro dos Açores.

Tenho dito! Muito obrigada!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado José Contente (PS): Já fomos avaliados!

Deputado Paulo Parece (PSD): E quem o avaliou depois foi o PS!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Voltando às questões colocadas pela Deputada Graça Silveira, e para que não fique com a frustração de perguntas não respondidas, esclarecerei aquilo que possível for.

Levantou uma questão que estabelece um paralelismo entre as AEC do continente, que são Atividades de Enriquecimento Curricular, com os nossos ATL.

Na base da sua pergunta vislumbrei a convicção de que as AEC do continente são efetivamente equivalentes aos ATL dos Açores, mas, Sra. Deputada, não são, não são de todo equivalentes.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Então quais são as competências regionais?

O Orador: As AEC, como eu lhe disse, Atividades de Enriquecimento Curricular, desenvolvidas por escolas, desenvolvidas por câmaras municipais,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Tal e qual como os ATL!

O Orador: ... reconhecidas pelo Ministério da Educação, são tratadas...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Então por que é que o senhor não reconhece os ATL?

O Orador: Como estava a dizer, desenvolvidas as AEC por escolas, por câmaras municipais, reconhecidas pelo Ministério da Educação, são tratadas por professores contratados, caso, por exemplo, dos professores de inglês, dos professores de educação física, expressão plástica, e é por isso mesmo que no continente o tempo de serviço...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Conta!

O Orador: ... prestados em AEC conta, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Obrigado pela resposta!

O Orador: Não, não! Tem de ouvir mais. Não pode ouvir só aquilo que gosta.

... mas no continente, onde a par das AEC também existem ATL, o tempo de serviço prestado em ATL, esse não conta para serviço docente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é a mesma coisa! Não está sendo sério!

O Orador: Basta consultar a página eletrónica (basta consultar a página eletrónica!) da Direção Geral do Ensino.

Mais!... Nos Açores...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Autonomia! Serve para a reforma da Autonomia! Que tristeza!

O Orador: ... nós também temos atividades extracurriculares, muitas delas até com a opção e frequência obrigatórias. São lecionadas por professores. O tempo, obviamente, é contabilizado para efeito de concursos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Onde é que isso existe?

O Orador: A Sra. Deputada levantou uma outra questão. Levantou uma questão que foi levantada também (aliás, por mais do que um deputado), que me recorde, pela Sra. Deputada Maria João Carreiro.

A questão diz respeito ao facto de no passado mais próximo, ou mais longínquo, o tempo de serviço prestado em ATL nos Açores já ter sido contabilizado para efeitos de concurso.

Efetivamente, ao que creio, entre 2003 e 2007, foi contabilizado para efeito de concursos o tempo prestado em ATL, em bibliotecas, em mediatecas, etc., etc., etc..

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Onde é que eu já ouvi isto?

O Orador: Depois, esta possibilidade foi efetivamente revogada...

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Em 2007!

O Orador: ... e foi revogada curiosamente com uma concordância, se não geral, pelo menos tácita, dos intervenientes no processo educativo (e por quê?), considerados os abusos e os excessos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Abusos e excessos de quê?

O Orador: De resto, a Sra. Deputada Graça Silveira quer que eu coloque a Inspeção Regional da Educação à porta dos ATL.

Sra. Deputada, eu não posso!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Pode, pode!

O Orador: A Inspeção Regional da Educação não pode inspecionar os ATL.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Pode, pode!

O Orador: Os ATL estão na dependência da Solidariedade Social e podem ser, sim,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): E... Então podem fazer o que quiserem!

O Sr. Secretário não sabe as competências da Inspeção Regional?

A Secretaria Regional da Educação não tem competências, mas a Inspeção tem!

O Orador: ... inspecionados, vistoriados, acompanhados pela Inspeção própria.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): A Direção Regional não tem nada a ver, agora a Inspeção Regional!...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ai, se a Sra. Secretária sabe!...

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: De resto...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A Inspeção Regional tem competência no privado e no social! O Sr. Secretário acabou de dizer uma enormidade!

O Orador: Não!...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então quem é que fiscaliza?

O Orador: A Sra. Deputada...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): A Inspeção Regional da Educação não vai aos privados?

O Orador: Vai sim senhora!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E ao social? E às Santas Casas?

O Orador: Vai sim senhor! Mas não vai a valências de CATL, obviamente que não!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O que o Sr. Secretário acabou de dizer é gravíssimo!

O Orador: Vai às outras, àquelas que pode ir. Vai por exemplo ao pré-escolar, obviamente que sim; vai aos jardins-de-infância, obviamente que sim!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É tudo ao molhe e fé em Deus!

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: Vai àqueles que tem de ir.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem é que corrige os abusos?

Deputado André Bradford (PS): Agora as crianças estão desprotegidas!!!

Deputada Zuraida Soares (BE): Ah, estão, estão!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados... Todas as bancadas têm tempo, à exceção do PS. Portanto, peço que se inscrevam para então podermos fazer um debate com outras condições.

Sr. Secretário faça o favor de continuar.

O Orador: Creio que a Sra. Deputada levantou a questão de eventualmente haver nas escolas professores que, não exercendo atividade docente, veem contabilizado o seu tempo de serviço.

Efetivamente se são professores dos quadros das nossas escolas é natural que isso aconteça.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não, não é natural! Não é nada natural, Sr. Secretário!

O Orador: Certamente, que temos poucas pessoas nessas condições, até porque, como sabe, nos Açores não há a “praga” dos horários zero.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas este que têm, conta ou não?

O Orador: Claro que conta.

A Sra. Deputada Graça Silveira levantou ainda uma outra questão. Levantou a questão de haver nos ATL professores do sistema educativo regional e questionou se esses professores viam ou não viam o seu tempo contabilizado.

Sra. Deputada, neste momento nós não temos registo de professores do sistema educativo regional requisitados em ATL.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas se forem, é ou não é contabilizado?

Deputado André Bradford (PS): Isso é outra pergunta!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não, é a mesma pergunta!

O Orador: Nós, não temos, neste momento, professores do sistema educativo regional requisitados em valências de ATL.

Ao longo desta discussão tem-se discutido de uma forma mais implícita, ou mais explícita, e tem-se aventado a possibilidade, mais implícita, ou mais explícita, da Direção Regional da Educação intervir mais na supervisão dos ATL, considerando, creio eu, alguns dos Srs. Deputados, que, caso isso acontecesse, mais fácil seria que o tempo de serviço prestado nos ATL pudesse contar para efeitos de concurso.

A esse propósito gostaria de dizer o seguinte:

De modo próprio, a Secretaria Regional da Educação e Cultura, através da sua Direção Regional da Educação, não vai passar a certificar planos de ação dos CATL, Centros de Atividades de Tempos Livres, simplesmente porque a missão não lhe compete diretamente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então compete a quem?

O Orador: Todavia, não deixará certamente, o Governo dos Açores, em tempo oportuno, de proceder à avaliação e eventualmente ao reajustamento da atividade dos CATL nos termos que aqui já foram enunciados, nos termos expressos no Programa do Governo na sua página 85.

Se nessas circunstâncias se entender por útil a participação da Secretaria Regional da Educação e Cultura, através da Direção Regional da Educação, nós cá estaremos,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor não tem competência para isso!

O Orador: ... até porque, como já dissemos, e por mais de uma vez neste areópago, um Governo não é propriamente uma justa posição de Secretarias. Em vez disso é um conjunto de estruturas e de agentes que confluem para um objetivo comum.

Depois de tudo isto, ou seja, depois de uma reponderação do papel dos CATL, eventualmente acompanhada por técnicos da área da educação, estaremos então na disposição de participar na reanálise de todo este processo...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: Termina já.

... para que se conclua se há ou não há serviço prestado em CATL, por professores e educadores, suscetível de ser considerado para a contagem de tempo de serviço em processo de concurso.

Todavia, para evitar mais prejuízos do que benefícios, antevejo sempre uma grande dificuldade na consideração de tal tempo se, para os efeitos pretendidos, caso os professores e os educadores não sejam recrutados de uma bolsa comum, um tanto similar à lista de graduação do pessoal docente da Região, caso os professores e os educadores não sejam avaliados com regularidade como sucede no sistema educativo regional, caso os professores e os educadores não desempenhem efetivamente funções equivalentes àquelas que se encontram expressas no Estatuto da Carreira Docente que foi revisto, como se disse, ainda muito recentemente.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

O Governo também esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, “cá estaremos nós”, o Governo; “nós”, a Secretaria da Educação.

O Bloco de Esquerda diz-lhe devia ter cá estado há mais tempo.

Não chega dizer que cá estaremos. Devia ter cá estado, nomeadamente desde 2012, em que a preguiça do Governo (a preguiça do Governo!) em regulamentar aquilo a que estava obrigado, por uma Resolução desta câmara, ficaram a dormir, preguiçosos, como o Sr. Presidente do Governo Regional costuma dizer aos partidos das oposições, nomeadamente ao Bloco de Esquerda.

Preguiçosos, não fizeram nada...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

(Apartes inaudíveis dos Deputados das bancadas do PS e do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: ... e agora são os docentes dos CATL que pagam pela vossa preguiça, pela vossa negligência e já agora pelo *delay* enorme que o Partido Socialista tem para refletir, porque não reflete a partir de 2012. Não!.... Deixa passar cinco anos e depois de repente põe-se a refletir em 2017.

Sras. e Srs. Deputados, isso é um *delay* de um computador que está completamente avariado.

Segunda conclusão, Sras. e Srs. Deputados e Sr. Secretário Regional, digo-lhe isto com toda a frontalidade:

Eu, neste momento, já não como mãe, porque os meus filhos e filhas são crescidos, mas como avó de netas e de netos, fico extremamente preocupada com aquilo que se passa nos CATL da nossa Região.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Onde é que estão as nossas crianças? Com que tipo de orientação? Com que tipo de responsabilidade? E já agora, Sr. Secretário, com que tipo de avaliação e de fiscalização?

Aquilo o que é? É um quarto para onde se atiram as crianças?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Isso é inaceitável! Numa altura destas uma conversa dessas!

A Oradora: Ai não?! Ó Sr. Secretário Regional, então diga-me uma coisa...

(Apartes inaudíveis)

A Oradora: Eu ainda não acabei.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: Sr. Secretário Regional, quando se fala em fiscalização, o Sr. Secretário Regional atira a bola para a tutela dos CATL, que é a Secretaria Regional da Solidariedade Social e diz que não tem nada a ver com isso.

Então qual é a inspeção (qual é a inspeção?) efetiva a que os CATL e os docentes dos CATL estão sujeitos para prestarem contas a esta Casa?

Digo-lhe mais, Sr. Secretário: então não era o senhor que devia estar aí sentado.

Deputado Paulo Parece (PSD): Muito bem!

A Oradora: Quem devia estar aí sentado era a Secretária Regional da Solidariedade Social,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... porque afinal o senhor está a falar de uma coisa...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Que não é da sua competência!

A Oradora: ... que não fiscaliza, que não é da sua competência...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: ... portanto, não está aí a fazer coisa nenhuma.

Finalmente, Sr. Secretário, não tem tempo, mas olhe, mando o recado pelo mensageiro, porque há uma pergunta que o Deputado Paulo Mendes já lhe fez duas vezes e eu vou fazer-lhe novamente.

De acordo com o artigo 21.º do Estatuto do Ensino Particular, Cooperativo e Solidário, é “obrigatório que seja dirigido por um docente detentor de habilitação profissional para a docência e com pelo menos dois anos de experiência docente”.

A pergunta que o Deputado Paulo Mendes lhe fez e eu repito é: esta experiência de dois anos pode ser adquirida a trabalhar num CATL? Sim ou não?

Muito obrigada.

Presidente: Informo que o Bloco de Esquerda também esgotou o seu tempo.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Educação, eu devo dizer-lhe, se eu comecei este debate com grandes preocupações em relação ao que se passa aos CATL na Região, neste momento eu estou de cabelos em pé.

Sr. Secretário, aquilo que o senhor acabou de dizer aqui é de uma enorme gravidade!... Aquilo que o senhor acabou de dizer aqui é de uma enorme gravidade!...

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: Quem é que tem a responsabilidade de inspecionar as nossas crianças que estão nos ATL?

Que segurança é que podem ter os pais hoje, quando deixam as suas crianças...

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: ... num ATL?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A senhora agora não está a ver fazer barulho daquele lado?

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, já é a segunda vez que eu chamo a atenção à câmara...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está com os cabelos em pé, está!

(*) **Presidente:** Srs. Deputados, a Mesa chama por diversas vezes a atenção à câmara. Agora, quando o barulho é de tal ordem que nem ouvem os meus avisos, nada posso fazer, porque há uma coisa que eu não faço, que é gritar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem não a ouve é o Partido Socialista! Já lhe tinha dito isso uma vez: o Partido Socialista é que não a ouve!

Deputados Paulo Parece e Duarte Freitas (PSD): É verdade!

Presidente: Sra. Deputada Graça Silveira pode continuar.

A Oradora: Sr. Secretário Regional da Educação, volto a dizer:

É de uma enorme gravidade aquilo que o senhor hoje afirmou aqui perante os açorianos.

Que garantia de segurança têm os pais, a partir de hoje, quando vão deixar as suas crianças no ATL, quando o senhor afirma aqui nesta Casa que a Inspeção Regional da Educação vai a todo o lado exceto aos ATL?

Já agora lembro-lhe que nas suas competências, já que o senhor acha que não tem responsabilidade, no artigo 47.º - “Missão e atribuições da Inspeção Regional da Educação”, leio:

“Avaliar a organização e o funcionamento das valências educativas dos estabelecimentos de ensino particular, cooperativo e solidário, bem como instruir nos mesmos os processos de natureza disciplinar e contraordenacional legalmente previstos”.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Valências da educação!

A Oradora: Sr. Secretário, a partir deste momento que segurança têm os pais quando vão deixar de manhã os seus filhos, ou ao fim da tarde, a um espaço de valência ATL? Esta é a questão que se coloca.

E digo-lhe mais, e para finalizar:

O Sr. Secretário vem dizer que na República o tempo é contabilizado porque no enriquecimento curricular tem professores de inglês, tem professores de educação física e tem professores de atividades plásticas.

Eu pergunto-lhe: na Região, um professor de inglês, um professor de educação física ou de atividades plásticas que vá trabalhar para um ATL tem o seu tempo contabilizado?

Não, Sr. Secretário!... Não tem!...

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(*Pausa*)

Julgo não haver inscrições. Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda, como não poderia deixar de acontecer, votou favoravelmente a sua própria proposta e regista que, além do Bloco de Esquerda, todos os partidos da oposição votaram também favoravelmente. Mais uma vez o Partido Socialista fica isolado. Isolado numa votação...

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: O Partido Socialista fica isolado, porque inaugurámos uma nova era nesta Assembleia, a era em que esta Assembleia vota contra, ou neste caso, o Partido Socialista vota contra uma Resolução aprovada por esta mesma Casa em 2012.

Eu até sei, ou até sabemos, por que é que isso acontece. Acontece porque em 2012, quando esta Resolução foi aprovada nesta Casa,...

Deputado José San-Bento (PS): Foi o ano das eleições!

O Orador: Ora aí está, o Sr. Deputado José San-Bento tirou-me as palavras da boca.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor é muito previsível!

O Orador: Porque em 2012 havia eleições regionais. É básico, não é? Mas toda a gente vê isso, toda a gente constata isso.

Eu é que ainda sou, ao contrário de muitos de vós, mas espero não continuar assim, um bocado ingénuo, se calhar.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor faz parte do movimento retrofuturista!

O Orador: Retrofuturista, sim!... (*risos*)

Ficámos a saber que perante uma Resolução aprovada nesta Casa que recomenda ao Governo Regional que inicie um processo que inclui o cumprimento ou um esforço para que se providencie medidas para que torne possível o cumprimento do objeto da Resolução aprovada, ficámos a saber que afinal essa competência não é do Governo Regional. Ficámos a saber que regulamentar se calhar não é uma competência exclusiva do Governo Regional.

Deputada Zuraída Soares (BE): É nossa!

O Orador: E que se calhar, aqui, na Assembleia, nós também temos que começar a apresentar (quem sabe?) projetos de decretos regionais regulamentares, projetos de portarias e coisas assim do género, o que vai também inaugurar uma nova era na ordem jurídica nacional. A posição em que o Partido Socialista se colocou.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Mendes, está a fazer declaração de voto sobre o vosso sentido de voto, por isso...

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Ficámos a saber que, por via disso, o Partido Socialista pretende castigar os docentes...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Mendes, peço desculpa, já chamei a atenção. O senhor está a fazer uma declaração de voto sobre o seu sentido de voto, por isso peço-lhe que se cinja à matéria em questão.

O Orador: O nosso voto favorável a esta proposta,...

Deputado Miguel Costa (PS): É porque ela é sua!

O Orador: ... que não é mais do que cumprir aquilo que estava numa Resolução de 2012, e que deveria ser cumprida, e a posição desta Assembleia de reprovar uma Resolução já aprovada nesta Casa, não é mais do que a evidência de que se pretendem castigar os docentes que prestam serviço em CATL e castigá-los pela inoperância do Governo Regional que deveria ter preparado todo um caminho para que tornasse possível uma Resolução aprovada em 2012.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto?

Sra. Deputada Sónia Nicolau tem a palavra. Eu peço à câmara apenas autorização para concluirmos pelo menos as declarações de voto, para, amanhã de manhã, não retomarmos este assunto.

Sendo assim tem a palavra a Sra. Deputada Sónia Nicolau.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista, com responsabilidade, na análise que fez a este Projeto de Resolução de 2017, ouvindo os parceiros sociais, ouvindo a sociedade civil, entendeu precisamente aquilo que tinha já entendido em setembro de 2016, num debate nesta Casa, que era necessário, após uma aprovação, reavaliar o estado dos CATL.

Foi precisamente isso que fez com que o Governo do Partido Socialista em Programa, incluísse essa mesma pretensão.

Portanto, nós entendemos a nossa posição coerente. Porque votámos em 2012, temos a obrigação de avaliar as nossas posições após a avaliação para a qual contribuiu o Grupo de Trabalho da Comissão de Assuntos Sociais.

Entendemos que esta Resolução de 2017, de acordo com aqueles são os pressupostos e os contextos do momento, não deve ser aprovada.

Muito obrigada.

Deputado André Rodrigues (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto.

Sra. Deputada Maria João Carreiro tem a palavra.

(* **Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para o Grupo Parlamentar do PSD-Açores a educação é uma prioridade e é uma prioridade todos os dias.

Portanto, todas as decisões tomadas neste âmbito não podem ser encaradas de ânimo leve.

Para nós, a educação não poderá ter uma visão redutora, não se poderá limitar à aquisição de competências e desenvolvimento das mesmas em contexto escolar. Deverão ser também desenvolvidas no ambiente extraescolar, nomeadamente “as competências sociais e emocionais, que nos ajudam a viver e a trabalhar juntos, são cada vez mais importantes para o sucesso no trabalho e na vida”, citando o Diretor do Departamento de Educação da OCDE.

Juntamente com as capacidades cognitivas de aprendizagem, é importante que os alunos desenvolvam fortes competências sociais e emocionais que os vão ajudar a definir a sua personalidade.

Neste âmbito, será que os Centros de Atividade dos Tempos Livres não desempenham um papel fundamental na aquisição destas competências...

Deputado José San-Bento (PS): Desempenham sim senhora!

A Oradora: ... numa sociedade atual em que há desigualdades sociais, em que os pais estão atarefados no seu dia a dia?

Então o que é que se pretende desses Centros de Atividades dos Tempos Livres?

Deputado José San-Bento (PS): A educação das nossas crianças!

A Oradora: Por isso, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não podemos ignorar uma iniciativa aprovada por unanimidade nesta Assembleia, por aqueles que foram eleitos para a defesa dos interesses das açorianas e dos Açores, respeitando assim o povo açoriano.

Não nos podemos refugiar na falta de enquadramento e na busca de estudos para cumprir algo que já devia ter sido cumprido há cinco anos atrás.

Estamos aqui na luta e na defesa do povo açoriano e numa educação de sucesso.

Deputado José San-Bento (PS): Foi por isso que saiu do PS!

A Oradora: Com uma visão redutora não chegaremos lá.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS-PP há cinco anos votou favoravelmente esta iniciativa porque considerava que era da maior e elementar justiça para com estes docentes que têm a sua atividade nos Centros de Atividades dos Tempos Livres.

Estranhamente o Partido Socialista, que há cinco anos atrás votou favoravelmente esta iniciativa, agora volta atrás com a palavra dada.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então encerrar os nossos trabalhos.

Regressamos amanhã às 10H00.

Eram 20 horas e 04 minutos.

Deputado que entrou durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Iasalde Fraga Nunes

Deputado que faltou à sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

(*) Texto não revisto pelo orador

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco